



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

**PEDRO HENRIQUE DANTAS MONTEIRO**

**O LIBERALISMO CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS  
LIBERAIS CEARENSES NO SENADO IMPERIAL (1864-1868)**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2021**

PEDRO HENRIQUE DANTAS MONTEIRO

**O LIBERALISMO CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS  
LIBERAIS CEARENSES NO SENADO IMPERIAL (1864-1868)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História – PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande  
– UFCG, como parte dos requisitos necessários para obtenção de  
título de Mestre em História.  
Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidade.

**Orientador:** Dr. José Otávio Aguiar

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2021**

M7751

Monteiro, Pedro Henrique Dantas.

O liberalismo cearense: uma análise das práticas políticas dos liberais cearenses no Senado Imperial (1864-1868) / Pedro Henrique Dantas Monteiro. – Campina Grande, 2023.

90 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. José Otávio Aguiar".

Referências.

1. Liberalismo. 2. Senado – História – Período Imperial.  
3. Liberalismo Cearense – Segundo Reinado. 4. Ceará – Política e Governo – História. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.

CDU 329.12(043)

PEDRO HENRIQUE DANTAS MONTEIRO

**O LIBERALISMO CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS  
LIBERAIS CEARENSES NO SENADO IMPERIAL (1864-1868)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História – PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande  
– UFCG, como parte dos requisitos necessários para obtenção de  
título de Mestre em História.  
Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidade.

**Aprovado(a) em: 28 de dezembro de 2021**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Otávio de Aguiar**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr Gervácio Batista Aranha**  
**Membro Interno**

---

**Profa. Dra Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes**  
**Membro Externo**


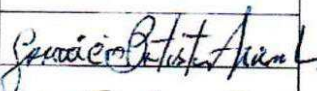
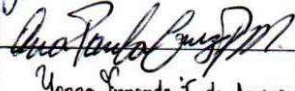
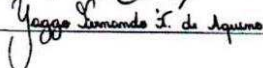


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 15:00 (quinze) horas do dia 27 (vinte e sete) de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Pedro Henrique Dantas Monteiro**, intitulada: "O LIBERALISMO CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS LIBERAIS CEARENSES NO SENADO IMPERIAL (1864-1868)", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**Aprovado**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Gervácio Batista Aranha (Examinador Interno), Ana Paula Cruz (Examinadora Externa). Assinam também a presente Ata, o Orientador e Coordenador do Programa Prof. Dr. José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: Ao dia 28 de dezembro de 2021, reunir-se a banca compostos pelos professores examinadores Gervácio Batista Aranha, Ana Paula Cruz, para avaliação da defesa de dissertação do aluno Pedro Henrique Dantas Monteiro, intitulada: "O LIBERALISMO CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS LIBERAIS CEARENSES NO SENADO IMPERIAL (1864-1868)". A Banca após de reunir, decidiu-se pela aprovação do trabalho com recomendação de publicação.

**Lista de Presença**

Orientador e Coordenador	José Otávio Aguiar	
Examinador (a) Interno(a)	Gervácio Batista Aranha	
Examinador(a) Externo (a)	Ana Paula Cruz	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

Campina Grande-PB, 27 de dezembro de 2021.

*Dedico esse trabalho a meu amado padrinho, Pe. Elias Ramalho, meu pai espiritual e intelectual, sem o amor e o apoio do senhor eu nunca chegaria aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial, por nunca me abandonar e sempre me iluminar nos momentos mais tortuosos da minha caminhada.

A Virgem Maria, por acolher minhas suplicas e sempre me acalentar com seu eterno amor de mãe.

A Santo Agostinho, por ser inspiração intelectual e espiritual para mim. Que sua interseção nunca me falte.

A minha mãe, Dona Antônia, por ter me dado a vida e me amado incondicionalmente. Mulher forte e determinada, que sempre me mostrou que a luta por dias melhores é condição essencial para a classe trabalhadora.

A minha avó, Dona Maria Cizena, senhora de cabelos brancos que sempre cuidou de mim com amor e carinho singular.

A minhas irmãs, Vitória e Maria Eduarda, eternas amigas e companheiras, agradeço a vocês por sempre estarem ao meu lado e me apoiarem nos caminhos que escolhi na minha vida.

A minhas tias Joelma e Maria Betânia, por ajudarem a minha mãe na nossa criação, sempre pacientes e amáveis, são parte essencial do meu percurso pois nunca nos abandonaram em momento algum.

A meu pequeno filho, Tomás, por ser luz da minha vida e fonte de força para sempre seguir em frente. Te amo e estarei ao teu lado em todo o percurso que ainda há por vir na tua vida.

A minha mulher e eterno amor, Clara Jéssica, por sempre acreditar em nós mesmo nas difíceis condições que a vida nos colocou, encontrando comigo o caminho da lealdade, do companheirismo e do carinho inerentes ao verdadeiro amor. Te amo!

Ao meu melhor amigo, Claudio Galeno, pelos anos de parceria e fidelidade. És um homem exemplar e um irmão que o Pai Celestial me deu a oportunidade de ter.

A meus companheiros de infância Igor Carvalho, Mazinho, Iago, Victor Thiago, Jamys, Vinícius, Augusto e Clodoaldo, que permanecem fiéis a nossa amizade independente da distância e do tempo.

A meu irmão Demolay e mentor, Ednaldo Queiroga Filho (Naldinho), por todos os ensinamentos e cuidados de irmão mais velho que tem comigo e com Galeno até os dias de hoje.

A meu tio e amigo, Fernando Lisboa, verdadeiro camarada de toda hora. Sou imensamente grato pelo carinho e companheirismo que têm por mim.

A Lucas Nunes, meu eterno Virgílio. Por ter atravessado comigo a escuridão, sempre me guiando como uma bússola para a luz plena.

A meus amigos de Cajazeiras, Niicolly Tawan, João Pedro Felix, Fernando Lisboa Filho, Marcos Vinicius (Marquinhos), Sebastião, Rodney, Martin Jr., Caio Galvão e Leandro Maciel, camaradas que a vida me deu como aliados fiéis e grandes companheiros nas horas felizes e tristes.

A meus amigos de longa data, Ewerton e Suzyanne, pelo carinho e a fidelidade aos nossos laços construídos nas salas de aula e nos corredores da UFCG.

A minha amiga Ana Beatriz (Aninha), pelos conselhos e o companheirismo de longa data. Sois como uma irmã para mim.

A minha ex-aluna e querida amiga Heryka, pelos momentos que vivemos juntos e por todo o amor e o carinho que têm por mim.

A Letícia Luna, senhora da harmonia do esquadro e do compasso. Por me provar que no infinito as linhas não se cruzam por acaso, pois o segredo da plenitude é a justa posição entre as partes e o todo da vida.

A minha amiga, Vanilda Filgueira, por acreditar no meu potencial, sempre me ouvindo e me cedendo seu ombro amigo e companheiro nas horas mais difíceis.

A minha amiga e oráculo, Ana Livya, por toda paciência e companheirismo que teve comigo nos momentos difíceis da reta final desse processo. Que o sorriso dos teus olhos cor de mel permaneçam a alegrar o mundo.

A meu orientador e amigo José Otávio, por toda a paciência, compromisso e dedicação que teve comigo nesse trabalho. Sou imensamente grato por ter me instruído com sua grande intelectualidade e sabedoria, sempre acreditando no meu potencial e investindo no meu crescimento como ser humano e historiador.

A meu eterno professor e mestre Rubismar Marques Galvão, por ter com sua inteligência e competência me ensinado como ser um dedicado professor e pesquisador. Por todos os conselhos e ajudas que têm me proporcionado até aqui.

Ao professor Gervácio Aranha, por ter me protegido da irracionalidade e dos perigos criados pelo sono da razão. És um intelectual grandioso que muito fez pela minha formação.



Ao professor Luciano Queiroz, importante historiador que me despertou ao compromisso com a classe trabalhadora, me fazendo compreender o meu papel como intelectual orgânico no combate contra o sistema de exploração que traz sofrimento a mim e meus irmãos de classe.

A meus amigos de curso Rayan e Pedro Costa, pela acolhida e parceria ao longo do mestrado. Sou grato pelos conselhos, risos e superações que passamos juntos.

A meus camaradas de sala e de luta Jean, Jeff, Yuri, Lucas, Andresson, Henrique, Ítalo e Flavio pela verdadeira amizade que construímos ao longo desse período de formação e por todos os auxílios e parcerias que firmamos nessa jornada. Levarei vocês para sempre junto a mim.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, pelo acolhimento, ensinamentos e suporte na minha formação e no processo do mestrado acadêmico.

A todos os trabalhadores da Universidade Federal de Campina Grande, por serem os principais responsáveis por todo o funcionamento dessa instituição e, por consequente, de minha construção como professor, historiador e pesquisador.

A todos àqueles que fizeram parte desse processo e que não foram diretamente citados nesses agradecimentos meu muito obrigado.

## RESUMO

Busca-se com esse trabalho de dissertação apresentar as práticas políticas – projetos e discursos

– dos senadores liberais cearenses no interior do Senado imperial entre os anos de 1864 a 1868. Na tentativa de analisar por meio da totalidade e da dialética histórica os lugares de poder, visões de mundo e projetos nacionais dessa parcela da classe dominante brasileira que constituía o partido liberal a nível regional no Ceará. Para isso, procedemos um conjunto de investigações tanto dos elementos particulares, quanto dos gerais, relacionados as práticas políticas desses liberais, baseando-se nas fontes dos Relatórios de Presidente de Província do Ceará para entender a realidade concreta que permeava as relações locais desses parlamentares; bem como, os Anais do Senado imperial, caracterizando as mais altas instituições representativas do período, onde se concentrava os embates dos interesses regionais e nacionais das disputas políticas das classes dominantes do país. Para essa pesquisa nos apropriamos da história dos conceitos e do método hermenêutico histórico, onde procedemos as etapas da investigação científica a partir do mapeamento, análise e reflexões dos dados presentes nas fontes de pesquisa em questão. Deste modo, expomos os resultados desses procedimentos em três capítulos aqui desenvolvidos, sendo o primeiro capítulo apresentado a discussão teórica-metodológica referentes a história dos conceitos ao método hermenêutico, expondo os instrumentos usados na investigação. No segundo capítulo analisamos os elementos que compunham a realidade política-administrativa e socioeconômica do Ceará nos anos de 1864 a 1868. E no terceiro capítulo, dialoga-se sobre as ações propriamente ditas dos parlamentares liberais cearenses no Legislativo, desenvolvendo a discussão a partir do Senado imperial com base nas ações políticas do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, representante senatorial do estandarte liberal cearense no parlamento imperial entre os anos de 1864 a 1868.

**Palavras-Chave:** Liberalismo, Ceará, Segundo Reinado.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation work is to present the political practices - projects and speeches - of the liberal parliamentarians from Ceará within the Chamber and the imperial Senate between the years 1864 to 1868. In an attempt to analyze through the totality and the historical dialectic places of power, worldviews and national projects from part of the Brazilian ruling class that constituted the regional liberal party in Ceará. Thereunto, we proceeded with a series of investigations of both private and general elements, related to the political practices of these liberals, based on the sources of the Reports of the President of the Province of Ceará to understand the concrete reality that permeated the local relations of these parliamentarians; as well as, the Annals of the Senate and the Imperial Chamber, characterizing the highest representative institutions of the period, where the clashes between regional and national interests of the political disputes of the country's ruling classes were concentrated. For this research we have appropriated the dialectical materialistic historical method, where we proceed the stages of scientific investigation from the mapping, crossing of informations, analysis and reflections of the data present in the research sources in question. Thus, we expose the partial results of these procedures in two chapters developed here, with the first chapter presenting the elements that made up the political-administrative and socioeconomic reality of Ceará in the years 1864 to 1868. And in the second chapter, discussing about the actions that were properly explored about the liberal parliamentarians from Ceará present in the Legislative, starting the discussion by the imperial senate based on the political actions of senator Tomás Pompeu de Sousa Brasil, senatorial representative of the liberal flag from Ceará in the imperial parliament between the years 1864 to 1868.

**Keywords:** Liberalism, Ceará, Second Reign.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela I – Algodão despachado na capital pelo tesouro provincial no último quinquênio de 1861 a 1865 .....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela II – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1865 e 1866 .....</b>	<b>34</b>
<b>Tabela III – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1867 e 1868 .....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela IV – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1869 e 1870 .....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela V – Balanço dos valores por comércio e navegação da província do Ceará em 1867 .....</b>	<b>37</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – HISTÓRIA DOS CONCEITOS: TEORIA E METODOLOGIA APLICADA AO EXERCÍCIO HERMENÊUTICO</b> .....	22
1.1 - Breves considerações sobre a História dos Conceitos .....	22
1.2 - O método hermenêutico de análise da história .....	25
<b>CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO CEARÁ (1864-1868).</b>	30
2.1- Aspectos administrativos e socioeconômicos da Província do Ceará (1864-1868).....	30
2.2- Atmosfera política da Província do Ceará (1864-1868): grupos políticos, partidospolíticos e as disputas pelo poder .....	50
<b>CAPÍTULO III - TOMÁS POMPEU E A REPRESENTAÇÃO LIBERAL CEARENSE NO SENADO IMPERIAL (1864-1868).</b> .....	60
3.1 - A Província do Ceará no Senado brasileiro: Pompeu e as discussões em torno dos temas nacionais e provinciais no interior do parlamento (1864-1868) .....	61
3.2 - “ <i>Um liberalismo apparatuso</i> ”: considerações sobre a crítica de Pompeu ao liberalismo progressista no Senado imperial (1864-1868).....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87

## INTRODUÇÃO

O liberalismo é entendido como uma ideologia fundamental nas transformações substanciais da história política ao longo do tempo; foi, por princípio, a filosofia de muitas revoluções burguesas na primeira metade do século XIX e, portanto, revelou-se como a base teórica que edificou a política moderna e o Estado Moderno. Foi, também, a ideologia que estabeleceu a democracia moderna como forma de governo elementar, além de ter se feito responsável pela a divisão dos poderes na estrutura das relações de equilíbrio administrativo do estado e da lógica do direito positivo, que gestaram as leis e o direito vigentes até os dias atuais. Assim, o liberalismo representa uma ideologia política tão impactante nas transformações históricas, que é indispensável como tema de análise e estudo das ciências humanas.

O liberalismo transpôs as ilhas britânicas e o continente europeu, chegando às Américas e ao Brasil ainda no século XVIII, onde teve uma larga disseminação nos engendres da política brasileira e tomou papel central em diversos acontecimentos da história do país, como, por exemplo, o próprio processo de Independência. Como partido político, o liberalismo construiu uma trajetória consistente em todo o século XIX, estando presente no quadro partidário do império brasileiro até seus últimos dias. Nessa trajetória, o fim da década de 60 e o início da década de 70 do século XIX foi um período crucial para as transformações políticas concomitantes ao Segundo Reinado, sobretudo no que tange à realidade política do liberalismo. Assim, como a política de Conciliação encampada pelo Marquês do Paraná na década de 50, com o objetivo de conciliar o partido conservador e o liberal, acabou por criar um ambiente favorável para que os liberais subissem ao poder a partir de 1864, passando a controlar o gabinete ministerial e algumas presidências de província. Tal fenômeno foi acompanhado de uma reestruturação do liberalismo, que passou a se organizar em dois partidos que afirmavam filiação aos princípios liberais mesmo estando em oposições diretas, criando, no seio das relações entre os diferentes projetos das classes dominantes nacionais, um novo quadro de disputas, orientados pelo pensamento liberal. Essa situação durou até o julho de 1868, quando o então gabinete liberal de Zacarias Góis (1866 – 1868) foi dissolvido em razão da Guerra do Paraguai e da reaproximação do imperador das representações conservadoras, fazendo com que os liberais rompessem a política de Conciliação e reestruturassem o partido novamente em um só, intensificando as críticas à centralização do poder e às limitações das ações políticas do próprio Legislativo frente aos mecanismos de controle régio. Tal situação acarretou mudanças significativas no interior do partido liberal, tanto a nível de articulação política e dos jogos de poder, quanto no arcabouço de suas ideias e dos princípios partidários do liberalismo no Brasil.

É exatamente nesse espaço de transformação em que os liberais reforçaram os princípios ideológicos do liberalismo como elemento central de suas ações políticas. A ideologia liberalista tinha um significado próprio para aquele lugar, pois expressava os limites e possibilidades do conceito de liberalismo na realidade histórica e social brasileira dos fins do século XIX e início do XX. O Partido Liberal no Segundo Reinado agrupava em suas fileiras as características das diversidades regionais sinalizadas nos políticos que compunham a constelação de membros do Partido. Cada membro tinha uma especificidade própria para aquele lugar, pois cada um deles expressava os limites e possibilidades da realidade de suas províncias e do poder que imperavam nelas. Mediante isto, não se pode tomar uma regra geral para a compreensão do liberalismo brasileiro, mas deve-se tratar a questão por meio das suas particularidades.

Quando se consideram as particularidades do Ceará, por exemplo, não se pode deixar de refletir sobre as características dos políticos que compunham o Partido Liberal, sendo estes as classes dominantes provinciais cearenses. Essa classe dominante, conforme revela Maria Arair Pinto Paiva (1979), estava ligada diretamente à fazenda, e, portanto, à propriedade rural. Assim, a Província do Ceará foi marcada pela realidade agrária do Norte do país em tempos imperiais, por uma economia voltada para a pecuária e para o plantio de gêneros agrícolas, com destaque para o algodão – produto que rendeu grandes lucros e um expressivo crescimento a província na década de 60. A sociedade cearense era marcada pelo estigma da seca e dos processos de exploração desenvolvidos, fazendo da seca uma parte dos jogos de poder do período. A fraude eleitoral fazia parte da vida política cearense, para manter os cargos de privilégio sob o controle de certos grupos; isto é, não se estabeleciam limites aos meios para se alcançar o controle do poder (MONTENEGRO, 1980). As disputas de poder entre as classes dominantes cearenses e a realidade do Partido Liberal respondiam ao comando e à representação destes grupos de poder provincial. Nomes como o do Senador Francisco de Paula Pessoa (1795-1879) e do Senador Pompeu (1818-1877), que comandaram o partido dentro do Ceará no período aqui investigado, representaram, tanto a nível local quanto a nível nacional, os objetivos das classes dominantes que simpatizavam com a vertente liberal e que, de modo direto ou indireto, tiveram participação fundamental na formação do perfil do partido político, dentro e fora da província.

A investigação das práticas políticas e sociais da classe dominante cearense em exercício do poder nas instituições do Império é de importância e de interesse substancial para os estudos e análises da história política, em especial quando se tem ênfase na totalidade da realidade histórica e nas relações que a ideologia e as práticas sociais estabelecem no controle e na

manutenção das estruturas e das relações entre os grupos no transcurso temporal da história brasileira. Portanto, essa investigação é de legítima relevância para a produção historiográfica da história política e regional, pois carrega em si a criteriosidade e a singularidade metodológica e analítica próprias do trabalho histórico frente ao desafio de questionar qual o perfil dos discursos e das práticas políticas dos parlamentares liberais cearenses no Senado imperial nos anos de 1864 a 1868.

Os estudos sobre a política partidária do Segundo Reinado quase sempre remetem à noção de não haver uma clara distinção político-ideológica entre liberais e conservadores, que entre os partidos não se demonstravam substanciais diferenças, podendo haver aproximações tão fortes entre eles que, em determinadas circunstâncias, tornava-se difícil diferenciá-los. Para tanto, essa premissa cria implicações severas ao entendimento do arcabouço ideológico do partido liberal, pois, por muito, o liberalismo brasileiro do Segundo Reinado ficou compreendido enquanto uma ideologia política que existiu por mera conveniência de alguns setores da classe dominante imperial, que necessitavam de uma identidade partidária para afirmar seus objetivos e projetos no interior das lutas de poder da monarquia. Considerando isto, a ideologia liberal que estava na base do pensamento político brasileiro existia por mera conveniência nos discursos dos liberais e, também, a existência do partido liberal servia apenas para uma divisão caricata entre dois lados da elite nacional, tendo o liberalismo enquanto um princípio morto ou uma casca vazia que servia apenas como item alegórico.

Um outro problema de análise que também fortalece a ideia de princípio alegórico do liberalismo para o partido liberal são as suas origens na história política do Brasil, que se deram mediante a importação da ideologia europeia ainda no período colonial. Por este motivo, tomam-se os princípios liberais europeus como regra para se estabelecer o que de fato foi o liberalismo em suas práticas e premissas. Tal ideia também acaba colocando em suspensão a ideologia liberal praticada no Brasil, pois, quanto mais diferenciadas fossem as práticas e as premissas brasileiras das europeias, menos puro e real seria o partido liberal brasileiro em sua essência. E o conceito de liberalismo existente nesse partido também dependia do que estava estabelecido pelo pensamento europeu para que essa premissa basilar fosse legítima.

Notadamente, se podem citar dois pensadores clássicos da historiografia brasileira que procederam análises sobre o liberalismo brasileiro que aproximam vislumbres dos problemas apontados acima, sendo eles Caio Prado Jr. e o Sergio Buarque de Holanda. Destacadamente, Caio Prado Jr. em sua obra *A Evolução Política do Brasil: colônia e império*, apresenta os liberais como "detentores do capital móvel" (PRADO JR., 1994 p. 97), portanto, os comerciantes do Império, dos quais tinham como objetivo principal em suas práticas políticas



o avanço dos mecanismos de produção que impulsionassem o Brasil para o capitalismo. Para Prado Jr., a política do Segundo Reinado como um todo, e mais particularmente as práticas políticas dos conservadores e dos liberais, mantinham-se no âmbito de análise economicista; e todos os demais elementos político-ideológicos estavam subjugados a esse princípio.

Para Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Capítulos de história do Império*, o liberalismo brasileiro é entendido enquanto um "liberalismo de fachada" (HOLANDA, 2010, p. 50), que, segundo o autor, era um liberalismo que desvirtuava do praticado na Europa, em especial, pelas formas de funcionamento do poder no interior da política imperial e os modos de produção existentes no Segundo Reinado. Apesar da análise de Sergio Buarque de Holanda possuir uma riqueza de dados e uma profunda erudição, sua compreensão do liberalismo brasileiro está subordinada ao pensamento liberal europeu, pois o autor compreende que a realidade histórica brasileira deformou o pensamento liberal enquanto tal.

O problema de compreender o conceito de liberalismo no interior dessas condições são: a) o descrédito da pluralidade de elementos históricos e sociais singulares que constituíam o próprio Império e que estruturavam as matrizes práticas e ideológicas dos liberais no Segundo Reinado; b) a larga tendência interpretativa sob a ótica de uma subordinação dos princípios liberais brasileiros às influências do liberalismo europeu.

A própria pluralidade política das províncias que constituíam o império revela que o liberalismo brasileiro no Segundo Reinado não correspondia diretamente a um partido formado por homogeneidades políticas, mas representava a diversidade das regionalidades provinciais que se encontravam integradas no interior da totalidade que estruturava o partido a nível nacional. Com base neste princípio, podemos entender que as particularidades regionais que formavam o partido liberal são chaves importantes para a compreensão dos elementos que compunham as práticas e premissas liberais no âmbito da política imperial. Essa realidade de singularidades regionais leva à necessidade de uma investigação particular dos representantes provinciais que formavam os membros do partido, entendendo que seus princípios ideológicos e suas práticas políticas estavam ligadas a seus lugares de poder regional.

Compreende-se que é essencial investigar as contradições particulares que compõem o liberalismo brasileiro em sua multiplicidade. A compreensão do liberalismo brasileiro invoca para si a necessidade de um procedimento que compreende a totalidade do sistema, partindo dela para as particularidades e se elevando novamente ao geral, procedendo da investigação dos lugares particulares que cada político liberal ocupava no exercício político das suas províncias e das instituições do Império. Assim, tendo em vista o árduo trabalho que se objetivou no levantamento bibliográfico para esta pesquisa, foi selecionado um recorte temporal e uma

espacialidade para proceder às investigações sobre a problemática de compreender as práticas políticas dos liberais cearenses no interior do Parlamento.

O recorte temporal desse exercício corresponde à temporalidade de 1864 a 1868, por ser relativa ao momento da sucessiva administração liberal tanto a nível nacional pela ocupação do gabinete ministerial por chefes inclinados ao liberalismo quanto aos presidentes de província liberais cearenses que gestaram a província ao mesmo tempo que os chefes de gabinete liberais. Outro motivo que justifica essa escolha são as condições de transformação ocorridas no Ceará nesse período, tendo em vista que essa época se refere ao auge do comércio de algodão e das transformações materiais da província, fazendo com que o estado experimente as mudanças centrais que marcaram o processo de modernização das cidades e a construção das ferrovias.

O Ceará fazia parte da divisão administrativa provincial do país, localizando-se na região Norte brasileira e fazendo divisa com o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. A agricultura e a criação de animais foram as bases da produção de bens de consumo que sustentaram economicamente a província e que se desenvolveram dentro dos grandes latifúndios comandados por fazendeiros que configuravam a classe dominante provincial. Essa classe dominante dividia-se em grupos de poder pelo território cearense, disputando o domínio das instituições e dos cargos públicos que prestavam o controle administrativo do Ceará. Assim, as classes dominantes cearenses não resumiam seu lugar de poder apenas no âmbito local, mas estavam em consonância com a realidade política nacional, e não apenas acompanhavam esta, como também faziam parte de sua estruturação; sobretudo, no que tangia à disputa político-partidária do período, sinalizada no conflito entre liberais e conservadores (MONTENEGRO, 1980, p. 15, 49).

No que diz respeito aos liberais, suas condições de ação política encontravam-se em impasse com a própria estrutura do país, pois o Brasil possuía um modo de produção escravocrata e com um poder político que emanava do monarca; assim, o imperador possuía o controle quase absoluto das instituições de poder político do Império. Não obstante, a política interna do Ceará era fundamentalmente conturbada, com fraudes eleitorais, assassinatos políticos, corrupção de membros da justiça e compra de votos. E, mesmo em meio a esse cenário, o partido liberal no âmbito político do Segundo Reinado postulava o cargo de porta-voz e baluarte da liberdade, apropriando-se desse princípio para postular suas bases ideológicas e os mecanismos de ação política no interior dos lugares de poder da política imperial. Certamente, uma de suas maiores expressões estava nos políticos liberais do Ceará que ocupavam tanto os cargos públicos dentro da província, quanto os assentos no Parlamento, que

simbolizava a política nacional na instituição mais representativa daquela época (PAIVA, 1979).

Essa dialética edificada entre o regional e o nacional cobre todos os níveis das relações como, por exemplo, as práticas partidárias, de onde habita o problema de raciocínio aqui proposto. O partido liberal era formado pela miscelânea de vários representantes das vinte e duas províncias do Império brasileiro, cada qual com suas singularidades culturais, econômicas, sociais e regionais. A multiplicidade construía disputas por lugar de poder entre os membros do partido, configurando assim as bases das relações políticas do partido liberal e da própria política imperial como um todo. O partido liberal possuía a estrutura de um mosaico, constituído de múltiplas partes dispaes, mas que formavam ao longe uma mesma imagem. Essa pluralidade que emerge no entorno da ideologia liberal surge enquanto processo de uma construção das relações concretas da política brasileira, onde economia, cultura, relações sociais e práticas políticas surgem como partes indissociáveis de uma totalidade.

É a partir da totalidade que proceder-se-ão os movimentos de análise para a compreensão da ideologia liberal, pois entende-se que só uma visão totalizante pode proporcionar uma compreensão histórica verossímil do objeto de investigação. O conceito de totalidade aqui compreendido pode ser encontrado inicialmente no sistema filosófico de Hegel (2010, p. 72, 73). Compreendida pelo filósofo alemão como a multiplicidade de elementos que formam a realidade, a totalidade se apresenta a partir de um devir dialético, que fundamenta a existência histórica e complexa do mundo; estando, portanto, em constante movimento de negação-conservação. A totalidade existe enquanto complexo, formada por um conjunto de outros complexos, pois suas partes, assim como ela própria, estão em constante movimento e transformação. É importante entender que, por mais que esses complexos respondem a uma unidade, e a uma interação que forma a totalidade, eles possuem contradições entre si, pois não são idênticos e por este motivo estabelecem contradições dialéticas uns com os outros (LUKÁCS, 2003, p. 84).

Para Lukács (2003), Hegel foi um dos pioneiros na compreensão do movimento dialético da totalidade como princípios da realidade. Contudo, o conteúdo que Hegel elegeu como totalidade não correspondia verdadeiramente à realidade, e detém em si um conjunto de conceitos mitológicos donde se desdobra o movimento. Deste modo, foi em Marx, como afirma José Paulo Netto (2011), que o conceito de totalidade ganha sua forma mais fiel para com a realidade do mundo. Enquanto para Hegel a totalidade compreendia conceitos mitológicos, como a Ideia que se apresentava como norte teleológico da história do mundo, Marx preferiu partir da concretude do mundo material, refletindo que Hegel estava correto ao afirmar o

movimento dialético e a totalidade como princípios da realidade, mas que se equivocou ao elencar conceitos abstratos como a Ideia enquanto cerne do desenvolvimento da dialética e como matéria da totalidade. Seguindo na esteira desse materialismo histórico de Marx e de Lukács, compreende-se a totalidade como a unidade interativa dos complexos que formam a realidade, sejam eles a dimensão econômica, política, cultural ou social. Assim, o que interessa a esta pesquisa é compreender que a ideologia liberal praticada pelos liberais do Ceará no Segundo Reinado foi parte de uma totalidade, e que o conceito de liberalismo é inviável de análise criteriosa se abandonarmos esse princípio.

Não se compreende o liberalismo apenas como uma doutrina política, uma filosofia ou uma teoria econômica, mas é cabível concebê-lo com a profundidade da realidade histórica a qual o conceito demanda, para que se produza uma análise criteriosa e verossimilhante àquilo que de fato foi exercido como liberalismo no período aqui analisado. A partir da luz que Marx (2011) e Lukács (2017, p. 464, 576) relegaram a estas correntes teóricas, analisar-se-á o liberalismo antes como uma visão de mundo comprometida com uma causa social, criada a partir de uma forma de compreensão da realidade, interligada diretamente a uma classe social. Portanto, uma ideologia. Segundo Marx (2011, p. 68, 70), a ideologia é produto da realidade prática e material e, portanto, não é fruto de uma simples abstração *a priori* do mundo material. Ela é formulada por ideólogos que expressam seus pensamentos com base nas condições materiais que vivem, e que estão interligadas diretamente com a classe social que domina essa realidade material, pois,

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (MARX, 2011, p. 31).

A ideologia surge ligada diretamente à demanda emergente que a realidade relega aos indivíduos, e essas demandas são a matéria-prima da produção das ideologias. É para solucionar essas necessidades emergentes da realidade que as ideias se tornam ideologias. Deste modo, a ideologia provém de uma realidade prática e material, e surge como uma solução idealizada com funções práticas para os embates no interior das lutas de classe (LUKÁCS, 2017, p. 467).

A ideologia liberal que era praticada no Brasil no período do Segundo Reinado não escapa a essa realidade, pois conforme será analisado, ela detinha uma função direta para as ações políticas dos liberais cearenses e do Império como um todo. E, sendo ela uma visão de

mundo, não corresponde a uma análise apressada que a afirme como uma falsa consciência, ou como já citado anteriormente, um “liberalismo de fachada”. As contradições produzidas na realidade histórica do Brasil podem até criar falsidade nos princípios idealizados no liberalismo, mas isso não relega a ele uma produção falsa ou uma ideia alegórica e de fachada. O liberalismo tinha uma função prática e fazia parte de um projeto político complexo, e que pode ser entendido a luz da hermenêutica e da totalidade da realidade concreta da história.

É importante entender que, como uma ideologia, o liberalismo não pode ser apartado da compreensão de classe social e da luta de classes, que caracteriza a realidade das ideologias na dinâmica da história. Como dito anteriormente, o liberalismo era parte do projeto político de um estrato social que compunha as elites ou as classes dominantes do Brasil Império. Essa parcela da classe dominante brasileira que depositava suas ações políticas nos projetos liberais encampava um embate político interno com os membros da própria classe dominante, pois dependiam dessas pelepas para estabelecer o controle dos instrumentos de poder administrativo do Estado. Autores como Florestan Fernandes em *Revolução Burguesa no Brasil*, (2006, p. 49, 108) identificam que a relação desse estrato da classe dominante com a ideologia liberal se desdobrou em um delicado processo, pois o liberalismo é uma ideologia que carrega consigo o projeto demundo da burguesia, e tal fato criou contradições imediatas na realidade histórica do Brasil, pois não se poderia falar em burguesia propriamente dita no Brasil antes da extinção do modelomonárquico e de suas estruturas no país. Portanto, os liberais do Segundo Reinado não podendoser identificados enquanto burgueses, levaram Florestan a empreender um entendimento sobreaquilo que era uma possível burguesia latente.

É importante ter em mente que esta pesquisa se objetiva na totalidade e, portanto, as delimitações aqui propostas não procedem de um deslocamento dos objetos de suas realidades concretas, como se procedêssemos de uma retirada ou um deslocamento destes do interior da dinâmica e de seu movimento na realidade. Tal fato é essencial para a própria compreensão dos procedimentos metodológicos desta investigação, pois os objetos de pesquisa no interior da história correspondem a categorias que, em sua realidade, dependem das relações e dos movimentos constantes que os perpassam na materialidade da vida. Para que seja possível desenvolver a análise da ideologia liberal no interior da realidade histórica do segundo reinado, de modo a investigá-lo em sua forma, conteúdo e movimento, esta pesquisa apropria-se do instrumento metodológico da *abstração* que Marx relegou para melhor operar esse trabalho científico. Essa ferramenta operada por Marx em suas pesquisas aplicada no estudo sobre o sistema capitalista pode ser melhor observada no Primeiro Prefácio do *O Capital* (2017, p. 78),

onde o autor explica seu método e os usos da abstração nos seus procedimentos de análise da substância e na grandeza do valor, e explica ainda que:

(...) No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskraft] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica.

Em Marx, a abstração é uma ferramenta metodológica que possibilita ao cientista operara análise e a expressão teórica de um dado objeto particular no interior da totalidade, procedimento que se concentra primeiramente em o pesquisador analisar o objeto em sua composição, forma, movimento dinâmico próprio e em relações com outros objetos no interior da realidade concreta, para posteriormente manifestar cognitivamente suas análises em uma projeção teórica, conseguindo assim, expressar abstratamente suas categorias, sem que com isso abandone a relação direta com a concretude e a totalidade de onde procede o objeto. Portanto, as práticas políticas dos liberais cearenses, quanto os conceitos-chaves para seu entendimento, são aqui analisadas com base no recurso metodológico da abstração, pois procedemos a investigação particular dessas partes, isolando-as para entender com profundidade suas características próprias e, a partir delas, como se comportaram nas engrenagens da dinâmica histórica.

Todo conceito político é a expressão de uma realidade histórica concreta. Sendo assim, ele não é um signo puramente linguístico, nem tão pouco se resume a uma formulação discursiva apartada do sujeito e do fato, também não representa uma falsa consciência. O conceito é compreensão do real e da vida, é uma construção da relação entre os entes conscientes e as coisas do mundo. Podendo ser desvelado a partir de uma hermenêutica histórica e social. E, portanto, para ser compreendido em sua profundidade, o conceito necessita de uma hermenêutica que se lance tanto para o passado, quanto para o presente, no sentido de compreender as transformações diacrônicas que o conceito sofreu ao longo da dinâmica histórica, sem que para isso, se despreze as peculiaridades sincrônicas que o conceito possui dentro da singularidade social a qual é compreendido e operado. Para o desenvolvimento de uma investigação apropriada dos conceitos de liberalismo compreendido e operado a partir dos senadores cearenses no Parlamento imperial, compreendemos que a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) é o domínio que responde às especificidades deste trabalho, pois, ela representa o campo de estudo historiográfico que dispõem

dos critérios teóricos e metodológicos para uma análise objetiva e esclarecida do campo conceitual da história.

Para desenvolver a análise das práticas políticas dos parlamentares liberais cearenses no inteiro do Senado, trabalhar-se-á com as fontes referentes aos Anais do Senado Imperial nos anos de 1864 a 1868; os relatórios das Presidências de Província do Ceará, também de 1864 a 1868. Esses materiais estão disponíveis em sites na internet, onde encontram-se digitalizados e organizados em imagens ou livros no formato de PDF (Portable Document Format). A partir destas fontes, as ações políticas e os discursos operados por parte dos liberais cearenses em seus variados meios foram mapeados, interpretados, analisados e cruzados, seja no comando da instituição de administração cearense da Presidência de Província, seja na ocupação de acentos do Senado Imperial, dando-lhes espaço de participação na política a nível nacional. Assim, cada fonte prestou a possibilidade de chegar à análise tanto do ambiente histórico comum a esses políticos, a partir da sua regionalidade na Província do Ceará, quanto das suas ações propriamente ditas nas instituições de poder a nível nacional.

Frente às fontes utilizadas aqui, desenvolveu-se o método hermenêutico unido à técnica da análise de conteúdo que, segundo Júlio Aróstegui (2006, p. 525), consiste nas “técnicas que permitem obter informação adicional dos documentos escritos através da análise de suas codificações internas (...)”. E a partir disso efetuou-se este método em três operações, sendo efetuado o mapeamento das informações contidas nos documentos, o cruzamento do conjunto de elementos presentes nas fontes e a análise da dinâmica e do movimento dessas informações nos desdobramentos da totalidade indo do geral ao particular para o estabelecimento do conceito central da pesquisa.

Assim, analisam-se as fontes a partir das seguintes operações:

1. Mapeamos os Anais do Senado imperial e os Relatórios de Presidente de Província do Ceará, com o intuito de localizar os discursos, votações e projetos apresentados por parte dos liberais cearenses entre os anos de 1864 a 1868;
2. Interpretamos os conteúdos mapeados pelo procedimento anterior, na tentativa de localizar o conteúdo relacionado com as práticas políticas efetuadas pelos liberais cearenses;
3. Expomos os discursos e as práticas políticas mapeadas e interpretadas anteriormente, relacionando-os com os elementos históricos e sociais extratextuais que circundaram as ideias e as ações políticas presentes nas fontes.

Apresentamos os resultados da pesquisa a partir da elaboração desse texto escrito, dividido em três capítulos, respectivamente em um primeiro capítulo expomos uma reflexão teórico-metodológica sobre o domínio e os instrumentos usados para o desenvolvimento da pesquisa, com base na História do Conceitos e no método hermenêutico; no segundo capítulo demonstramos os resultados das fontes dos Relatórios de Presidente de Província do Ceará; e, por fim, um terceiro capítulo aonde apresenta-se os resultados das pesquisas do Anais do Senado.

No primeiro capítulo apresenta-se algumas reflexões teóricas-metodológicas sobre o estudo da compreensão da história dos conceitos do método hermenêutico. Na tentativa de construir um diálogo acerca do domínio histórico dessa pesquisa, conjuntamente, ao método que será trabalhado, compreendo que o mesmo se insere na análise qualitativa das fontes. Pois, a análise de um conceito se desdobra na possibilidade de integração do historiador como parte viva dos procedimentos metodológicos do trabalho científico. Sendo, portanto, um sujeito que se lança nas fontes de forma sistemática e compreensiva, para revelar nas suas camadas os elementos que dão vida a totalidade que o conceito implica em si.

No segundo capítulo tratamos das condições socioeconômicas e políticas nas quais se encontrava o Ceará no período de 1864 a 1868, iniciando essa discussão pela conjuntura econômica, enfatizando a produção e o comércio de algodão, mercadoria que proporcionou no período aqui analisado, o enriquecimento e o desenvolvimento material da província, criando uma situação de mobilização da classe dominante cearense na busca de formas para manter e ampliar os lucros advindos desse gênero agrícola, e impulsionando as instituições administrativas da província a empreender reformas estruturais desde a modernização da capital; passando pelos projetos de desenvolvimento dos transportes por meio da estrada de ferro até o combate à violência, condição central para a ampliação do controle do estado e a operação dos projetos das classes dominantes.

Não obstante, investigamos as condições da realidade política da província, dialogando sobre o desenvolvimento do controle dos grandes latifundiários e sua consolidação do poder no interior da província, configurando assim, os grupos políticos e as famílias que representavam as oligarquias cearenses, demonstrando, assim, como essas facções se dividiram entre as filiações partidárias políticas do império, destacando nesse meio, o partido liberal com seus líderes e sua ocupação dos cargos públicos e das instituições administrativas províncias na província em meio das pelepas pelo poder.

No terceiro capítulo chegamos à discussão das práticas propriamente ditas dos parlamentares liberais cearenses no interior do legislativo, iniciando essa exposição pelo senador imperial, donde nos focamos na figura de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, único



representante liberal cearense ativo do período no Senado. Nesse sentido, no primeiro momento buscamos compreender em quais projetos, discursos e pautas se centraram as atenções de Pompeu, como o senador representou os anseios da classe dominante cearense no parlamento, bem como, se projetou nas pautas do partido liberal, e nas contribuições junto na construção dos projetos nacionais de estado. Já no segundo momento desse capítulo, nos centramos na peleja entre as vertentes do liberalismo presentes nas representações partidárias do período. Destacando o conflito entre os liberais históricos e a Liga Progressistas e sendo Pompeu filiado a primeira vertente, analisamos como o senador reclamou para seu partido o status de verdadeiro representante da ideologia liberal na política partidária. Situação que como veremos, reconfigurou as disputas entre os diferentes grupos da classe dominante nacional, nesse momento posicionados sob a égide da ideologia liberal em uma constante busca por controle do poder e pelo desejo de operar os diferentes projetos nacionais.

## **CAPÍTULO I – HISTÓRIA DOS CONCEITOS: TEORIA E METODOLOGIA APLICADA AO EXERCÍCIO HERMENÊUTICO.**

Busca-se com esse capítulo apresentar uma singela discussão sobre a história dos conceitos e o método hermenêutico desenvolvido ao longo da pesquisa. Com finalidade em operar uma proposta que rompe com um modelo estrutural, estático e puramente quantificável da análise de um conceito, tendo em vista, a dinâmica que a história proporciona as formas construtivas e interpretativas de um conceito. Entendendo, pois, que seu significado depende de variadas condições que estão postas na realidade subjetiva da vida dos sujeitos que fazem a história. E assim, o pesquisador depende de um procedimento vivo para compreender as relações, fatos, fenômenos e significados que ali se desenrolaram a partir de uma lógica muitas vezes não consciente aos agentes históricos.

E, portanto, deve se ficar claro que, por vezes, as ideias e os conceitos prestam o sentido e a orientação da ação política, revelando a própria existência da práxis política em seu sentido mais profundo, quando a ação e a ideia comungam a mesma existência. Assim, a investigação histórica das ideias e dos conceitos políticos, revela as formas de raciocínio e as significações históricas e filosóficas mais complexas e substanciais da realidade política no transcurso do tempo.

### **1.1 - Breves considerações sobre a História dos Conceitos**

Os estudos conceituais no interior da ciência histórica não perpassam pela simples relação de extrair os conceitos dos textos e das fontes em sua forma puramente imediata. Como se o conceito fosse uma coisa em si, e, portanto, possuísse uma existência independente do sujeito e de sua realidade concreta. Mas, a investigação dos conceitos no interior da história, pressupõem uma complexidade de análises que denotam um conjunto de movimentos interpretativos, onde se operam ações que vão do conceito para o contexto e do contexto para o conceito, em uma relação hermenêutica que busca uma totalidade das partes e do todo que compõem o conceito. Nesse esforço, a história privilegia os estudos conceituais com uma dimensão particular em seu tratamento, sendo ela a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), que nasceu da necessidade de prestar as devidas considerações e importâncias que as condições da vida humana formulam diante dos conceitos ao longo do tempo.

A história dos conceitos surgiu efetivamente no século XX, em especial, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, mas ao longo do tempo que antecedeu esse fato, muitos exercícios foram feitos entorno dos problemas que permeavam o estudo conceitual. Assim, ainda no século XVIII, o teólogo alemão Johann Georg Walch (1693-1775), já alertava sobre a necessidade de um tratamento particular para os conceitos diante das transformações de seus significados e usos práticos na dinâmica histórica (ASSIS & MATA, 2013, p. 23). Além do mais,

áreas do conhecimento como a história das ideias e a história dos intelectuais, incluíam a análise conceitual em seus estudos, em particular, dentro dos sistemas de pensamento que existiam na filosofia de alguns intelectuais, ou nas relações que alguns conceitos mantinham com as estruturas de pensamento de algumas sociedades ou culturas.

Vale ressaltar que, a linguística e a história dos discursos, compartilhavam deste exercício investigativo dos conceitos, mas, assim como a história das ideias e a história dos intelectuais, tais campos do conhecimento debruçavam-se sobre os estudos dos conceitos com a particularidade epistêmica e metodológica própria de seus espaços de atuações, e tal característica deixou a desejar em muitos aspectos da análise conceitual. Na segunda metade do século XX, intelectuais alemães como Otto Brunner (1898-1982), Werner Conze (1910-1986) e Reinhart Koselleck (1923-2006), a partir de produções como o dicionário de *Conceitos Históricos Básicos*, abriram caminhos mais concretos para a dimensão da história dos conceitos no interior da historiografia (ASSIS & MATA, 2013, p. 16, 18). E assim, esses intelectuais foram essenciais para estabelecer os princípios que caracterizam este novo campo de estudo, que intenciona sistematizar cientificamente um conjunto de componentes que prestem as condições ideais, para que a investigação dos conceitos no interior da história seja objetiva e totalizante, no sentido de abarcar as formulações que criam os conceitos a partir da relação entre os elementos cognitivos e as coisas do mundo.

A história dos conceitos apresenta-se enquanto o campo de estudo histórico que trata da análise dos conceitos ao longo do tempo, buscando compreender as continuidades e descontinuidades de seus usos e significados na história. Ela apresenta-se como uma proposta interdisciplinar que leva em consideração a necessidade de diálogo com outras áreas do conhecimento, para efetivamente cumprir suas diretrizes teóricas e metodológicas. A história dos conceitos, aparta-se de um interesse puramente histórico linguístico ou estrutural, lançando-se em um trabalho diversificado e dinâmico, a partir da totalidade da vida social e histórica dos sujeitos que constroem os conceitos, em uma tentativa de esclarecer as transformações e permanências do campo conceitual.

Por certo é possível perceber que o objetivo da dimensão histórico conceitual não corresponde a uma análise puramente semiológica, ou relativa a um procedimento de análise do significado do conceito enquanto palavra, pois apesar dos conceitos serem palavras eles não se encerram enquanto tais. Logo, o conceito transpassa o sentido semântico das palavras e da comunicação enquanto um instrumento gramatical e linguístico, mas em sua formulação existencial, o conceito é a expressão da relação do homem com o mundo que vive em suas formas objetivas e subjetivas, em que o conceito revela cognitivamente a substancialidade de elementos reais no mundo. Ele se apresenta como o produto da relação da capacidade de conhecimento humano e as coisas, tendo nessa relação o motor gnosiológico e epistemológico do qual o homem

compreende e transforma conscientemente o mundo em que habita (KOSELLECK, 1992, p. 134-138).

Por esse motivo, a história dos conceitos mantém uma relação íntima com a história social, tendo em vista que, tanto a formulação como o uso prático dos conceitos devem partir de um contexto social concreto. Que objetiva relações históricas materiais, que partem de sujeitos históricos reais que em seu dia-a-dia usam os conceitos para dar significado e fundamentação teórica a suas práticas e experiências. Pois, como afirma Reinhart Koselleck (2006, p. 98), “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”. Por conseguinte, a relação construída entre história dos conceitos e história social, estabelece um benefício recíproco entre ambas as partes, pois é a partir deste intercâmbio que a história social toma profundidade dos conceitos que perpassam a vida social, assim como a história dos conceitos a partir da história social, compreende os contextos histórico-sociais do mundo material e simbólico que o conceito expressa (KOSELLECK, 2006, p. 97, 118).

Essa relação que gesta o conceito, tem por princípio a temporalidade enquanto elemento determinante de sua existência, pois a dinâmica temporal designa os conteúdos e formulações que predis põem as transformações dos conceitos, como também, as singularidades que cada conceito possui dentro de determinada realidade histórica a qual está inserido. Metodologicamente, a história dos conceitos procede análises tanto sincrônicas quanto diacrônicas, onde dentro da singularidade temporal e espacial a qual é cunhado e operado o conceito, procedesse a análise sincrônica, pois entende-se que o conceito expressa um sentido único, que é apresentado singularmente diante de uma dada realidade histórica. Como também, percebe-se que um conceito passa por transformações em seu significado e uso ao longo da história, tendo, portanto, uma natureza diacrônica, pois relaciona-se historicamente com as mudanças da dinâmica temporal. Pois, como bem reflete Reinhart Koselleck (2006, p. 101):

A história dos conceitos pode ser reconstruída através do estudo da recepção ou, mais radicalmente, da tradução dos conceitos que, usados pela primeira vez no passado, são postos em uso pelas gerações posteriores. Portanto, a singularidade histórica dos atos de fala, que parecia tornar qualquer história dos conceitos impossível, na verdade cria a necessidade de se reciclar as conceituações passadas.

Os conceitos não se apresentam ao longo da história em uma forma puramente cristalizada, como se não sofressem mudanças temporais e procedessem de modo a não se modificarem e permanecerem em constante anacronismo, quando usados em temporalidades posteriores aquelas a qual foi gestado. Também não podemos perceber o conceito como elemento elástico, que se move livremente de uma temporalidade para outra, sem que para isso necessite fixar relações concretas e singulares com o período histórico ao qual está em uso. À vista disso, o estudo conceitual da história parte de uma relação dialética entre o diacronismo e o sincronismo,

em que um encontra-se imiscuído no interior do outro, pois todo conceito é um princípio tanto singular e particular de cada momento histórico, quanto mutável e inconstante, frente a dinâmica das relações temporais que o perpassam.

Se um conceito se expressa de forma a permanecer mutável ao longo da história, e nessa relação com a dinâmica temporal, ele também se predispõe em uma natureza inédita que exige um tratamento singular de seu significado, como pode ser então investigado? Para essa pergunta, devemos nos mover para o método ao qual o historiador se lance a uma análise conceitual na qual deve se apropriar. Tal método se expressa na ação da interpretação que emerge da própria vida, e que se apresenta como ato universal e comum a todo ser humano, pois na vida, a interpretação é um ato congruente a todos. Viver também é interpretar! É interpretar o mundo a sua volta, a si e ao outro, como também, interpretar a si a partir do outro e o outro a partir de si. A ação de interpretar surge enquanto método da história dos conceitos, e se manifesta como a hermenêutica que é o método ou arte de interpretar, pois como afirma Koselleck (1997, p. 69), “para poder viver, o homem, orientado pela compreensão não pode senão transformar a experiência da história em algo com sentido, ou, em outras palavras, assimilá-la hermeneuticamente”. Assim, a atitude metodológica do historiador dos conceitos é uma atitude viva, que se relaciona interpretativamente com os sujeitos diante de suas realidades históricas singulares, com suas potencialidades e limitações próprias, mas que mesmo singulares em sua existência não podem ser apartados da mutabilidade que o movimento temporal opera diante do percurso da história.

## **1.2 - O método hermenêutico de análise da história**

A hermenêutica é um método de análise que consiste na leitura e na interpretação, seja de textos escritos ou qualquer ação, expressão ou prática humana que se revele crível de análise interpretativa por parte dos indivíduos. A palavra hermenêutica deriva do nome dado ao deus grego Hermes, que era responsável pela comunicação e interpretação de mensagens dos deuses entre si e entre os homens. No papel de mensageiro, Hermes deveria exercer um nível de interpretação de veras divino, pois a complexidade daquilo que falavam os deuses se expressava em mensagens muitas vezes enigmáticas, que possuíam camadas e camadas de elementos que se sobrepunham aquilo que era dito ou escrito em primeiro plano. Portanto, a hermenêutica assim como Hermes, lança-se no trabalho de interpretar as expressões a partir de exercícios exaustivos sobre as mensagens, pois a complexidade daquilo que se objetiva compreender deve ser exposto, descoberto ou em linguagem filosófica “desvelado”, a luz da razão e da compreensão dos homens.

Os primeiros usos metodológicos da hermenêutica apresentaram-se diante da interpretação de textos escritos, resumindo-se apenas a tarefa de analisar interpretativamente fontes escritas como obras literárias, leis ou textos sagrados, possuindo um espaço de ação reduzidos a essas

fontes. Apenas no século XIX, a hermenêutica ganhou nova reformulação, passando a abranger uma gama bem mais ampla de possibilidades de uso e análise. Os estudiosos localizam Friedrich Schleiermacher (1768-1834), como o responsável pelo advento dessa forma moderna de compreensão e uso da hermenêutica, onde passou a exercer o potencial metodológico para além daquilo que estava escrito, sendo possível, interpretar fatos, fenômenos e práticas que extrapolavam os textos escritos, compreendendo que havia uma rede de relações que ligavam o texto ao contexto, tanto em sua elaboração quanto em seu momento de interpretação. Deste modo, a hermenêutica passou a ser um instrumento filosófico que interpretava de forma complexa aquilo que estava dado, superando o mero fenômeno que estava posto de imediato, como uma simples relação que se dava entre os sujeitos e os objetos.

Nesse sentido, o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911), destacou-se como um dos nomes mais proeminentes no uso deste método no século XIX, em especial, no processo de estabelecimento do estatuto de ciência para as ciências humanas ou do Espírito. Como explica José Carlos Reis (2013, p. 111, 123), Dilthey, se colocou no centro do embate dos intelectuais que buscavam estabelecer as bases que fundamentaram as ciências humanas, a partir dos critérios de autonomia das humanidades frente aos elementos epistemológicos e metodológicos das *hard sciences*. Em meio a essa problemática, o filósofo alemão analisou que as ciências exatas possuíam em suas bases teórico-metodológicas o papel de explicar os fenômenos que se davam no interior da natureza, tendo em seus fundamentos a busca por resultados objetivos e quantificáveis. Em contra partida, o trabalho das ciências humanas repousava no papel de interpretar as múltiplas ações humanas com seus diversos significados e expressões, para assim, alcançar cientificamente as objetividades e subjetividades da vida do homem. A partir desta análise, Dilthey estabeleceu que seu método apropriado estava resguardado na hermenêutica, pois metodologicamente, o exercício hermenêutico abarcaria os critérios exigidos para que a pesquisa nas ciências humanas se estabelecesse como um saber genuinamente científico, pois seus fundamentos metodológicos abarcam a complexidade e criteriosidade necessária para a formulação de um conhecimento crítico e minucioso acerca da vida humana.

Nesse alvorecer científico das ciências humanas, a história também recebeu seu estatuto de cientificidade e integrou o método hermenêutico a seu trabalho, mas que isso, a história revelou-se como a ciência mais propícia ao uso do método hermenêutico, pois o trabalho do historiador estava exatamente no papel de interpretar as ações humanas ao longo do tempo. Portanto, analisar a vida de homens e mulheres, que por vezes, estavam a séculos de distância do pesquisador, e que por este motivo, só poderiam ser compreendidos por vias dos vestígios que deixaram em suas passagens nesse mundo. E nesse processo, a hermenêutica põem-se como a atitude metodológica mais apropriada para essa tarefa investigativa, a partir de seu potencial interpretativo, de seu olhar

minucioso, crítico e antes de tudo, compreensível das ações, expressões e pensamentos das vidas humanas que são visitadas por parte do historiador.

Dilthey, não foi o único pensador a abrir novos caminhos para uma filosofia hermenêutica, mas outros nomes como, por exemplo, Hans-Georg Gadamer (1900 – 2002) e Paul Ricoeur (1913 – 2005), destacaram-se nas produções de uma hermenêutica moderna. Paul Ricoeur, afirma as possibilidades de um trabalho histórico a partir da hermenêutica, pois, os critérios metodológicos da hermenêutica formulam na história um saber legítimo, aludindo aos movimentos interpretativos das fontes históricas que abrem uma possibilidade de compreensão e de explicação a partir das aberturas entre o eu e o outro, e o contato entre esses dois mundos. Em contrapartida, a filosofia hermenêutica de Gadamer, critica enfaticamente o pensamento histórico, e as relações que são impostas erroneamente entre o saber hermenêutico e a ciência histórica. Assim, a análise de Gadamer, visa formular uma filosofia interpretativa e explicativa que dispensem quaisquer relações ou interdependências com a ciência histórica ou qualquer procedimento que a preste um estatuto de racionalidade com essa ciência (BENTIVOGLIO, 2007). As visões opostas entre os dois filósofos mostram a pluralidade, e em certa medida, a sofisticação teórico-metodológica que as discussões entorno da hermenêutica ganharam na atualidade. E tais condições de embate, também podem ser vislumbradas no interior das produções historiográficas, ao discutir a legitimidade do uso da hermenêutica enquanto método de pesquisa histórico. Visando por vezes, as formas que esse método pode ser desenvolvido, quando ele pode ser trabalhado e em que objetos seu uso é mais eficaz e substancial.

Para se chegar a um esclarecimento mais amplo das possibilidades da hermenêutica no interior da ciência histórica, se faz necessário compreender os procedimentos e as estruturas de desenvolvimento do método. Portanto, na hermenêutica é possível se encontrar quatro estruturas procedimentais da teoria, sendo elas: a estrutura circular, a estrutura de horizonte, a estrutura de diálogo e a estrutura de mediação. A estrutura circular presta o movimento exaustivo de análise do ir e vir do ato interpretativo, onde o indivíduo faz leituras circulares e progressivas na tentativa de dissolver os preconceitos que tem do texto, para assim, chegar de forma mais esclarecida a seus conceitos. Na estrutura de horizonte é analisado a totalidade da fonte que se pretende interpretar, visando compreender tanto os elementos que estão no texto, quanto aqueles que são extratextuais, pois esse movimento objetiva a totalidade que se apresenta no texto. A estrutura de diálogo apresenta a relação com os outros no papel de interpretar, o diálogo é um princípio fundamental nesse exercício, pois é necessário dialogar para que sejam apresentadas as diferenças de visão na interpretação do texto. Compreendendo que, o olhar do outro é parte fundamental para as conclusões não antes percebidas pelo eu intérprete. Por fim, na estrutura de mediação, podemos perceber que ela exerce o papel de estabelecer o contato entre o sujeito que busca interpretar e a realidade histórica e cultural a qual foi construída o texto ou a fonte. Pois, é essencial o

conhecimento da singularidade cultural e histórica do lugar de produção do texto que se busca compreender (BATISTA, 2007, p. 17, 58).

É possível, a partir dessa análise inicial, levantar duas conclusões preliminares, a primeira que a história surge ligada, direta ou indiretamente, com muitos dos procedimentos das estruturas hermenêuticas, tendo em vista, a necessidade de conhecimento dos elementos extratextuais que estão por vezes relacionados a realidade histórica do indivíduo que produz o texto. Na segunda conclusão, é crível compreender que o trabalho histórico traz consigo um certo nível hermenêutico, pois os movimentos de interpretação são constantes no trabalho do historiador, tendo em seu ofício a necessidade de estabelecer uma relação compreensiva dos significados objetivos e subjetivos dos sujeitos históricos que produziram as fontes analisadas. E esse segundo ponto, pode ser afirmado por Jorn Rusen (2010, p. 128), quando alerta que os exercícios interpretativos são indispensáveis para a ciência histórica, pois uma análise baseada no acúmulo de fontes sem uma devida interpretação e compreensão minuciosa, relegaria ao trabalho histórico uma pobreza esdruxula, como se o historiador fosse um copiador e organizador de informações presentes nos documentos. Nesse sentido, mesmo não concordando com o uso da hermenêutica como metodologia adequada ao trabalho historiográfico, os historiadores exercitam inevitavelmente interpretações na lógica do seu trabalho, pois necessitam dialogar interpretativamente com as fontes e com os sujeitos criadores delas, para assim, compreenderem seus objetivos e finalidades, sejam eles diretos ou indiretos nas linguagens verbais e não verbais das fontes.

Como afirma Rusen (2010, p. 143), “a história é sempre a história de alguma coisa (de uma sociedade, de um conceito, de uma constituição, de uma pessoa, de uma relação social, etc.) Ela tem um sujeito de referência”. Esse é o viés central que norteia o trabalho hermenêutico no interior da pesquisa histórica, pois compreende que a história não é feita sem sujeitos históricos, sem indivíduos de carne e osso que se relacionam entre si e entre as estruturas que criaram para si em seu mundo. E, portanto, Rusen compreende que esses sujeitos se transformam ao longo do tempo, pois a temporalidade age neles como o princípio da dinâmica da mudança constante da história. E conclui afirmando:

Hermeneuticamente, as mudanças temporais desses sujeitos de referência são explicadas por processos em um plano no qual sejam compreensíveis, vale dizer: em suas características próprias, dependentes das intenções e interpretações dos homens que agem e sofrem. As intenções determinantes dessas modificações são apresentadas narrativamente como uma cadeia de intenções que se modificam no tempo e explicadas como desenvolvimento ou processo intencional de transformação (RUSEN, 2010, p. 143).

O método hermenêutico responde a um procedimento racional e lógico como foi afirmado acima por Rusen, assim, a interpretação do passado busca investigar as relações e dinâmicas mais



complexas dos fatos, buscando nisso, resultados criteriosos sobre aquilo que está debruçado a pesquisa histórica. Nesse sentido, a história dos conceitos tomou para si, o método hermenêutico como instrumento de pesquisa, e como seu objeto central é o entendimento propriamente dito dos conceitos ao longo do tempo, os procedimentos hermenêuticos abarcam as necessidades científicas para a efetuação de um trabalho criterioso de investigação. As relações interpretativas surgem como princípios basilares da leitura das fontes, extraíndo delas os sujeitos que cunharam e usaram os conceitos, seus objetivos para com ele, os elementos que se relacionavam direta e indiretamente com sua formulação, o contexto histórico e cultural singulares a seu uso, etc. As operações que possibilitam as respostas dessas problemáticas, são em grande medida, satisfeitas no curso dos procedimentos hermenêuticos, como apresentado anteriormente.

Vale salientar que Koselleck (1992, p. 136), não compreende a hermenêutica como um saber que substitua a teoria da história, ou veja a hermenêutica enquanto uma filosofia superior ao conhecimento histórico. A história não é hermenêutica, isso não pode ser confundido. Especialmente uma hermenêutica que busque uma análise puramente linguística da história. Contudo, ele não dispensa o método como parte da construção de um saber histórico dos conceitos. Pois, o ato de interpretar a história, herdado desde Dilthey e Johann Gustav Droysen (1808 – 1884), ainda hoje é essencial para o trabalho histórico, e sem ele, os resultados não teriam a amplitude lógica e totalizante que objetivam. Segundo João Luna (2010, p. 222, 223), “vale ressaltar que, a hermenêutica em Koselleck está inserida na busca em se construir um sentido para a história, enxergando nela – a história – um modelo de erudição filológica”. Seu ataque, e as diferenças que ele busca desenvolver, não estão propriamente para com a hermenêutica enquanto metodologia da análise da história. Mas, para a filosofia de Gadamer, que critica e impossibilita o trabalho teórico e autônomo da história, em vistas de uma filosofia hermenêutica que se diga superior a ciência histórica.

Esclarecido os elementos gerais do método em curso nessa discussão, podemos considerar as aplicações dele no interior da pesquisa histórica e, mais diretamente, na investigação da história dos conceitos que corresponde a dimensão historiográfica que aqui se pretende trabalhar. Tendo em vista, que o objetivo central da discussão é compreensão do conceito de liberalismo no Segundo Reinado.

## **CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO CEARÁ (1864-1868).**

Propôs-se, neste primeiro capítulo, analisar o contexto político, administrativo e socioeconômico da província do Ceará nos anos de 1864 a 1868, pois compreende-se que a política se apresenta como um complexo da totalidade, e todas as ações e relações provenientes dela estão diretamente interligadas à realidade material da qual emergem as ideologias. Como bem afirmou Marx em seu *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2010, p. 25), “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Assim, é por meio dessa materialidade relegada às possibilidades de ações políticas concretas dos parlamentares liberais cearenses que se dá início a esta pesquisa. Entende-se que sem essa análise do contexto material do lugar comum de onde provêm esses políticos, não se poderia abranger com profundidade aquilo que norteava seus projetos e discursos no Senado, tendo em vista que é desse lugar comum – o Ceará – que se relacionam as particularidades do poder regional dessa parcela da classe dominante brasileira.

Na primeira parte deste capítulo, concentrar-se-á na análise da realidade administrativa e socioeconômica da província do Ceará nos anos de 1864 a 1868, com o objetivo de investigar a realidade desse lugar comum aos parlamentares liberais cearenses, na tentativa de vislumbrar as relações internas que concernem à singularidade da província e que, por vezes, ditou as formas de comportamento e as ações políticas desses parlamentares a nível nacional, quando estavam no exercício das suas funções no Senado. Com isso, far-se-á um panorama mais abrangente das condições administrativa e socioeconômica que se encontravam o Ceará. Num segundo momento, com uma compreensão mais abrangente da totalidade das estruturas e das relações que se desenhavam no interior da província, a pesquisa se ocupará de investigar o complexo da política, analisando os grupos que formavam a classe dominante cearense, suas relações dentro do poder provincial, seus conflitos e aproximações, bem como o agrupamento desses grupos no interior dos partidos políticos, onde se poderá localizar as particularidades que tangem a ideologia liberal no Ceará e os políticos que a representou nessa província.

### **2.1- Aspectos administrativos e socioeconômicos da Província do Ceará (1864-1868)**

O Ceará da segunda metade do século XIX, e, mais especificamente, dos anos 1864 a 1868, experimentou os movimentos mais gerais que compreendiam a realidade do Brasil Império. Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), passando pelas mudanças comerciais e a

modernização produtiva até às instabilidades políticas dos partidos ocorridas a partir de 1868, todas essas experiências incidiram direta ou indiretamente na realidade política e socioeconômica cearense. É notável, com bases nos documentos do período, que a província vivenciou um certo nível de estabilidade, tanto administrativamente quanto economicamente, em particular, quando comparamos às outras províncias que experimentaram de forma mais próxima os impactos da guerra, e ao mesmo tempo, comparável ao próprio Ceará da segunda metade da década de 70 do século XIX, que conviveu com a mais profunda seca desse século, gerando um colapso social e econômico sem precedentes na província.

Economicamente, os dados que compreendem a realidade da província expressam uma nova dinâmica econômica no modelo produtivo e nas relações comerciais e de exportação. A partir dos anos 1860, Fortaleza amplia sua importância como centro comercial da província, sendo centro de modernização e de ponto de escoamento das mercadorias produzidas no interior da província do Ceará. Neste contexto, há o destaque para o algodão, que ganha, na década de 60, notoriedade como principal cultura agrícola da província. Essas exportações ganharam uma flexibilidade do ponto de vista da dinâmica comercial do país, pois a província passou a manter relações diretas com os compradores internacionais como a Inglaterra (LIMA, 2008, p. 158), colocando o Ceará em um patamar produtivo favorável em meio à centralidade de São Paulo e do comércio do café.

Conforme os dados do relatório da presidência de província do Ceará do mês de julho de 1866, sob a administração do Barão de Homem e Mello, houve no primeiro semestre desse ano a exportação da cifra de mais de 44 mil arrobas de algodão, e tendo mais de 100 mil arrobas no ano anterior. Contabilizando a quantia de mais de 82 contos de réis no primeiro semestre de 1866, expressando uma cifra que aumentaria consideravelmente ao fim do mesmo ano. Assim, o quadro da exportação de algodão representou o principal lucro dos negócios agroexportadores do Ceará, fomentando um crescimento considerável na renda interna da província e no capital da elite fazendeira do período. Vale salientar que tal desenvolvimento econômico teve características exponenciais aos longos dos anos, onde podemos analisar esse crescimento com base no quinquênio de 1861 a 1865:

**Tabela I – Algodão despachado na capital pelo tesouro provincial no último quinquênio de 1861 a 1865**

Anos	Arrobas
1861	28443

1862	29795
1863	37844
1864	77820
1865	101307

Fonte: Relatório de presidente de província do Ceará, julho de 1866.

Pode-se observar que há um crescimento de quase cinco vezes da produção e da exportação de algodão na província. É importante frisar que esse desenvolvimento produtivo ditou as mudanças no comportamento político dos parlamentares cearenses, pois a lógica produtiva surge como um elemento essencial nos projetos parlamentares, que passaram a se concentrar na manutenção dessa balança favorável de crescimento produtivo da província, como também, na defesa das condições de inovação e desenvolvimento da produção e do comércio de algodão.

Esse crescimento estava ligado a um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos, e podemos citar alguns. Internamente o Ceará estava experimentando momentos de estabilidade administrativa, pois segundo Airton Farias (2009, p. 227) com a passagem das crises criadas no primeiro reinado e na regência, o Ceará conseguiu se estabilizar no seu contexto administrativo e econômico, com uma recuperação da produção nos primeiros anos do governo de D. Pedro II. Parte importante desse contexto foi favorecido pela forma como a presidência de província se comportou no desenvolvimento da ordem interna do Ceará, buscando obedecer à centralização do poder régio e à estabilidade que o regresso<sup>1</sup> buscou exercer no controle do território nacional e no sufocamento das “experiências subversivas” do período regencial. Do ponto de vista internacional, o favorecimento do desenvolvimento produtivo e comercial do algodão pode ser remontado às consequências criadas pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865). Pois, esse acontecimento desencadeou dois fatores importantes: a) com a guerra em curso, a produção de algodão dos estados do Sul dos EUA fora prejudicada, desfavorecendo o país no mercado internacional; b) a necessidade do produto, tanto internamente no país quanto nos mercados europeus que apresentaram a brecha comercial deixada pelos americanos (LIMA, 2008, p. 158, 159).

<sup>1</sup> O regresso conservador foi um movimento político que ocorreu após a saída do então regente liberal Padre Feijó em 1837. Foi marcado pelo retorno dos conservadores ao poder, com o início da regência de Araújo Lima, tendo como base o processo de centralização do poder e controle das províncias. Reformulando o Ato Adicional de 1834 e instalando a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840, tendo como elemento central, a limitação dos poderes provinciais e das autonomia locais prestada nos artigos da lei promulgada no período liberal (CARVALHO, 2012, p. 95, 97).

Os presidentes de província e as autoridades administrativas, vendo esse contexto favorável à produção e o comércio de algodão, acabaram por estimular o cultivo do produto que rapidamente teve uma resposta positiva no mercado internacional, ampliando os negócios das províncias e criando uma experiência lucrativa para os fazendeiros que se dedicaram a cotonicultura. Segundo Alice Canabrava (2016, p. 133), a febre do algodão – como assim ficou conhecida essa experiência econômica dos anos 60 – foi igualmente favorecida pelas características relativas à facilidade do cultivo da planta, que se adaptava com facilidade aos solos, com um perfil pouco dispendioso do número de chuvas e as condições de manejo da planta. Sendo assim, tal princípio se mostrou favorável de maneira prática à realidade do clima e do solo do Norte (Nordeste). Esse impacto sobre a província pode ser visto nas mudanças estruturais da paisagem e na vida social da população, como afirma a autora, ao dizer que: “No Ceará matas seculares desapareceram, surgiram arraiais, e belas moradias mostravam a ascensão social de elementos que procediam das camadas menos favorecidas” (CANABRAVA, 2016, p. 132).

Nos relatórios de maio de 1867 e de novembro de 1868 foi registrado o problema de infraestrutura do armazenamento de algodão na província, problema esse que foi relatado pelos presidentes como a falta de armazéns para comportar o nível elevado da produção que eram posteriormente exportados para o comércio europeu. É interessante analisar como o presidente Mello Alvin, se refere no relatório de maio de 1867, ao problema de armazenamento e chama a atenção para a importância do produto para a economia cearense:

É de absoluta necessidade a aquisição de espaçosos armazens para uma arrumação satisfactoria e methodica do algodão que vem ao mercado. A produção d'este genero de commercio, o mais importante da provincia, augmenta, e os actuaes depositos não comportam nem 'a quantidade, nem o serviço regular, que exige e continuado movimento dos fardos recolhidos. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, MAIO DE 1867, p. 39).

A preocupação por parte do presidente da província com as condições de armazenamento do algodão expressa um exemplo de como a máquina administrativa se mobilizava para garantir o pleno funcionamento da produção e do comércio da cotonicultura no Ceará. A importância de proteção da produção de algodão estava ligada ao capital dos grandes latifundiários, que tinham na estrutura do estado um aparato técnico-administrativo essencial para o bom funcionamento dos seus negócios. Como também, o algodão representava a parcela mais significativa da arrecadação fiscal da província. Esse fato pode ser visto nos relatórios de julho de 1868, quando o então vice-presidente da província, o senhor Rodrigues

Junior, afirma que “as rendas provinciaes continuam a ter incremento, devido a cultura em grande escala do algodão, principal ramo de receita da provincia, e sua safra este anno presume se que será dupla da do anterior” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, JULHO DE 1868, p. 17). O equilíbrio econômico da produtividade do algodão rendeu a estabilidade da província cearense, como já citamos anteriormente, e até a década de 70 do século XIX, manteve as atenções da classe política centradas nas condições para o desenvolvimento dessa cotonicultura.

Apesar dessa centralidade e ênfase na produção de algodão, que de fato era a mercadoria mais substancial ao capital cearense, havia o cultivo de outros gêneros dentro da província; desde produtos para consumo alimentício interno da província, até produtos de exportação comercial internacional como o café, açúcar, borracha e couro. É importante ressaltar que a criação de gado, elemento comercial desde a colônia, se manteve como produto de significativa importância. A comercialização do gado reverbera desde a formação dos primeiros latifúndios do Ceará, e posiciona-se como fonte de riqueza e de estabilidade dos primeiros grupos de poder, sendo, portanto, uma das bases de produtividade da classe dominante cearense (PAIVA, 1979, p. 50). No fim da década de 60 do século XIX, o a comercialização do gado representou mais de 140 contos de réis na produção interna da província, sendo um valor substancial aos cofres públicos (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, NOVEMBRO DE 1868, p. 40).

Essa produtividade da província pode ser analisada com base nas tabelas abaixo, que expressam os lucros da produção e do comércio dos gêneros agrícolas cearenses ao longo do período de 1865 a 1870:

**Tabela II – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1865 e 1866**

Produto	Para dentro do império		Para fora do império	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Algodão	2.013.850 kg	2.256.927\$082	42.676 kg	45.503\$740
Açúcar	1.980.740 kg	256.154\$080	Não informado	Não informado

Borracha	35.391 kg	20.374\$340	Não informado	Não informado
Café	1.098.747 kg	466.849\$446	419.729 kg	175.036\$438
Couro Salgado	46.338 kg	237.384\$514	Não informado	Não informado
Cera de Carnaúba	3.776 kg	1.525\$320	30.725 hg	12.552\$620
Total	5.179.342 kg	3.239.214\$782	493.130 kg	233.092\$798

Fonte: Relatório de presidente de província do Ceará, setembro de 1870.

**Tabela III – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1867 e 1868**

Produto	Para dentro do império		Para fora do império	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Algodão	4.322.412 kg	2.631.121\$480	2.173 kg	1.775\$620
Açúcar	1.415.809 kg	193.702\$500	Não informado	Não informado
Borracha	87.144 kg	85.367\$240	Não informado	Não informado
Café	1.812.687 kg	701.620\$040	117.264 kg	48.227\$480
Couro Salgado	58.781 kg	413.403\$070	Não informado	Não informado
Cera de Carnaúba	67.171 kg	40.391\$840	55.056 kg	33.427\$230
Total	7.764.004 kg	4.065.606\$179	174.493 kg	83.430\$330

Fonte: Relatório de presidente de província do Ceará, setembro de 1870.

**Tabela IV – Balanço da produção e lucro dos principais gêneros agrícolas da província do Ceará de 1869 e 1870**

Produto	Para dentro do império		Para fora do império	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Algodão	5.219.147 kg	4.911.190\$510	3.265 kg	3.461\$420
Açúcar	1.791.836 kg	299.609\$962	Não informado	Não informado
Borracha	120.576 kg	149.553\$445	Não informado	Não informado
Café	877.523 kg	387.223\$445	146.209 kg	65.204\$970
Couro Salgado	77.931 kg	637.398\$922	Não informado	Não informado
Cera de Carnaúba	7.378 kg	2.998\$866	21.770 kg	9.537\$050
Total	8.094.291 kg	6.387.975\$559	171.244 kg	78.203\$440

Fonte: Relatório de presidente de província do Ceará, setembro de 1870.

Esse fornecimento produtivo da agricultura deu bases sustentáveis para que o comércio cearense experimentasse desenvolvimento e enriquecimento substanciais. Segundo Airton de Freitas (2016, p. 230), o aumento do número dos comerciantes na capital da província criou o ambiente favorável para a criação da Associação Comercial do Ceará em 1866, prestando elementos corporativos para que esse grupo obtivesse atenção na política e na economia cearense. Essa situação foi favorecida pela forte presença de comerciantes e companhias estrangeiras que chegavam à cidade de Fortaleza, estabelecendo, no Ceará, novos centros de investimentos e negociações no mercado provincial.

Desta maneira, a movimentação comercial recém gerada aproveitava a inexistência de bancos no Ceará, fazendo com que os comerciantes tomassem a dianteira no tocante ao empréstimo de valores, financiando a produção e lucrando substanciais quantias com o valor exorbitante dos juros. Os comerciantes tornaram-se uma classe importante nos jogos de poder da província, modelando as mudanças e a organização econômica do Ceará.

Um outro setor que experimentou o estímulo proveniente do desenvolvimento econômico da província foi a indústria. Como bem afirmou o presidente Diogo Velho Cavalcanti no relatório de novembro de 1868: “Dedicados especialmente á industria agricola e



pastoril, compreendida naquela a extractiva, nem por isto os cearenses desdenham a industria fabril e manufactureira”. Assim, no tocante à indústria, podemos citar a produção de manufaturas, estimuladas com a chegada de maquinário inglês aos portos de Fortaleza, sendo criado na província as unidades produtivas ligadas à indústria (FREITAS, 2016. p. 227-279). Essa experiência prestou um contato do Ceará com a industrialização, que, nesse momento, se deslocava das ilhas britânicas e buscava novos mercados no mundo.

O capitalismo estava unindo o mundo, com base no comércio e no lucro dos burgueses. Contudo, vale ressaltar que a timidez era o perfil desse negócio no momento ao qual estamos analisando, e como bem afirmou o presidente Diogo Velho (1868, p. 39, 40): “Todavia as industrias da presente epigraphe estão bem longe de ser o que um dia attingirão (...) O campo que se descortina á industria cearense é immenso e variadissimo falta-lhe sómenle o sopro vivificante do trabalho intelligente”. Faltaria muito ainda para que a indústria se tornasse um setor substancial que favorecesse fundamentalmente a economia do país. Além disto, a própria estrutura do Império desfavorecia essa possibilidade.

A modernização desse período buscou mostrar nos centros urbanos seu perfil, e no Ceará, Fortaleza foi sua principal representante. A nível de análise, é possível perceber, numa análise da tabela a seguir, a maneira em que Fortaleza estabeleceu sua hegemonia sobre as outras cidades do Ceará com base nos valores de sua produtividade e presteza comercial no ano de 1867.

**Tabela V – Balanço dos valores por comércio e navegação da província do Ceará em 1867**

Município	Valor dos produtos
<b>Fortaleza</b>	3,934:601\$660
<b>Aracaty</b>	619:201\$920
<b>Acaracú</b>	156:446\$800
<b>Granja</b>	46:067\$320
<b>Imperatriz</b>	19:506\$860
<b>Viçosa</b>	3:011\$000
<b>Cascavel</b>	1.144\$000
<b>Total:</b>	<b>4:775;870\$560</b>

Fonte: Relatório de presidente de província do Ceará, novembro de 1868.

Fortaleza foi a cidade que concentrou o maior número de reformas nesse período. Sua hegemonia foi consolidada no século XIX e a capital passou por diversas reformas tanto a nível arquitetônico quanto no que concerne seu aparato comercial e econômico. Segundo Airton Farias (2016, p. 243, 244), o desenvolvimento da capital fazia parte do projeto político da centralização do poder do período, pois isso prestava às condições de controle da economia local, tornando Fortaleza o polo do comércio da província. Fortaleza foi o centro das transformações comerciais, foi a base do escoamento naval das mercadorias produzidas, tendo nos seus portos o ponto central do comércio com a Europa. Como foi afirmado no relatório de presidente de província (1867, p. 29): “Além d'estes vapores, frequentara igualmente o porto da Fortaleza outros pertencentes a casa ingleza Alfred Booth d/ C.a de Liverpool, que estabeleceu uma linha regular destinada a pôr em comunicação a praça de Liverpool com a d'esta capital (...)”. A reforma dos portos e as melhorias trazidas pelo pleno funcionamento do comércio naval eram elementos constantes nos pedidos dos presidentes de província ao governo central, como se expressam nos relatórios. Isso demonstra como a administração provincial operava segundo as necessidades políticas que o comércio demandava, frente aos melhoramentos que a infraestrutura de Fortaleza exigia para o funcionamento dos negócios naquele momento.

Esse prestígio econômico rendeu à capital os detalhes e as linhas da modernização urbana do século XIX. A cidade passou a representar os avanços desse período, concentrando assim, as promessas de modernização e progresso que a experiência da urbanização significou para os finais do século XIX e início do XX. Como bem apresenta, Sebastião Rogério Ponte (1993, p. 21, 22):

Daí em diante, a paisagem urbana foi se modificando, ganhando, enfim, seus primeiros sobrados, belas casas e fachadas, alguns imponentes prédios públicos, calçamento nas vias principais, bondes à tração animal e extensa rede de iluminação à gás carbônico. Lojas e cafés com nomes franceses, armazéns, oficinas e novos estabelecimentos comerciais ocuparam espaço nas ruas em volta da Praça do Ferreira, centro pulsátil, deslocando as residências para vias mais afastadas. Por outro lado, mas longe de configurar uma explosão demográfica, o número de habitantes teve inédito ritmo de crescimento.

A modernização de Fortaleza remodelou a cidade arquitetonicamente, criando o perfil de um centro urbano que crescia e se modernizava ao ritmo do progresso financeiro da província. E como bem pode-se analisar a partir de Marshall Berman (1986, p. 9), a modernização era esse ponto de confluência do progresso do comércio e da indústria no século

XIX, tornando a cidade o centro dos negócios, da produção industrial e dos sistemas de serviços. Contudo, deve-se compreender que esse processo de modernização no interior da Fortaleza do século XIX é um movimento particular, diferente do ocorrido na Inglaterra e na França do mesmo período, pois como afirma Gervácio Aranha (2001, p. 254, 255), não se pode compreender a modernização nas cidades brasileiras do século XIX como uma agitação frenética de mudanças no cotidiano urbano mediante o desenvolvimento pleno do capitalismo já instalado, mas antes como “um ou outra novidade vinda do estrangeiro, seja as que se relacionam aos transportes e comunicação, seja aquelas relacionadas aos equipamentos do “conforto”, não esquecendo das que remetem à vida elegante e/ou entretenimentos”.

Para Eric Hobsbawm (2012, p. 319), “a cidade era sem dúvidas o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro”. Deste modo, ao tentar transplantar parte dessa realidade do estrangeiro, Fortaleza tornou-se a cidade de ponto central dos objetivos da estrada de ferro, que representou nessa fase tanto o “símbolo exterior do mundo industrial”, afirmado por Hobsbawm, como também, um instrumento concreto na tentativa de melhorias essenciais no transporte de mercadorias do interior da província para o comércio internacional. A estrada de ferro que ligava Fortaleza a Baturité, só foi concluída de fato a partir da primeira metade da década de 80, mais especificamente no ano de 1882, quando os trilhos de Fortaleza chegaram a Baturité (FARIAS, 2016, p. 234). Mas seus primeiros projetos de construção remetem ao período aqui analisado, e podem ser vistos nos relatórios de presidente de província, que apresentavam os andamentos das obras no Ceará, e que por muito, exigiam o empenho do governo central na construção da ferrovia. Como podemos ver na fala do vice-presidente de província Rodrigues Junior:

E' questão já muito discutida a importancia d'essa estrada, que deve ligar um dos mais ricos municipios da provincia ao porto da capital. Estudos so teem feito no intuito de melhoral-a, o por parte do ministerio da agricultura, commercio e obras publicas se ha procedido a diversos inqueritos (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, JULHO DE 1868, p. 13).

Ou como no caso do relatório apresentado pelo engenheiro chefe da província o senhor José Pompeu de Albuquerque Cavalcante em 1868, onde o engenheiro afirma:

Ligar por meio de trilhos de ferro a capital aos centros de maior produção é uma aspiração da provincia que se levanta de alguns annos a esta parle, cada vez mais legitimada pelo estado crescente das rendas publicas. Não entro na indagação das causas que tem até hoje retardado a realização de tão notavel melhoramento n'esta provincia, mas quaesquer que citas sejam não lhes

podem ser estranhas a falsa idéia que se forma ainda geralmente do norte do imperio e Baturité era possível o assentamento de trilhos do ferro, e dada a possibilidade, si se podia contar com a organização de uma companhia que empreendesse a construção da estrada sem outra recompensa que os lucros que deita se podesse auferir (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, ABRIL DE 1868, p. 3).

A política estava bem articulada em virtude da construção da ferrovia no Ceará, e como poderá ser visto nos próximos subseqüentes a este, o parlamento era esse lugar de representação a nível nacional dos anseios da classe dominante cearense. A exemplo disso, pode-se citar o senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil, uma das grandes lideranças do partido liberal na província, que se posicionou como o principal parlamentar preocupado com a construção da estrada de ferro cearense, e que por muito apareceu no relatório da presidência de província de 1868, citado pelo engenheiro chefe como sendo um dos maiores articuladores dos projetos e dos pareceres sobre as condições materiais e estruturais para acelerar a edificação da estrada. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, ABRIL DE 1868, p. 2). Assim, ações políticas foram exploradas nas práticas que deliberaram os melhoramentos das condições econômicas mais substanciais da produção agrícola e do comércio cearense, e as lutas políticas para a construção da ferrovia bem representaram esse processo.

As condições produtivas do Ceará no interior desse crescimento econômico, chamam a atenção para as relações sociais e pelas condições apresentadas no modo de produção e na mão de obra cearense, que foi marcada pelo número inferior de mão de obra escrava comparada a mão de obra livre presente na província. O Ceará é marcadamente caracterizado dentro da historiografia sobre o século XIX, como sendo a primeira província a decretar fim da escravidão, sendo esse ocorrido efetivado em 1884, quatro anos antes da abolição oficial em todo o império (LIMA, 2008, p. 52, 54).

Um detalhe importante deve ser visto no que tange à construção histórica relegada a esse tema, pois como afirma Airton Freitas (2016, p. 262, 264), uma parcela da historiografia cearense alimentou a lógica romantizada de um Ceará que era repleto de grupos políticos que entoavam vozes de luta contra a escravidão desde tempos remotos e anteriores a expressões dessa natureza a nível nacional. De uma mão de obra escrava usada unicamente nas atividades domésticas, e, portanto, da existência de um processo de escravidão passivo e menos violento do que o correu em outras localidades do país. Afirmando um lugar de destaque das classes letradas do Ceará, que se comportaram como protagonistas no palco da política como baluartes ilustrados da luta contra o modo de produção escravista, que era sustentado no império pelos representantes dos grandes latifúndios. Assim, em uma análise crítica, pode-se ver que essa

construção romântica e idealizada dos movimentos contra a escravidão no Ceará, estavam distantes da realidade material direta que proporcionou as reais condições para que o fim do cativo negro se tornasse realidade na província.

Em primeiro lugar, as condições produtivas do Ceará se desenvolveram com base em experiências comerciais que demandavam uma menor proporção da mão de obra escrava, destacando-se nessas relações produtivas a criação de gado, que remetem como o principal produto da província desde a colônia até a seca dos anos 40 do século XIX (PAIVA, 1979, p. 43). A criação de gado determinou uma mão de obra muito peculiar para esse gênero econômico, que consistiu em um grupo de trabalhadores que em sua grande maioria eram livres e que recebiam dinheiro, mercadorias e pequenas rendas de terra para se estabelecerem com seus familiares nas propriedades dos grandes latifundiários. Essa figura, portanto, era o vaqueiro, mão de obra que, segundo Raimundo Girão (1984, p. 77, 87), provinha inicialmente no período colonial das comunidades indígenas, que eram usadas pelos grandes latifundiários como mão de obra na criação de gado. Eram livres e, por esse motivo, viviam nas terras dos grandes fazendeiros como pequenos arrendatários, trocando sua força de trabalho na pecuária por subsistência na fazenda.

Essa realidade configurou uma redução significativa no uso de mão de obra escrava na província, levando ao baixo nível de escravos africanos. Portanto, esse “precoce” fim da escravidão não se deve diretamente aos princípios ideológicos ilustrados dos liberais da classe dominante cearense, mas ao baixo número de escravos presentes no território, levando a uma redução da prática da escravidão sem maiores consequências para a produtividade e os negócios da classe dominante, tendo em vista que essa prática já não era tão impactante para o crescimento econômico. Assim, a condição negra no Ceará era imediatamente ligada às condições materiais e produtivas de sua economia interna. Outro fator importante foi o reduzido tráfico direto de escravos na região desde o período colonial, desta forma, as rotas do comércio de escravos não encontravam centro de chegada no litoral cearense, “os cativos que adentravam à capitania chegavam, sobretudo, pelos portos de São Luís e Recife, e, em menor grau, por Salvador e Rio de Janeiro” (FARIAS, 2016, p. 265).

Nas referências demográficas apresentadas no relatório de presidente de província de 1866, temos nos dados do levantamento populacional da comarca de Fortaleza, a cifra de 65386 habitantes, sendo 63431 compostos por habitantes livres e 1955 por escravizados. Representando o percentual de 1 escravo para 32 livres. Tais dados nos fornecem bases para compreender o reduzido número de cativos na província, sendo esse resultado, analisado orgulhosamente por parte do senhor presidente de província Homem de Mello, como uma

vitória do Ceará pela eficiente qualidade da mão de obra livre sobre a escrava, sendo associado a tal fato à própria estabilidade econômica cearense perante outras províncias que detinham crises econômicas internas, mesmo possuindo uma quantidade abundante de mão de obra escrava frente ao Ceará. Conforme pode-se verificar na seguinte afirmação:

No Ceará está realizado o grande problema do trabalho livre. E esse resultado tem sido espontaneamente obtido pelas tendências e hábitos da população, e pelo carácter laborioso e perseverante que a distingue. E quando mais ou menos todas as províncias têm sofrido embaraços em suas finanças, as rendas do Ceará têm ultimamente aumentado de uma maneira progressiva e altamente lisonjeira. É a recompensa conferida ao trabalho livre, cuja larga retribuição está na razão inversa do trabalho escravo (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE JULHO DE 1866, p. 30, 31).

As condições materiais do Ceará deram possibilidade para que a província, diferente das demais do império, gozasse da menor presença de mão de obra escrava. E, por esse motivo, não era incomum pronunciamentos de natureza progressista como a do presidente Homem de Mello, em especial, ao comparar as condições cearenses frente a outras províncias no tocante a realidade da escravidão. Outro exemplo pode ser analisado no jornal liberal *Cearense* em sua edição número 2446 de 21 de agosto de 1867, onde foi relatado um caso de assassinato brutal. Este caso descrevia a situação em que um escravo na cidade de Bragança-SP foi executado em meios aos castigos praticados por seu proprietário. Tal relato foi publicado no Diário de São Paulo, e reproduzido pelo *Cearense* da seguinte forma:

Deu-se, há poucos dias em Bragança, um assassinato acompanhado de horrorosas circunstâncias. A este respeito, comunicam-nos o seguinte: Um indivíduo que aqui reside há pouco tempo, vindo de Sorocaba, comprou dois escravos para trabalhar em sua chacara. Querendo castigar um d'esses escravos, mandou-o suspender ao tecto da casa amarrando aos pés um grande peso. Este bárbaro castigo causou a morte ao infeliz escravo. O facto é publico e notorio, entretanto, a policia dorme o sono da innocencia (CEARENSE, 1867, p. 1).

A notícia estava na página de destaque do jornal e retrata o horror que a escravidão consistia na província de São Paulo. Contudo, a vida do escravo cearense não era menos difícil que a condição de seus pares em outras províncias. No mesmo jornal, não era incomum encontrar anúncios de venda ou de aluguel de mão de obra escrava, como também, avisos de busca por escravos fugitivos. O jornal liberal dividia suas páginas entre a denúncia da barbárie escravistas em outras províncias, ao passo que, servia como instrumento da continuidade das

práticas da escravidão no interior do próprio Ceará. A aparente contradição perfilava as práticas do liberalismo no império.

Se o amargo da escravidão não faltava aos cativos do Ceará, o sofrimento também não era ausente na vida dos trabalhadores livres. Mesmo em melhores condições que aqueles que eram submetidos à condição de escravizados, os trabalhadores cearenses livres não gozaram de condições afortunadas em suas vidas. A grande maioria vivia no campo, comandada pelos grandes fazendeiros da província, que controlavam os meios de produção e ditavam as regras de exploração daqueles que dependiam do trabalho na terra para a sua subsistência. Mercadorias ou dinheiro eram entregues aos camponeses em troca de sua força de trabalho na fazenda. Fossem como vaqueiros, já citados anteriormente, ou como agricultores que cultivavam os produtos comercializados pela província, o retorno dos lucros aos trabalhadores eram mínimos e garantiam o controle dos latifundiários sobre suas vidas. Segundo Maria Arair Pinto Paiva (1979, p. 47, 58), a fazenda constituía o núcleo da vida social do Ceará desde a colônia, a vida dos camponeses orbitava segundo a liderança exercida pelos grandes fazendeiros que, não só eram os centros de poder da província, como também, os mantenedores da estratificação e da hierarquia social cearense.

A vida da população camponesa não experimentou apenas o sofrimento da exploração nas terras dos grandes fazendeiros, mas periodicamente era castigada pelo flagelo da seca, que representava, nesse momento, os castigos provenientes da natureza, como o abandono e o descaso dos poderes públicos as condições de sobrevivência do povo que, por muitas vezes, era jogado a sua própria sorte. Segundo a lógica apresentada por Pinto Paiva (1979, p. 40, 46), a seca não pode ser compreendida apenas enquanto um fenômeno puramente climático, mas é antes disso, um acontecimento sócio-político que fundamenta um instrumento de controle por parte da administração política das classes dominantes, que buscaram ao longo da história do Ceará, barganhar verbas e incentivos fiscais juntos ao governo central para o socorro da província, ao passo que controlavam parte da população miserável que sofria com a falta de recursos.

Os anos 60 do século XIX, foram, como afirmados anteriormente, prósperos em vários sentidos para a província do Ceará, e esse fato também se aplica ao tocante a seca. Nesse período a seca não se fez presente nas terras cearenses, e o desenvolvimento produtivo sentiu seus potenciais benefícios. A ausência da seca e a prosperidade do algodão configuraram a sorte dos anos 60, que de igual modo faltaria a segunda metade da década de 70. Joaquim Alves, no clássico *história das secas*, (1982, p. 117, 120) registra o relato da passagem do viajante francês Alexandre Belmar, que visitou as terras cearenses nesse período, e registrou em suas anotações

uma análise geográfica e climática da província, retratando as condições áridas do clima e do solo, como pode ser visto na afirmação abaixo:

verdejantes ou áridas, segundo a estação, é anualmente desolada pelo flagelo da sêca, que aí faz às vezes horrorosas devastações destruindo a vegetação, os animais e mesmo os homens. Essa circunstância incômoda impede naturalmente a agricultura e a indústria de se desenvolverem em alta escala (BELMAR apud ALVES, 1982, p 118, 119).

Apesar dessas condições, Belmar observou que a província experimentava uma situação de desenvolvimento econômico, e que buscava meios para garantir a prevenção dos impactos mais agressivos da estiagem. Segundo o viajante francês, obras de construção de açudes para garantir o estoque de água estavam em andamento no Ceará, pois era de vital importância para a proteção dos negócios da província que o poder público e a iniciativa privada buscassem meios para garantir a proteção da produção e do comércio em meio ao flagelo da seca (ALVES, 1982, p. 120). Aqui a pesquisa analisa que essas iniciativas não representaram uma garantia de auxílio social para o povo, mas que garantiam um amparo para os negócios dos grandes latifundiários. A proteção do capital da classe dominante foi a real preocupação da administração política cearense nos períodos de seca.

Com as secas, a população do campo por vezes deslocava-se de suas regiões de origem na busca por localidades menos impactadas pelos castigos climáticos, tendo nos centros urbanos ponto de chegada. Segundo Maria Clélia Lustosa Costa (2008, p. 183), por mais que a maior parte da população vivesse no campo, os centros urbanos do Ceará adquiriram um crescimento populacional significativo ao longo do século XIX. Marcados por períodos de migrações, as cidades cearenses recebiam periodicamente grupos de camponeses que fugiam das secas que atingiam o interior da província, assim, o processo de busca das cidades teve como um dos seus fatores de crescimento populacional as próprias consequências trazidas pelas estiagens. É importante lembrar que o crescimento comercial da década de 60 levou ao afluxo da população camponesa em maior medida para os centros urbanos. Entretanto, este fluxo não tinha como objetivo coletivo se estabelecer permanentemente na cidade como no primeiro caso, mas migrando periodicamente aos centros urbanos com fins comerciais, para comprar ou vender produtos nas feiras e no comércio, levando a maiores momentos de dinâmica social entre o campo e a cidade.

Esse crescimento populacional decorrente das migrações do campo para a cidade ocorria em meio ao processo de modernização dos centros urbanos, caracterizada pelo crescimento econômico que a fase do algodão trouxe para a província a partir da década de 60. Valendo



ressaltar que Fortaleza foi o principal centro das transformações e dos principais fenômenos que ocorreram na vida urbana nesse período. Portanto, essa fase foi marcada pelo delineamento inicial do perfil da urbanização das relações sociais da população que habitava, migrava ou visitava a cidade. A modernização também passava pela civilização<sup>2</sup> dos hábitos e costumes da população urbana, tendo a instituição de regras e leis para organizar a vida pública (COSTA, 2008, p. 188, 190). Por muito, o espaço urbano misturava práticas do campo e da cidade na sua vida cotidiana. Os camponeses que migravam para Fortaleza, fossem para negociar os produtos cultivados no interior ou nos processos migratórios, mediante a fuga das secas, eram forçados a se adaptar aos novos dilemas da modernização. Assim,

Como modo de vida, a urbanização da sociedade cearense impôs-se aos moradores da cidade orientada pela administração da Província. Em face das circunstâncias, a população migrante foi forçada a submeter-se a estas normas determinadas pela legislação e pelo Código de Posturas. Estes exigiam do homem do campo, que chegava às feiras semanais, o respeito às normas urbanas (uso de roupas adequadas, proibição de andar pela rua apenas de ceroulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade) e, ao se fixar, a adaptação ao novo habitat e seus costumes. A legislação propunha-se a orientar, a disciplinar o modo de vestir e de comportar-se na cidade. Para atingir este objetivo, a população e o espaço tinham de ser disciplinados, policiados. Portanto, a cidade era um ambiente também policiado, controlado, daí tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas (COSTA, 2008, p. 191).

Os órgãos administrativos contaram com o instrumento da lei para garantir o controle, tanto da ordem pública e da segurança civil, quanto da gerência dos comportamentos da população perante as regras de convivência no espaço urbano. Assim, segundo Rogério Ponte (1993, p. 164), o crescimento populacional de Fortaleza, ligado a migração das camadas mais pobres para a cidade, gerou uma situação de alerta nas autoridades políticas da província que enxergavam no policiamento e na força coercitiva do estado uma forma de controlar, punir e disciplinar essa parcela desfavorecida da população. Isso fazia com que houvesse uma preservação do ideário de um processo de civilização e de progresso dos costumes sobre os pobres, que eram compreendidos como a parcela da população afastada da sociabilidade, das práticas morais e da boa educação.

---

<sup>2</sup> Assim como a compreensão apresentada por Gervásio Aranha (2001, p. 254, 255) sobre modernização como uma novidade exportada do estrangeiro, também aplicamos a mesma lógica a ideia de civilização expressa nesse período. Assim, compreendemos a ideia de civilização ou de civilizar-se, como uma tentativa de aproximar-se da cultura europeia daquele momento históricos, portanto, ser civilizado era ser o mais próximo dos padrões social e culturais dos principais centros urbanos europeus.

A abordagem prestada por parte dos poderes públicos às classes sociais era parcial. A forma como se diferenciava o tratamento entre ricos e pobres era caracterizada pela desigualdade. Fosse nos espaços urbanos na experiência civilizatória, fosse no campo, na falta de assistência prestada aos camponeses nos momentos de crise geradas pelas secas, o olhar administrativo para com as camadas mais desfavorecidas era estigmatizado. Esse fato pode ser observado na análise feita pelo o presidente de província o senhor Cavalcanti de Albuquerque, ao abordar no relatório de presidente de província sobre a violência no interior do Ceará. Onde o presidente constata que o princípio motriz da criminalidade estava ligado à educação e às práticas sociais dos menos favorecidos, entendidas por ele como inferiores as práticas da classe dominante. E como se pode analisar:

Com relação ao assumpto sujeito chamo a vossa judiciousa attenção para uma das feições características de nossa sociedade, no interior do paiz. Da zona de luz, onde giram as classes superioresos homens civilizados, mais ou menos instruidos, mais ou menos abastados, para a zona quasi de trevas, onde jazem as classes inferiores - a gente ignorante e rude, o proletario, a gradação é tal, que não dá para a zona intermedia. Assim resulta um facil predominio das primeiras sobre as segundas classes. (...) Comprehendeis, senhores, que para males desta natureza o unico remedio efficaz é a reforma dos costumes pela educação moral e difusão dos conhecimentos proprios a dar aos que vivem nas trevas da ignorancia noção clara do quanto valem a independencia e dignidade do homem pelo trabalho perseverante, fonte certa de conforto domestico, de energia individual, de elevação social (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE NOVEMBRO DE 1868, p. 7, 8).

Para o presidente de província, a violência e a criminalidade era reflexo da brutalidade e da falta de instrução dos mais pobres, que eram menos sociáveis e, portanto, mais inclinados às práticas violentas na solução dos impasses no seu cotidiano. Na conclusão do presidente, o próprio domínio social das classes dominantes cearenses sobre o proletariado estava associado a uma suposta superioridade moral e educacional das classes dominantes, que como classe dirigente, teria o papel de civilizar a parcela proletária da sociedade, que por muito, desfavorecia o progresso da província por meio de suas práticas degeneradas e do crime.

A desqualificação e subordinação pregada pela classe dominante sobre a classe trabalhadora configura uma das expressões mais diretas da luta de classe. Pois, como pode-se refletir a partir de Marx e Engels (2009, p. 67), as ideologias dominantes juntamente com os discursos provenientes delas são expressões diretas da classe dominante de um dado momento histórico, e nesse sentido, a supremacia social dessa classe não deveria se expressar apenas as suas condições materiais mais diretas, mas deveriam surgir nas suas práticas mais simbólicas e

abstratas como parte da sua cultura. Por esse motivo é que a moral e a educação aparecem tão destacadas na fala do presidente de província.

A violência era um assunto importante nas pautas do presidente de província, pois era uma questão estrutural para a ordem e para a estabilidade do próprio Estado brasileiro que estava em consolidação desde a independência. Com os distúrbios e as revoltas ocorridas no primeiro reinado e no período regencial, o governo central buscou, a partir do regresso conservador, medidas junto à presidência de província para estabelecer a paz e a ordem, refletindo, deste modo, o projeto de controle e centralização da estrutura administrativa do estado. Desde os fins dos anos 30 do século XIX, a presidência de província do Ceará teve como um dos seus principais papéis estabelecer a ordem e a redução da criminalidade e da violência na província. Esse fato também passava pela necessidade de evitar revoltas separatistas e movimentos de contestação do regime, buscando garantir a subordinação das classes dominantes ao governo central (SOUSA, 2009, 1, 52).

A política de combate à violência iniciada nos fins dos anos 30, e se estendeu por todo período imperial, sendo uma pauta importante nos relatórios da presidência de província, que costumavam enfatizar as atividades de segurança pública a partir do controle e da redução da criminalidade. Era substancial mostrar serviço ao governo central, pois a garantia da estabilidade regional também comprovava o controle do poder imperial sobre o território nacional, bem como, a consolidação administrativa do projeto de estado brasileiro. Nos dados apresentados nos relatórios de julho de 1866, maio de 1867, abril de 1868, setembro de 1869 e setembro de 1870, podemos analisar, a partir do cálculo das atividades criminais nesse período o número de 1126 crimes. Crimes como assassinatos e agressões físicas eram os mais comuns, assim dos 1126 crimes cometidos no período analisado, destacamos 364 agressões físicas leves e graves e 139 homicídios registrados nos boletins de ocorrência da segurança policial.

Não por acaso, os homicídios e as agressões físicas eram os crimes mais utilizados em uma prática estratégica na vida social e política da província, que consistia na violência usada pela classe dominante, pois ela servia como instrumento de controle político e social, e as ameaças e intimidações constantemente marcavam as disputas de poder dentro da província. No relatório já citado de novembro de 1868, onde o presidente de província Cavalcanti de Albuquerque analisa os motivos associados à violência, é citada a conduta das classes dominantes em manobrar seus subordinados na execução de práticas violentas como instrumento de intimidação e solução de conflitos internos, e conclui o presidente: “Se entre os contendores surge um interesse especial, uma pendencia, as vezes por alguns palmos de terra, ou então se aproxima-se a eleição, trava-se a luta em proporções temerosas” (RELATÓRIO DE

PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE NOVEMBRO DE 1868, p. 9). Nos períodos eleitorais as disputas ultrapassavam as campanhas políticas e as urnas e se externava na brutalidade da violência física. As contendas existentes entre a classe dominante, fossem por motivo dos mais diversos, e destacamos os relacionados as questões políticas, eram por vezes solucionadas por meio da violência, tendo nesse recurso a busca pela garantia da autoridade desses senhores em suas localidades.

A violência era reflexo de uma miséria mais profunda que as causas moralizantes apontadas pelo presidente de província. A desigualdade social e a realidade da exploração material tornavam a classe trabalhadora vítima da instrumentalização da violência pela classe dominante em suas disputas pelo controle do poder, transformando a criminalidade em parte do cotidiano dos trabalhadores. Segundo Abelardo Montenegro (1980, p. 27), a violência operada pela classe dominante cearense não se resumia à iniciativa privada dos fazendeiros, mas também estava relacionada com o aparelho de Estado, compreendendo as forças políticas que ocupavam o poder administrativo da província, pois o controle dos poderes institucionais permitia o domínio da polícia e da justiça nas ações de intimidação e de combate aos adversários, assumindo, assim, o controle da força coercitiva do estado, que perseguia os adversários ao passo que se protegia e absorvia os crimes dos aliados políticos, sendo essa uma prática comum daqueles que ocupavam o comando administrativo da província do Ceará.

Os males da violência, da perseguição política e da seca, comuns na vida política e social do cearense, teve na década de 60 do século XIX o incremento de um outro terrível mal que atingia a América do Sul, sendo ele a Guerra do Paraguai. O conflito iniciado em 1864, contou com a participação do Império do Brasil e das repúblicas da Argentina e do Uruguai, que formaram nesse ano uma força conjunta denominada de tríplice aliança contra a então república do Paraguai. As causas do conflito passavam por um conjunto de disputas geopolíticas na região do Rio da Prata, ponto estratégico para o comércio dos quatro países envolvidos na guerra, mas com um destaque especial para o Paraguai, que dependia dessa via fluvial para o escoamento de suas mercadorias no comércio internacional. O controle do Prata era tático para a economia do continente sul-americano e as posições do domínio territorial ao longo do Rio definiriam os rumos do desenvolvimento e da supremacia política no continente. Com o início das beligerâncias, o império se articulou para a formação de um exército que estivesse pronto e organizado na frente de combate, assim, o recrutamento se fez presente em todas as províncias, sendo papel da administração provincial garantir o preenchimento das fileiras para os esforços de combate (JÚNIOR, 2016, p. 352, 366).

Segundo Airton Farias (2016, p. 293, 300) até 1866, o recrutamento voluntário teve uma boa resposta na província do Ceará, contando com o expressivo número de alistados que se apresentaram prontamente para participar do conflito. Assim, segundo o autor, esse fato se deu em grande medida pelo desenvolvimento do sentimento de nacionalismo associado ao apelo social no combate ao inimigo externo que colocou em risco a segurança da nação. Contudo, a partir de 1866, esse elemento perdeu sua força como base para o recrutamento, pois as notícias vindas da frente de combate foram impactantes para a população. O conhecimento das condições brutais do campo de batalha, das mortes, da fome, das doenças e do abandono dos soldados à sua própria sorte criaram as condições para o fim da empolgação do alistamento voluntário para a guerra. Passou-se a usar o aparelho de controle do Estado e a obrigatoriedade do recrutamento dos cidadãos foi operada, gerando pânico, descontentamento e resistência por parte da população a essa situação. Fugas para se esconder em serras e matas fechadas, pagamento da multa de 400 mil-réis de dispensa por parte dos mais afortunados, até a invasão de delegacias e centros de convocação por parte da população como ocorrido em Icó em 1868, servem como exemplos do esforço dos cearenses contra o recrutamento forçado.

Nos dados disponíveis no relatório da presidência de província de julho de 1868, é apresentado um melhor detalhamento do contingente enviado para o campo de batalha a partir do início da guerra até o presente momento da publicação do relatório. Segundo o documento foram recrutados 397 soldados do 14º batalhão de infantaria, 172 membros do corpo policial, 1127 voluntários, 67 ditos para o exército, 2097 membros da Guarda Nacional, 861 recrutas para o exército, 226 ditos para a armada, 14 desertores para o exército e 339 escravos libertos para o serviço militar (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, JULHO DE 1868, p.9), contabilizando a cifra de 5300 homens enviados para as fileiras de combate. Em uma comparação com os números do relatório de julho de 1866, pode-se analisar que o número de recrutas voluntários quase estagnou de julho de 1866 até a data dos dados disponíveis em 1868. Pois, do início da guerra até 1866, tínhamos 1104 voluntários frente a 1127 no ano de 1868, contabilizando o acréscimo de 23 soldados voluntários nos dois anos. Demonstrando a larga redução do contingente voluntário iniciada nos anos subsequentes a 1866.

A ausência de voluntários para compor as forças armadas transformou o recrutamento forçado em parte dos instrumentos de manobras políticas da classe dominante que ocupavam as instituições administrativas do Ceará. Nesse sentido, as perseguições políticas dos adversários tiveram o incremento da convocação para frente de combate, tornando o recrutamento forçado, instrumento de intimidação e punição política. Segundo Airton Farias (2016) e Abelardo Montenegro (1980), o uso do recrutamento forçado para o campo de batalha

daqueles que eram opositores políticos do grupo que dominava o poder institucional da província, remetia a períodos anteriores à guerra do Paraguai, como no processo de convocação de tropas para sufocar as revoltas do período regencial. Assim, a escolha dos recrutas passava por uma operação que iam para além dos princípios regulares e pré-estabelecidos para a convocação, como por exemplo, ser do sexo masculino e está em condições físicas aptas para o serviço, sendo no momento da escolha do candidato, levada em consideração o seu posicionamento político. E, portanto, se era contra ou a favor do grupo que estava ocupando a administração provincial. Sendo aliado, por vezes dispensado, sendo opositor, por muito convocado para a frente de batalha. A moralização e o respeito a lei eram, por vezes, no interior das regras do jogo político abstrações formais e mera caricatura, frente a realidade material de uma disputa de classe que guardava camadas mais profundas que os simples fenômenos que se apresentavam no primeiro instante na forma da lei e dos ideais políticos.

## **2.2- Atmosfera política da Província do Ceará (1864-1868): grupos políticos, partidos políticos e as disputas pelo poder.**

A política no Ceará, desde o período colonial, foi desenvolvida sobre o controle dos grandes latifundiários, a grande fazenda foi o centro das relações materiais e simbólicas que deram base para o desenrolar de todas as relações políticas que se estabeleceram no Ceará. O fazendeiro era a figura central, o chefe da família, dos trabalhadores livres e escravos, e o mantenedor da ordem e da hierarquia social, tendo em sua figura o líder incontestável desse sistema. A historiografia brasileira frequentemente discorre sobre esse lugar de poder em torno da figura do grande fazendeiro, desde Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala* (2001), passando por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (2000) até leituras mais alinhadas ao marxismo e à análise crítica das lutas de classes como em Caio Prado Junior em *Evolução Política do Brasil: colônia e império* (1980) e em Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1980). Nessas obras podem-se encontrar análises sobre a figura do grande latifundiário como um sujeito histórico central no teatro da política e da economia da colônia e do império. Sendo o epicentro das relações de controle e de manutenção do sistema produtivo brasileiro, que moldaram os aspectos do comportamento social, político e cultural do Brasil.

Esse perfil colonial da centralidade do fazendeiro e de sua família na liderança regional, foi conservada no processo de Independência, pois essa estrutura foi um dos alicerces que configurou a organização do sistema político e administrativo do estado brasileiro com base no controle das classes dominantes. A partir daí, se formaram verdadeiros clãs, que comportavam

os familiares e agregados desses senhores, estruturando oligarquias familiares espalhadas por todo o território nacional. Essas oligarquias regionais disputavam em suas localidades o controle do poder político das instituições, promovendo disputas e alianças pelo protagonismo nas decisões administrativas das províncias, bem como pelos espaços que eram cedidos na representação nacional no parlamento imperial, fosse na Câmara ou no Senado. E o Ceará imperial não escapava a essa regra, instituída pelas estruturas e regras dos jogos de poder que mantinham a lógica da exploração e do controle nas mãos dos grandes latifundiários locais (PAIVA, 1979, p. 51, 58).

É importante compreender, para fins de lucidez dessa discussão, o que estamos querendo dizer quando nos referimos a esse estrato social como classe dominante. Para esta pesquisa, o conceito de classe dominante refere-se àquilo que foi compreendido por Marx e Engels (2009, p. 63), como a classe social detentora dos meios de produção material e espiritual de uma dada sociedade. Assim, devemos analisar que quando tratamos da classe dominante cearense, não estamos ainda a tratando como burguesia, pois mesmo estando inserido no século XIX, e mais especificamente, naquilo que podemos denominar de *Era do Capital*, como bem definiu Hobsbawm (2012), não podemos tratar o Brasil desse período com as mesmas características que compreendiam a Europa e, portanto, ainda não podemos tratar essa classe social propriamente como burguesa.

Segundo Florestan Fernandes (1980, p. 33, 34), os elementos que deram base ao surgimento da burguesia no Brasil, podem ser localizados com a independência. E, em certa medida, tais elementos foram influenciados por aquilo que se estava estabelecido na Europa naquele momento, tendo, portanto, uma ligação histórica com a realidade do mundo europeu. Contudo, esses elementos importados não tiveram o mesmo desenvolvimento, nem procederam de forma mecânica aqui, mas se desenrolaram segundo as condições históricas e sociais, particulares a realidade brasileira. Assim, mesmo no Império, a burguesia propriamente dita ainda não era possível de se apresentar enquanto tal. Em particular, pela própria estrutura que vantejava no sistema político e econômico do período monárquico brasileiro. Fossem pelas condições de um modelo produtivo escravista e fortemente agrário; fossem pela estrutura nobiliárquica criada pela forma de governo monárquico, afastando do poder os elementos que não estivessem sobre o domínio dos grandes latifundiários e das famílias tradicionais. E sobre isso, Florestan Fernandes (1980, p. 35) nos ajuda a concluir que:

Tratava-se antes de uma congêrie social que duma classe propriamente dita. Aliás, até a desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial,

os componentes da “burguesia” viam-se através de distinções e de avaliações estamentais. Um comerciante rico mas de origem plebeia não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de “família tradicional”.

E assim, para compreendermos melhor quem eram essas famílias, qual seu lugar de poder e como se comportavam política e institucionalmente, é necessário dividi-las em dois grupos, que concernem respectivamente aos partidos políticos que se apresentavam no Brasil Império, sendo eles o partido liberal e o partido conservador. A formação desses partidos remete ao período regencial, quando no fim dos anos 30 do século XIX, a facção política conhecida como liberais moderados – facção vitoriosa das disputas políticas do período – dividiu-se em dois partidos políticos, sendo eles o partido conservador e o partido liberal. E aqui devemos estabelecer algumas características gerais do que concernia ser liberal nesse momento. Para isso, concordamos com a análise apresentada por Alfredo Bosi (1998, p. 8), que identifica quatro definições de liberal usadas pela classe dominante nesse momento político. E sendo elas:

1) Liberal, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar. 2) Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente; ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado. 3) Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica. 4) Liberal pôde, enfim, significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, alterando assim o estatuto fundiário da Colônia no espírito capitalista da Lei de Terras de 1850.

Portanto, os critérios estabelecidos pelos liberais brasileiros para aquilo que significava liberalismo e/ou política liberal, estavam diretamente envolvidos com as condições históricas e materiais da realidade concreta da nação em formação. Onde tornava o liberalismo em um instrumento ideológico que servil como princípio na constituição dos projetos relativos a um estado-nação que favorecesse as classes dominantes (FERNANDES, 1980, p. 56, 68). E, no Ceará, esse projeto político ganhou diferentes afiliações entre os grupos de poder.

É importante salientar que os liberais concernem à parcela mais importante da classe dominante em nossa investigação, pois é dela que trata o objetivo central de nossa pesquisa no estudo das práticas políticas – que são os discursos e os projetos – dos parlamentares liberais cearenses no interior da Câmara e do Senado. Contudo, é essencial do mesmo modo compreender também quem eram os conservadores, para assim analisarmos as relações que se



desenvolveram entre eles e os liberais, entendendo, pois, seus empasses e confrontos por poder no interior da província e do parlamento. Por esse motivo, iniciamos essa discussão apresentando os rivais dos liberais, sendo essa parcela da classe dominante cearense: os conservadores ou caranguejos.

A primeira facção concernente aos conservadores ficou conhecida como Carcarás, que foi a denominação prestada a esse grupo por motivos da fazenda de onde eram provenientes. Os Carcarás foram estruturados sob o comando de Francisco Fernandes Vieira (1784-1862), o Visconde de Icó, que foi um proeminente pecuarista da região de Inhamuns, passando a liderar o partido conservador na província a partir de 1837, em meio ao processo do regresso conservador e da divisão dos liberais moderados em partido liberal e conservador. Passou a liderança do grupo para seus filhos Miguel Fernandes Vieira (1816-1862) e Manuel Fernandes Vieira (1819-1879), tendo sido o primeiro senador por curto período, pois chegou a falecer no mesmo ano de sua posse; já o segundo irmão ocupou a vaga de deputado na Câmara a partir de 1869, tendo orquestrado a liderança do partido em sua região no período que aqui analisamos (FARIAS, 2016, p. 191, 193).

Os conservadores possuíam um segundo grupo de poder dentro do Ceará, que era formado sobre a liderança do boticário Antônio Rodrigues Ferreira (1800-1859), carioca que veio morar em Fortaleza a partir dos anos 20, onde trabalhou como farmacêutico prático, ganhando prestígio e importância por exercer essas atividades como médico nessa cidade. Foi prefeito de Fortaleza, vereador e presidente da Câmara Municipal, em torno da sua figura se formou o grupo denominado de Boticários e, com aliança com os Carcarás, formavam a facção Boticários-Carcarás. Com a morte de Francisco Fernandes Vieira em 1862 e do Boticário Ferreira em 1859, o partido conservador passou a ser controlado por Manuel Fernandes Vieira até os anos 80, quando os conservadores se dividiram em dois grupos, tendo um permanecido sobre o comando da família Carcará na figura de Gonçalo Batista Vieira, o Barão de Aquiraz, e tendo a denominação de conservadores Miúdos (FARIAS, 2016, p. 208, 210).

O segundo grupo foi chamado de conservadores Graúdos, e esteve sob o comando de Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890), o Visconde de Jaguaribe, e de Joaquim da Cunha Freire (1827-1907) o Barão de Ibiapina. O primeiro líder do grupo, Jaguaribe, foi jurista, vindo de uma família de latifundiários da região do Aracati, ocupou o cargo legislativo de deputado na Câmara Imperial e de senador no período que estamos analisando. Já no caso do Barão de Ibiapina, esse era um rico comerciante da cidade de Fortaleza, tendo sido presidente de província por sete vezes de 1869 a 1874. Teve escândalos associados à sua figura como a

venda de farinha podre para alimentar os flagelados na seca de 1887, e tráfico de escravos para o centro-sul (Ibidem, p. 208, 210).

O partido liberal no Ceará (Chimangos), assim como o partido conservador, estava ligado as famílias e aos grupos de poder da província. Nesse tocante, devemos conhecer quais grupos eram esses e como, a partir da sua história, estruturaram o partido liberal dentro da província. O primeiro grupo é aquele que estava ligado as primeiras iniciativas daquilo que podemos tratar como ideias associadas ao pensamento liberal, sendo esse grupo a família Alencar. Esse grupo se originou na região do Cariri, e teve como primeira líder a senhora Bárbara de Alencar (1760-1832). Bárbara nasceu em 1760 na região de Exú na então capitania do Pernambuco. Casou-se com um português comerciante com o qual teve cinco filhos, tendo se mudado com o marido para a vila do Crato na região do Cariri, onde construíram latifúndio e exerceram comércio. Ao ficar viúva, Bárbara assumiu o controle da família tornando-se a sua matriarca. E de seus cinco filhos, dois se destacam nos processos históricos desse período, sendo eles Tristão de Alencar (1789-1824) e José Martiniano de Alencar (1794-1860). Ambos os irmãos tiveram formação educacional em Pernambuco de onde foram influenciados por ideias liberais e iluministas de revolta e contraposição ao controle colonial de Portugal. Bárbara, juntamente com os filhos, fizeram parte de dois movimentos revoltosos de forte influência liberal, e que marcaram o Ceará no fim do período colonial e no primeiro reinado, sendo eles a Revolução Pernambucana em 1817 e a Confederação do Equador em 1824. A participação da família nesses movimentos rendeu a prisão, morte e perseguição de seus membros. Bárbara, já de idade avançada, não resistiu à agitação das fugas e perseguições e veio a falecer em 1832 em Fronteiras no Piauí. Tristão de Alencar foi executado nos combates de resistência da Confederação do Equador, restando vivo desse tumultuado período apenas José de Alencar (GIRÃO, 1984, p. 122, 141).

Na prisão, José de Alencar negou suas ideias e seu envolvimento na conspiração, passou a responsabilidade para outros confederados e foi absorvido no julgamento. Passou a ser aliado do grupo político dos liberais moderados, grupo que se tornou o mais forte dentro do período regencial. A partir desses movimentos, Alencar conseguiu construir uma escalada política dentro e fora da província do Ceará. Foi eleito deputado, senador e ocupou o cargo da presidência de província de 1834 a 1837, de onde operou reformas centrais no Ceará, como o combate a violência no interior da província, e o estabelecimento da política de centralidade do poder nas mãos do governo imperial (MONTENEGRO, 1980, p. 20, 22). Alencar concentrou em suas mãos toda a liderança do partido liberal na província do Ceará até a sua morte em 1860, quando então, o partido passou ao comando do senador Pe. Tomaz Pompeu Souza Brasil (1818

– 1877). Pompeu foi padre, bacharel em Direito, jornalista e um dos intelectuais mais proeminentes do Ceará no século XIX, nasceu em Santa Quitéria em 1818, escreveu trabalhos sobre a geografia da província do Ceará e encampou estudos referentes as condições para o desenvolvimento da estrada de ferro que ligava Fortaleza a Baturité, tendo também em sua figura, um dos maiores articuladores para a criação dessa ferrovia. Portanto, o senador Pompeu foi uma figura central da representação cearenses nos jogos políticos no interior do parlamento, especialmente, na década de 60 do século XIX (FARIAS, 2016, p. 208).

Com a morte de Miguel Fernandes Vieira em 1862, abriu-se a vacância em uma das cadeiras no parlamento, da qual foi ocupada por Pompeu em 1864. Pompeu também foi o criador do jornal liberal o Cearense em 1864, órgão oficial do partido e que tinha o papel de articular a voz dos liberais dentro da província a partir da imprensa escrita do período. Segundo Airton de Farias (2016, p. 207), Pompeu “controlou com mão forte o partido”, criando entorno de sua família um centro de poder, que passou a partir da década de 1870 a formar o grupo conhecido como liberais-pompeu. Também a partir de 1870, um segundo grupo dentro do partido ganhou destaque nas articulações políticas, sendo ele os liberais-paula. Tal grupo formou-se entorno da figura do latifundiário Francisco de Paula Pessoa (1795-1879), mais conhecido como o *senador dos bois*. Seu núcleo de poder vinha de Sobral, de onde articulava seu controle local e operava seus negócios como comerciante e latifundiário. Foi eleito senador em 1846, mas por motivos de saúde, afastou-se da participação das atividades no senado em 1864. Seus filhos ocuparam seu espaço na política com seu afastamento, destacando-se na nossa análise o médico Francisco de Paula Pessoa Filho (1836-1879), que ocupou o cargo de deputado geral em 1867.

Após a queda do governo de Alencar, os liberais passaram de situação a oposição dentro da província. Havia um princípio muito claro nos jogos de poder do período, que consistia em que o partido que controlava a presidência de província controlava também todo o aparato institucional disponível na administração pública: os tribunais, a polícia e as eleições. Assim, nos governos que se seguiram no fim da primeira metade do século XIX para o início da segunda, os conservadores mantiveram-se no comando da presidência de província e de toda a estrutura que estava disponível a ela. É importante analisar que nos anos 60 do século XIX, ainda imperava a política de Conciliação iniciada em 1853, pelo gabinete ministerial do Marquês de Paraná (1801-1856). Tal política, tinha como objetivo unir os partidos e fazer no gabinete ministerial um rodízio entre os dois grupos na busca de almejar interesses em comum, bem como, criar o equilíbrio político, a paz e a unidade entre os partidos tão esperada por D. Pedro II. Na prática, a nível nacional, a Conciliação marcou o retorno dos liberais ao poder,

criando a possibilidade de subida do partido aos cargos ministeriais após o longo período de domínio conservador criado pelo regresso. Esse processo também levou a formação de um novo grupo político chamado de a Liga Progressista ou de liberais progressistas, esse partido concentrava membros liberais e alguns dissidentes dos conservadores, criando um liberalismo que diferiu ao longo dos anos 60 com os liberais ditos históricos e chegou a concordar em muitas pautas com os conservadores. No Ceará, a política de Conciliação foi vista pelos liberais como algo negativo, pois criou o favorecimento dos conservadores nessa província, mantendo parte dos seus membros no comando administrativo, de onde operaram todo tipo de perseguição e controle com base na força institucional. As perseguições políticas operadas pelos caranguejos, marcaram cenas de horror e ódio dentro do Ceará, desde invasões de propriedades para surrar e intimidar os opositores, até o cometimento de assassinatos (MONTENEGRO, 1980, p. 23, 35).

Entre 1864 a 1868, ocorreu o retorno dos liberais ao poder, levando a uma sequência de três chefias de gabinetes ministeriais no governo central e quatro presidências de províncias liberais no Ceará. É importante salientar que o partido que controlava o gabinete ministerial, e também controlava a presidência de província, portanto em sincronia com as presidências de província, procederam no cargo da chefia ministerial os governos liberais de Francisco José Furtado (1818-1870) no período de 31 de agosto de 1864 a 12 de maio de 1865; Pedro de Araújo Lima (1793-1870) de 12 de maio de 1865 a 3 de agosto de 1866; e o governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868. Já na presidência de província do Ceará, tivemos nesse período a sequência dos seguintes presidentes: Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) de 4 de abril de 1864 a 10 de junho de 1865; Francisco Inácio Marcondes Homem e Melo (1837-1918) de 10 de junho de 1865 a 6 de novembro de 1866; João de Sousa Melo Alvin (1823-1885) de 6 de novembro de 1866 a 6 de maio de 1867; e, por fim, o governo de Pedro Leão Veloso (1828-1902) de 16 de outubro de 1867 a 15 de abril de 1868 (GIRÃO, 1980, p. 163).

O retorno dos liberais ao poder no ano de 1864 marcou os últimos momentos da tentativa de pacificação política e da conciliação encapada pelo Marquês de Paraná e por D. Pedro II. Pois, como afirma José Murilo de Carvalho (2012, p. 106, 107), por motivos da Guerra do Paraguai, D. Pedro II ficou preocupado em ter um gabinete próximo ao comando militar, que era nesse momento representado pelo então aliado dos conservadores o Marquês de Caxias. Com isso, houve a abrupta demissão do gabinete liberal de Zacarias Góis em 1868, para substituí-lo pelo comando conservador do Visconde de Itaboraí (1802-1872). A possibilidade de mudança do gabinete pelo imperador era constitucional, mas foi compreendida enquanto

golpe pelos liberais, levando-os ao rompimento com a política conciliatória de onde construíram novas posições dentro do partido, radicalizando seus discursos de contra posição a centralidade do poder régio. E assim, conclui José Murilo (2012, p. 107), que “golpe ou não, a tendência que se desenhava no sistema partidário de enfraquecimento dos conservadores foi revertida, voltando-se à antiga divisão bipartidária”.

No período eleitoral o cenário de disputas políticas ganhava seu ápice, pois eram nas eleições que os partidos se digladiavam entre si por vagas nas instituições do império, colocando os diferentes grupos da classe dominante cearense no campo de batalha pelo controle institucional. A constituições de 1824 já previa eleições, e delimitava os critérios que regeriam o modelo eleitoral brasileiro naquele momento. De modo geral, a cidadania e a participação do povo nos pleitos eleitorais era restrita, tendo como base o voto censitário, com o estabelecimento de critérios de renda mínima de 100 mil réis anual, para os eleitores que deveriam votar os representantes provinciais, que por sua vez, deveriam ter renda mínima de 200 mil réis anual para se candidatarem aos postos de representação provincial com direito a votar os candidatos ao cargos do legislativo que deveriam ter renda mínima de 400 mil réis para a Câmara e 800 mil réis anual para o Senado. Portanto, as eleições no império eram realizadas de forma indireta, tendo para além dos critérios econômicos ser homens maiores de 21 anos, sendo excluindo da vida política as mulheres, estrangeiros, escravos, a população pobre, e ao longo das mudanças das leis eleitorais, também forma excluídos alguns funcionários públicos do direito ao voto. É importante notar que os analfabetos tinham direito a voto no império, elemento que veremos ser excluído em boa parte do sistema republicano (CARVALHO, 2010, p. 393, 399).

Após o estabelecimento do sistema eleitoral pela constituição, as leis sobre esse tema sofreram algumas mudanças ao longo do tempo. Isso ocorreu na tentativa de adequar o estado brasileiro a experiência representativa, controlando a participação dos cidadãos na política, com base no predomínio do poder nas mãos da classe dominante. Uma das mudanças mais substanciais que podemos localizar nesse meio tempo, foi a reforma eleitoral encampada em 1855 pela Lei nº 842 – a Lei dos Círculos –, criada pelo então gabinete do Marquês de Paraná. Tal mudança previa a criação do voto distrital, estabelecendo a divisão da província por distritos segundo a quantidade de deputados para a Assembleis Geral, sendo inicialmente estipulada em uma vaga de deputado por distrito, passando em 1860, por mudança e ampliação de uma para três vagas (PAIVA, 1979, p. 71). A Lei, também, acabou por centralizar “o processo desta divisão, à eleição de deputado do Distrito e de seu suplente; ao uso do Correio na remessa das Atas; à determinação do número de membros das Assembleias Legislativas Provinciais, tendo

no Ceará passado a ser comporta de 32 ao invés de 28 membros” (Idem). Segundo José Murilo de Carvalho (2010, p. 399), o objetivo do Marquês de Paraná, era possibilitar a participação de elementos minoritários no parlamento, isso representava a possibilidade de entrada de profissionais liberais e outros grupos que estavam fora dos ciclos políticos tradicionais. E no Ceará, a descentralização eleitoral criada pela Lei, foi recebida com otimismo por parte de alguns membros do partido liberal, como pode ser verificado na citação do jornal liberal *O Araripe* na edição de 14 de setembro de 1860, e citado por Abelardo Montenegro (1980, p. 33), onde:

No Ceará (antes de 1855), a eleição era feita no salão do Dr. Miguel Fernandes para onde concorriam os aspirantes: as localidades incapazes de um acordo temiam ser pilhadas em flagrante defecção, aceitavam resignadas suas imposições, e, nestas situação difícil, eram elas que vinham fazer voto de sua adesão aos que eram, por escolha do sr. Miguel Fernandes, os deputados, de fato, e podiam fazer-lhes todo mal ou todo bem. O que se observa no Ceará, se deu por toda parte. A lei de 19 de setembro acabou com isto. Hoje, a situação é toda outra, os colégios escaparam ao ascendente dos chefes de partido das capitais, porque cada sede de círculo é um foco de combinações possíveis, houve emancipação, perfeita independência das localidades.

No que tangia a moralidade política, que era esperada também como objetivo pela nova lei, essa também, não foi atingida, e como bem apresenta Bruno Cordeiro Freitas (2011, p.183) a divisão e ampliação distrital criou um efeito contrário, pois tanto a lei 1855, quanto a sua reforma em 1860, ampliaram os abusos políticos locais empregados pela violência criada pelas disputas políticas. A violência e as fraudes eram comuns nos pleitos eleitorais, as ameaças, agressões físicas e os assassinatos políticos eram parte do cotidiano das eleições, e como se pôde analisar, as mudanças das leis eleitorais por vezes só agravaram essa situação. Como já apresentado anteriormente no primeiro tópico, a violência foi instrumento bem utilizados por parte da classe dominante cearense, fossem nos casos privados quando os senhores utilizavam-se de capangas para operar os crimes; fossem os administradores públicos, como os juízes, chefes de polícia, da Guarda Nacional ou os Presidentes de Província, que usavam do aparato público como base para a execução dos crimes e das fraudes eleitorais (PAIVA, 1979, p. 64). Assim, para Maria Paiva (1979, p. 57) a situação jurídica e institucional, por vezes, fortaleceu as condições de corrupção, fraudes e violência que ocorriam nas eleições do Ceará, pois “as leis eleitorais não impediam e mesmo facilitavam a manipulação dos pleitos pela elite política situacionista, sendo o presidente da Província o mais poderoso cabo eleitorais”. Eram complexas a condições de operação do funcionamento das instituições segundo a lógica e a racionalidade esperadas pelos modelos representativos na operação dos aparatos de

funcionamento das instituições administrativas. E, assim, por mais que se buscasse idealizar projetos de estado importados da Europa, as condições materiais brasileiras moldavam a lógica formal dos modelos em lógica material a partir dos objetivos das classes dominantes na manutenção de seu poder.

### **CAPÍTULO III - TOMÁS POMPEU E A REPRESENTAÇÃO LIBERAL CEARENSE NO SENADO IMPERIAL (1864-1868).**

Após uma rápida explanação dos elementos gerais que compuseram a realidade material da província do Ceará entre os anos de 1864 a 1868, passaremos a tratar nesse capítulo das ações propriamente ditas dos liberais cearenses no interior do senado imperial. Nos anos em que se desenvolve esta pesquisa é possível localizar, em meio às fileiras do senado, a presença de dois senadores cearenses filiados ao partido liberal, sendo eles o senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil e o senador Francisco de Paula Pessoa. Contudo, em 1864, o então senador dos bois, o senhor Francisco de Paula Pessoa, pediu afastamento das atividades do senado por motivos de saúde; com sua saída foi repassada para o padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil a responsabilidade de carregar consigo o estandarte da representação liberal da província do Ceará no senado. Mesmo solitário, o padre provou ser uma legião de um homem só, sempre participante nas sessões do senado, o sacerdote, liberal e intelectual, quase nunca deixou passar uma pauta despercebida, sempre presente, foi uma das vozes mais ativas entre todos os senadores do seu tempo. No senado imperial, Pompeu se deparou com as temáticas mais variadas que caracterizavam os embates cotidianos do parlamento, fossem as disputas políticas pela capitação de verbas provinciais, as pelejas entre os diferentes projetos nacionais da classe dominante, os conflitos ideológicos entre os partidos políticos ou as contendas entre a Igreja Católica e o estado brasileiro.

Nesse contexto, o senado assemelhava-se a um mosaico, formado por peças diferentes de cada província, e que ao longe parecia ser uma imagem única ao observador pouco atencioso. Pompeu era uma peça desse complexo institucional da classe dominante, que deveria conciliar os diferentes objetivos que representava naquele momento, fossem as questões regionais como parte da classe dominante cearense, fosse como padre e membro do clero, fosse como liberal e parte do partido a nível nacional. Ora contraditório, ora coerente em suas abordagens no parlamento, Pompeu buscou sintetizar na dialética da realidade política brasileira o perfil de um liberalismo particular e próprio do país. Com isso, alguns questionamentos nos foram possíveis de ser erguidos diante das fontes e das ações políticas do senador, perguntas como: O que constitui um liberal? Quais práticas políticas deveriam ser apoiadas e exercidas por esse? E quais as diferenças existentes entre os liberalismos? Sendo essas algumas dúvidas que buscaremos responder nessas breves páginas. Assim, neste capítulo trataremos das ações políticas exercidas por Tomás Pompeu de Sousa Brasil a frente da representação liberal do Ceará no senado imperial entre os anos de 1864 a 1868. No primeiro momento analisaremos a



representação de Pompeu como parlamentar cearense e liberal frente ao senado, visando os projetos e discursos apresentados e defendidos a nível nacional e provincial. Na segunda parte, trataremos sobre os temas vinculados ao partido liberal e ao liberalismo defendido e praticado pelo senador, em meio à contraposição de um segundo liberalismo dito progressista.

### **3.1 - A Província do Ceará no Senado brasileiro: Pompeu e as discussões em torno dos temas nacionais e provinciais no interior do parlamento (1864-1868)**

Pompeu foi eleito para o senado no ano de 1864, passando a ocupar o cargo de senador em julho desse ano. Sua primeira aparição se deu na sessão de 27 de julho de 1864, onde fez um discurso de apresentação aos membros do parlamento, agradecendo pelo resultado da eleição e afirmando seu compromisso com a província e com os seus apoiadores, fossem eles liberais ou conservadores. Nesse discurso, o Ceará surge pela primeira vez nas falas de Pompeu atrelado à pauta das eleições e do problema estrutural que esta possuía no cenário nacional e local. Segundo Pompeu, o modelo eleitoral brasileiro era viciado em sua essência, e por consequência, seus resultados em grande medida compartilhavam do mesmo princípio corrompido. Para o senador, dois pontos eram centrais nessa pauta: (1) A necessidade de uma qualificação verdadeira (2) e a liberdade plena do voto aqueles que são qualificados. Para ele, as mudanças do programa eleitoral ao longo dos anos não solucionaram os problemas, e o projeto de implantação de uma eleição direta só agravaria a situação da violência e dos distúrbios do período eleitoral, comuns, por exemplo, ao Ceará. Para ele, se os votantes e os votados não possuírem qualificação, de nada adiantaria as mudanças instituídas. Segundo as palavras do próprio Pompeu:

Uma das medidas que a corôa recommendou á attenção do corpo legislativo, e que por mais uma vez tem sido apontada pelos seus ministros nos relatorios, é a reforma eleitoral. Com effeito, senhores, parece que não há no paiz duas opiniões a respeito da imperfeição da nossa eleição. Esta imperfeição resulta, não só da execução da lei, como também da lei em si. Quando a instituição é defeituosa, a execução não faz mais do que agravar o mal. A lei é defeituosa em si, e na minha humilde oponião duas são as qualidades ou condições essenciaes para que a eleição exprima qualificação verdadeira, a segunda é a liberdade plena de votar a aquelles que são qualificados. Em minha província, e creio que em todo o imperio, as lutas eleitoraes, os conflietos, as desordens, que mais uma vez têm ensanguentado as urnas, têm resultado da falta da realização destas duas condições, e especialmente do direito de votar. (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 154).

Na parte final do capítulo anterior chegamos a analisar de forma muito discreta a configuração da Lei eleitoral no período imperial, bem como, as transformações sofridas pelo Código ao longo dos anos, ao modelar o cenário eleitoral no Brasil e na província do Ceará. Para nós, não é surpresa o cenário da violência nos períodos eleitorais no interior do Brasil e na província do Ceará; contudo, a solução que é dada por Pompeu para combater esse desafio apresenta um entendimento que merece a atenção desta investigação. Primeiro, Pompeu localiza uma solução aparentemente semelhante à apresentada pelos presidentes de província, ao abordar a necessidade de uma educação moralizante na formação dos eleitores. Porém, o que o senador entente por qualificação refere-se a algo mais amplo, e aproxima-se de um projeto educacional mais complexo. Segundo Pompeu, o estudo das ciências e a formação escolar primária e acadêmica dos votantes e votados refletiriam diretamente em seu poder de participação como eleitores e cidadãos. Para ele, o investimento em educação era imprescindível por parte do Estado, e esse deveria se centrar na abertura de instituições de ensino para a formação dos cidadãos.

Para Pompeu, o acesso à educação primária e a formação moral dos cidadãos proporcionariam o progresso e o desenvolvimento do país nos setores mais variados. A formação moral encontrava-se a cargo da Igreja, pois a religião, segundo o senador, é a única via de realização do ensinamento das práticas morais. Como representante do clero, Pompeu não se intimidou em fazer a defesa da Igreja frente aos objetivos seculares do Estado. Na ocasião do seu primeiro discurso, creditou ao Estado o papel de investir nos trabalhos pedagógicos da Igreja Católica, pois o progresso técnico e industrial de nada adiantariam sem que a religiosidade desenvolvesse seu papel na educação moral dos cidadãos. Na página 159 da sessão de 27 de julho de 1864, o senador nos fala que:

Ha muito tempo que em nosso paiz se levantou a bandeira dos melhoramentos materias e de progresso industrial; neste intuito têm-se derramado rios de dinheiro. Senhores, eu não reprovo a tendencia que aspira a aperfeiçoar o trabalho humano, condição da civilização e do progresso social, que se traduz por melhoramentos materiaes; e trabalho aperfeiçoado é uma prova do desenvolvimento social, bem; mas a par do industialismo material não se devia ter esquecido o desenvolvimento moral, porque a riqueza do estado, muitas veze sem moral publica, é mais um unstrumento de corrupção e de ruina do que de felicidade. Porém o que tem feito até hoje, já não digo em favor da moral publica, mas ao menos para obstar o regresso della? Quera quizesse promover a moralidade de um povo devia cuidar especialmente em proteger a religião, porque sem religião não há moral, e não pôde haver religião sem culto, e nem culto sem ministros. O que é que se tem feito até hoje em favor dos ministros da igreja? Acabo de mostrar as congraas insignificantes, e a instrucção do clero está, não direi abandonada, mas de tal sorte compromettida que não sei se dahi resultarão alguns males.

A Igreja Católica por muito tempo foi responsável pelo setor educacional do Brasil, como bem esclarece Maria José Garcia Werebe (2016, p. 425, 427), pois estava a cargo da Igreja a educação implantada no Brasil no início do período colonial, e essa tinha como vetores um modelo anticientífico e doutrinário, com o objetivo de catequização da população nativa, bem como atender ao projeto de controle colonial da Metrópole. Deste modo, a educação secularizada e científica só veio a ganhar espaço nos fins do período colonial, em especial com as reformas do governo pombalino e com a chegada da corte real ao país. A partir da independência, vemos iniciativas mais complexas sobre possíveis projetos de educação nacional, pois era necessário atender não apenas à população com a educação básica e primária, mas também, responder às necessidades da classe dominante em formar seus filhos para ocuparem os cargos de gestão do Estado. Pompeu se encontrava no momento de efervescência dessas discussões, pois as tentativas e experiências iniciais de um projeto de educação nacional ganhavam corpo nas pautas do parlamento, e como liberal e sacerdote, o senador deveria conciliar o papel da Igreja nesse tema, ao mesmo tempo em que estimulava o desenvolvimento dos investimentos na área de educação.

Neste tema, a instrução pública é lembrada por Pompeu como uma promessa da Constituição, e sua realização é posta como uma necessidade de urgência no país, fosse para o desenvolvimento pleno do progresso material, fosse no bom funcionamento da Lei, dependente, segundo o raciocínio do senador, de um nível de esclarecimento e de formação dos cidadãos para sua concretização real. Para tanto, Pompeu defende sua tese com base nos exemplos dos países europeus, que, segundo ele, obtiveram seu sucesso nos projetos nacionais de progresso e modernização por motivos da boa gestão e investimento na formação primária da população. Ele cita países como a Holanda, Bélgica e Alemanha como nações civilizadas e vitoriosas em seus projetos nacionais graças ao investimento educacional, e, por esse motivo, o parlamento e o governo deveriam concentrar suas atenções nesse tema de importância ímpar para o país. O investimento feito na Educação era insuficiente para garantir o sucesso desse projeto, lembrando que, por mais que seja papel dos governos provinciais a garantia da educação primária, a participação do governo central se mostra indispensável, pois “em um país como o nosso, onde felizmente o povo é todo homogêneo em raça, costumes, religião, é da mais alta conveniência conservar e cimentar pela continuação desses laços a unidade do mesmo povo e nenhum meio pôde ser mais condizente do que a educação uniforme” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 162). Portanto, o projeto de educação pensado por Pompeu não se resume a solucionar apenas pontualmente o problema

das eleições, mas se propõe a algo maior, como um projeto nacional que visa a integração da educação do país, baseado na unidade, no controle e na consolidação de uma instituição de estado.

Os investimentos na educação primária não se resumem apenas na construção de estabelecimentos educacionais, sem antes pensar em todas as necessidades que dão sustentação à complexidade que o projeto educacional a nível nacional demanda. O que se ensina e como se ensina só podem ser felizes em seu fazer se aquele que os opera for apto à tarefa, e nesse ponto o professor surge como o personagem central dessa empreitada. Segundo Pompeu, ele é a peça central na instrução pública, sem bons professores o projeto fracassa, e o investimento nesse setor deve ser prioritário, sendo interessante observar como o parlamentar assiste esse tema ao dizer que “(...) não se póde ter instrucção sem que haja professores. Mestres não se improvisão. Algum talento e mesmo saber, e outras virtudes, podem ser qualidades muito apreciaveis, o devem ser, para o professorado, mas não bastão; é preciso, além disto, o habito, que só se adquire pela pratica” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 162). Investir na formação, em bons salários e no reconhecimento dos serviços prestados pelos professores corresponde a um ponto de atenção para Pompeu, para o senador os professores são escassos no Império e a profissão não recebe o estímulo, os investimentos e a atenção que tanto merece, pois é inviável elaborar um projeto educacional nacional sem que o professor seja tomado como uma das peças centrais desse empreendimento. E nesse ponto, Pompeu dirigiu-se aos parlamentares afirmando que:

Senhores, para ser professor primario é preciso a reunião de muitas qualidades; Deve saber mais do que aquillo que ensina, afim de ensinar com intelligencia e gosto; vivendo em uma esphera humilde, tenha todavia uma alma elevada para conservar a dignidade de sentimentos e mesmo de maneiras, sem as quaes não obterá o respeito e confiança das familias; deve edificar com sua vida religiosa; deve servir de conselheiro, e sobre tudo não procurar sahir de sua situação; porque devo estar convencido do que nella pratica o bem, e devidido a morrer na sua escola no serviço da instrucção, que devo ser para elle o serviço de Deus e dos homens. Taes são as qualidades que Mr. Guizot recomenda aos professores; porém faze-los taes que se approximam deste modelo é, por certo, tarefa difficil, mas indispensavel ou nada se terá feito pela instrucção. So, como se diz na Allemanha, o professor é a escola, também um máo professor é uma desgraça para a mocidade que lhe é confiada. Não se póde contar sempre com essa virtude, é preciso anima-lo; animação, consistiria na consideração com que o governo devia cercar o professor. Senhores, quantas distincções honorificas honrão por ahí os peitos até do vendeiro, e já se viu que um professor primario tivesse uma veneta em seu peito como premio de longos serviços prestados ao paiz? Convem, portanto, animar essa classe cerca-la de consideração. Conviria além disso cuidar na sua

sorte em relação á velhice e na sorte de suas familias (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 163).

A ideia de uma previdência para os professores, segundo ele, protegeria os docentes em momentos difíceis como as enfermidades e a velhice, e com um bom planejamento não custaria caro ao estado, lembrando que em países como a França havia um modelo de previdência de capitalização que recolhia a vigésima parte do ordenado do magistério para investir nos fundos da sua aposentadoria. E complementa dizendo que no Brasil esse projeto poderia ser melhor executado, recolhendo 5% do salário dos professores, o governo investiria esse dinheiro no tesouro e com os lucros desse processo se retornaria um melhor valor para os aposentados da educação. Com essa iniciativa, Pompeu opera no senado uma pauta ideológica central do pensamento liberal clássico, que é a educação universal, ao mesmo tempo em que adequa e instrumentaliza a ideologia liberal as necessidades da formação de um projeto nacional de estado brasileiro, como bem refletiu Florestan Fernandes (1980, p. 54), ao afirmar que a ideologia liberal sustentava um modelo instrumental no interior dos projetos nacionais do país.

Já na criação de escolas de formação secundária, Pompeu sustenta sua necessidade no papel de suprir as lacunas deixadas pela educação primária, sendo de muita importância essa experiência educacional para os avanços dos conhecimentos mais complexos, úteis ao trabalho e às vidas dos menos favorecidos que não podem atingir as camadas do Ensino Superior. E nesse tema Pompeu afirma, “a criação das escolas do 2º grau é o meio de suprir esta lacuna sem obrigar essas classes menos favorecidas da fortuna a recorrerem a instrução clássica, ou superior, tão cara, e direi mesmo perigosa a certos respeitois” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 163). A educação superior é vista pelo parlamentar como criadora de comportamentos, “gostos e hábitos” incompatíveis com as condições materiais da classe trabalhadora, tendo em vista que o conhecimento superior deve ser desenvolvido apenas para aqueles que gozam de condições abastadas para compactuar com o nível cultural ensinado. Nesse ponto, vemos uma das mais gritantes condições de luta de classes existentes no tema da educação entre classe dominante e as classes trabalhadoras.

O pensamento de Pompeu, representa uma perspectiva de mundo que configura um dos principais elementos que separa a classe dominante da classe trabalhadora no período imperial, sendo ela a formação superior. Segundo José Murilo de Carvalho (2008, p. 74, 75) a educação superior no Império era algo restrito unicamente às classes dominantes, primeiro pelo custo e as condições materiais exigidas dos alunos para se inserirem nesse nível de educação; segundo, por motivos do próprio desinteresse do Estado na criação de instituições de nível Superior, algo

que não foi apreciado pelos políticos; terceiro, pela exclusividade que caracterizou a Educação Superior como elemento da classe dominante, e que deveria ser preservado como privilégio de classe. O sistema educacional como um todo era precário e muitas das escolas do período chegaram a fechar suas portas por falta de alunos e abandono total do Estado. E como bem afirma o autor, a classe dominante era uma ilha de letrados em meio a um mar de analfabetos. Deste modo, pode-se entender por qual motivo Pompeu acreditava ser incompatível o ensino superior com as classes trabalhadoras, pois essa pauta era instrumento de privilégio de sua classe social, garantindo mais um elemento de poder e controle de uma classe sobre a outra.

Não obstante, a Educação voltada para o uso técnico dos trabalhadores em seu campo de ofício, como bem citou Pompeu ao afirmar que o ensino secundário “ajunta aos conhecimentos indispensáveis a todos os homens os elementos da geometria prática, que fornecem os primeiros dados a todas as profissões industriais” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 163), reflete uma visão técnica da Educação que não era, de tal modo, apreciada igualmente entre seus pares, pois o desprezo pela educação primária e a formação dos trabalhadores era característica entre os membros da classe dominante, e como bem demonstra Maria José Garcia Werebe (2016, p. 428),

O desprezo completo que a elite do país nutria pelo trabalho, sobretudo pelo trabalho manual – o que estava bem de acordo com a estrutura social e econômica vigente –, explica, em parte, o abandono do ensino primário e o total desinteresse pelo ensino profissional. A repulsa pelas atividades manuais levava essa elite a considerar vis as profissões ligadas às artes e aos ofícios.

A compreensão de Pompeu sobre os problemas gerados pela falta de formação a curto e a longo prazo não era tema desconhecido entre os senadores. Segundo José Murilo de Carvalho, o tema da Educação como elemento essencial na formação do eleitorado brasileiro foi tema presente nas discussões do parlamento, provando que o esforço de Pompeu sobre o tema não era pauta privilegiada do senador cearense. Contudo, a realidade era que mesmo presente nos discursos parlamentares, a falta de interesse dos parlamentares e a pouca mobilização de recursos para a educação faziam de Pompeu uma das raras figuras políticas que dedicaram sua participação no Senado para debater projetos de educação a nível nacional.

Se a preocupação de Pompeu com a educação e seus impactos na formação do projeto nacional chamam a atenção em sua participação no senado, também a presença da temática da preservação dos recursos naturais marca ponto interessante na atuação do senador no parlamento. Em meio aos seus estudos sobre a geografia da província do Ceará, Pompeu se deparou com a análise da relação entre o meio ambiente e a ação do homem sobre as condições

dos recursos naturais, chegando à conclusão de que a exploração desmedida e a má administração dos recursos disponíveis acarretariam graves problemas, tanto aos negócios da província, quanto à própria existência humana. E segundo ele,

Em minha província acredito que a destruição das matas na extensa serra da Ibiapaba, em outras, igualmente férteis, tem concorrido poderosamente para aumentar a sequeidão de seu sólo, e a irregularidade das estações. Ainda no principio deste seculo a serra de Ibiapaba, que separa o Ceará do Piauí, desde a praia da Timonha até o Cariri por 140 leguas, onde toma o nome de Araripe, era mais fresca, abundante de agua, que descia em corregos até o sertão adjacente; outras serras são também abundantes de fonte: de certos annos para cá, depois da derribada das matas que guarneciam as encostas, para a cultura do algodão e legumes, as correntes seccarão, e as seccas augmentarão. Na opinião de Buffon uma floresta de mais, ou de menos, em um logar dado é bastante para alterar sua climatura. Este Rio de Janeiro offerece uma prova deste asserto; porque dizem que aqui já houve mais frequentes trovoadas já foi mais abundante de agua... (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 29 DE AGOSTO DE 1864, p. 211).

Para Melquíades Pinto Paiva no artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico do Ceará* em 1998 e intitulado “Os Naturalistas do Ceará: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil”, Pompeu é apresentado como uma figura preocupada com as condições ambientais cearenses, em especial, por dois motivos centrais: primeiro pelas condições climáticas da província, que sofria com a presença da seca; segundo, pelos impactos acarretados nos negócios públicos e particulares da província pelas consequências dessas condições climáticas. A primeira situação nos leva a analisar que Pompeu compreendia que a seca se relacionava com uma série de fatores que vão além da condição natural imediata como comumente a tratam, e entendeu que a ação humana predatória sobre os recursos naturais criaria ou agravaria as condições climáticas de um determinado lugar, levando assim a estiagem desse ambiente<sup>3</sup>. Deste modo, a preservação ambiental evitaria ou amenizaria essa condição, tendo em vista, que a destruição ou preservação das matas seria crucial na sustentação dos mananciais de água.

Contudo, tanto a condição de preservação dos recursos naturais quanto a forma com que o senador assiste a realidade da seca no Ceará não se separam da lógica produtiva e liberal dos negócios. A preservação tem uma finalidade de exploração racional dos recursos, e isso também se atrela à captação de verbas para a província e os investimentos particulares do senador e de outros membros da classe dominante cearense. Pompeu afirma que sua intervenção na província

<sup>3</sup> Pensamento bem questionável aos negacionistas do aquecimento global no século XXI. Para maiores informações ver: LEITE, José Correa. “Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico”. In.: *scientiæ studia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-77, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v13n3/2316-8994-ss-13-03-00643.pdf>. Visualizado em: 19/10/2020.

sobre esse tema tem se mostrado positiva, tendo impactos diretos nas ações de alguns agricultores que adaptaram sua forma de produção. E como podemos ver:

Por muitas vezes hei combatido esse fatal systema de devastação das florestas que infelizmente também no Ceará se pratica para as plantações annuaes de legumes, algodão e café. Ainda em 1860 publiquei e espalhei uma memoria, não só aconselhando a conservação das matas, como animando a silvicultura e constucção de açudes, como meio de fertilisar o sólo, e tornar mais regulares as estações (...) No Ceará, não sei se pelos meus constantes esforços, se pela propria experiencia, vai se operando lentamente uma saudavel recção contra essa deploravel rotina. Os plantadores das serras vão fazendo açudes e ensaiando o plantio de arvores; e até nas cidades e villas é hoje preceito municipal arbonisar suas praças, exemplo felizmente dado pela camara da capital desde 1852 (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 29 DE AGOSTO DE 1864, p. 210, 211).

Quando se analisa a temática da seca e das ações contra essa, como discutido no capítulo anterior, compreende-se que a captação de verbas e as ações relacionadas aos fins dessa captação são importantes para se entender a preocupação emergente desse tema. E quando se fala na construção de açudes se pode analisar que a classe dominante se beneficiava duplamente nessa situação, primeiro, pela possibilidade de angariar e concentrar dinheiro público nas finanças da província do Ceará; e segundo, pela forma em que se conduzia o planejamento, a construção e o uso dos açudes na província, pois o controle desses reservatórios, por vezes, serviu apenas para suprir as necessidades da classe dominante cearense, tendo sua finalidade na preservação do capital dos grandes latifundiários que usufruíam das águas em suas terras, tornando o uso dos açudes em um privilégio de classe, afastando assim, a participação do povo no uso desse recurso público. E como bem afirma Rubismar Marques Galvão (2020, p. 143):

A estratégia da elite política, econômica e intelectual cearense de disseminar, no inconsciente nacional, o Ceará como um espaço que constantemente e intensamente é assolado pela seca, logo um lugar onde o flagelo, a miséria, etc., campeiam e, portanto, estando a necessitar, a todo o momento, das benesses do Estado Nacional, se revestiu de pleno êxito, dado que os recursos carreados para o Ceará chegam e em abundância, se comparados aos que se destinaram as outras unidades da região.

Portanto, a questão da preservação dos recursos naturais e do combate à seca convergem no final das contas para um mesmo ponto: a captação de verbas para a província. E por mais que a preocupação de Pompeu aparentasse ao leitor/ouvinte a mais boa e pura das intenções, essa não poderia se despir de seus princípios ideológicos, e nesse caso, o discurso se debruça sobre a ideologia liberal e da classe dominante. Consequentemente, operavam as suas



finalidades conforme as necessidades materiais e políticas, visando sua instrumentalização dos aparelhos do Estado, essenciais a um bom funcionamento dos seus negócios e a manutenção do seu poder.

Além das medidas de combate à seca outras pautas também se tornaram instrumento na busca de arrecadação de recursos para a província, sendo uma delas a construção de estradas de ferro. Aproveitando a onda de crescimento econômico cearense dos anos 60 do século XIX, Pompeu buscou apresentar um Ceará rentável e repleto de oportunidades, que garantiria um retorno certo e seguro aos investimentos operados na província, ancorado nos lucros crescentes do algodão e na relativa estabilidade administrativa provincial, o Ceará se mostrava no discurso de Pompeu como um espaço fértil ao processo de modernização e progresso técnico que a ferrovia representaria naquele momento. Fato que podemos analisar no seguinte discurso:

Os recursos da província ainda são insignificantes para que ella por si só tente obras como as de estradas. Eu não peço que se abra uma estrada da capital do Ceará até o Crato, esse oasis do sertão que algum dia há de ainda rivalisar com esse famoso valle de Cachemira, orgulho e paraíso terrial dos Hindous; mas quero ao menos uma estrada da capital a um dos seus pontos mais importantes e mais proximo, ao centro da producção agricola na distancia de 14 leguas da capital, à serra de Baturité. E' isso que peço ao nobre ministro que me ouve attento a meu lado. As demais provincias têm, como já fiz ver, estradas de ferro, de rodagem à custa dos cofres publicos; o Ceará não quer tanto, não pede ainda, como já disse, uma estrada para o Crato de 80 a 100 leguas. (...) Por ora basta ao Ceará somente o acabamento da estrada de Baturité, de 14 a 15 leguas, hoje centro da maior producção de café, algodão, etc. (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 29 DE AGOSTO DE 1864, p. 216).

Possuir uma ferrovia se mostrava como um empreendimento vital para uma província, pois ela simbolizava a mais alta promessa do progresso e da modernização, encurtando as distâncias e se tornando o mais lucrativo e rápido dos transportes terrestres. Tal maquinaria não poderia deixar de se fazer presente aos negócios cearenses, e por isso passou a ser central nos discursos e projetos de Pompeu, que via nesse setor um negócio rentável para si e para a classe dominante cearense. Por esse motivo, a ferrovia se tornou um elemento expressivo nas lutas e embates políticos regionais do Império, pois a implantação da estrada de ferro era estratégica na ampliação do poder e dos negócios das classes dominantes regionais. E tal fato pode ser verificado na fala do senador quando criticou a concentração de investimentos na estrada D. Pedro II e afirma que,

E depois, com esse dinheiro que o governo despendeu com essas obras puramente de luxo não podia o nobre ministro da agricultura ter dado a obras

productivas? Citarei minha provincia: ha uns poucos de annos que a provincia do Ceará pede um auxilio para a conclusão da estrada de Baturité, auxilio que já em 1864 o então ministro da agricultura tinha se compromettido a dar, promessa renovada aqui o anno passado por algum dos nobres ministros, e em vão solicitada pelo presidente do Ceará; Cem contos de réis bastavão, não digo para tornar a estrada excellente, mas torna-la soffrivel. Essa estrada tem o fim de chamar a capital do Ceará a immensa producção daquella serra e dará por consequencia grande vantagem ao estado, mas nem um real o governo tem dado ao Ceará para conclusão dessa estrada, talvez porque o Ceará, ao conceito do governo, só deve ser lembrado para dar recrutas e dinheiro para os cofres geraes. (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 33).

Assim, é interessante perceber como o Ceará é apresentado nos discursos de Pompeu entre uma linha tênue, que ia dar possibilidade de uma devastação criada pela constante presença da seca até uma província forte, potencialmente lucrativa e rentável, impulsionada um rico mercado de algodão e outros gêneros agrícolas. Mas logo se percebe que essas contradições se convergem para um mesmo ponto, que é novamente, a captação de verbas. A exemplo disso, podemos analisar que na sessão de 30 de maio de 1865, foi conseguida por Pompeu a aprovação da emenda ao § 11 do art. 8º, que liberou 100:000\$ para o auxílio da província na construção da estrada de ferro de Baturité; e da emenda do § 22 do art. 4º, que também encaminhou ao Ceará a quantia de 50:000\$ para a reforma do porto (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 30 DE MAIO DE 1865, p. 76). Subseqüentemente, isso mostra que, fosse para se apresentar como uma província à beira do colapso ou como fonte de lucros inevitáveis, o importante é que ao final o Ceará se sustentasse como um instrumento eficiente para angariar o maior número de verbas públicas possíveis.

Pompeu foi, em seu tempo, o melhor na construção de uma narrativa que expressava uma realidade cearense que serviria de instrumento político para o convencimento do parlamento na conquista da capitação de verbas. Para Rubismar Marques Galvão (2020, p. 105, 113), a astúcia e inteligência de Pompeu transformaram o senador no melhor representante para defender os interesses da classe dominante cearense, fazendo da sua atuação do início ao fim do seu mandato uma das melhores nessa atividade. Além do mais, se a captação de investimentos para a província estava permeada por interesses privados e de classe, podemos dizer que aquela que se relacionava com as ferrovias se apresentava como a mais gritante delas, pois essa era de interesse particular do senador. Já que Pompeu era sócio e membro fundador da Companhia Cearense de Via Férrea de Baturité, empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto e construção da primeira ferrovia do Ceará, Pompeu tinha estímulos mais fortes para

lutar no senado para angariar o máximo de recursos públicos possíveis para a construção da estrada de ferro que deveria ligar Baturité a Fortaleza.

Esse conflito de interesses, que mesclava objetivos regionais e particulares no interior do parlamento a nível nacional, também perpassou o tema que certamente foi aquele que possuiu a maior urgência na política externa do país nos anos 60, sendo ele a Guerra do Paraguai. A Guerra trouxe três elementos centrais às discussões de Pompeu no parlamento e que merecem nossa atenção: primeiro, os problemas relacionados ao recrutamento para o teatro de guerra; segundo, os custos financeiros gerados para a província; e terceiro, a situação diplomática do Brasil no interior da Guerra. Na primeira situação, pode-se analisar no discurso feito pelo senador na sessão de 24 de agosto de 1864, que a questão do recrutamento nas províncias havia criado um processo desigual de mobilização de soldados, pois as províncias que demograficamente possuíam populações reduzidas, estavam sofrendo piamente com as altas taxas de convocação. Elemento que, segundo o senador, não ocorria nas províncias com maior quantidade de habitantes, e que por ventura conseguiam dispender um número relativamente baixo de soldados frente às províncias com menor demografia e que percentualmente sofriam mais com o alistamento. E, portanto, Pompeu sustentava essa tese a partir do seguinte raciocínio:

Observei no relatório penultimo do ministro da guerra que no mappa do recrutamento, feito em diversas provincias, figura a do Ceará com 126 individuos, isto é, 1 por 4,000 habitantes daquela provincia. Eu quizera perguntar ao nobre ministro qual é a base que elle toma para fazer essa distribuição do recrutamento pelas provincias. Provavelmente será a da população absoluta de cada uma dellas? Mas, como não existe um arrollamento completo, ao menos, official, não sei por onde se regula o nobre ministro a este respeito. O que, porém, observo é que o Ceará deu 126 recrutas, 1 por 4,000 habitantes; é que a provincia do Rio de Janeiro deu 97, tendo uma população dupla da do Ceará, isto é 1 por 10,000 habitantes; e é que a provincia de Minas, tendo uma população tripla da do Ceará, deu 84 recrutas, 1 por 16,000 habitantes. Onde está a igualdade na distribuição desse pesado imposto de sangue? (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1864, p. 178).

Em primeiro lugar, a fala de Pompeu revela a emergência que a redução do recrutamento exercia naquele momento, tanto por motivo do apelo popular que se opunha à convocação, — que naquele instante já havia perdido o entusiasmo inicial entre o povo — quanto os prejuízos financeiros criados no Ceará por essa experiência. Isso estava relacionado com a redução demográfica criada pela necessidade da Guerra, o que levou a uma queda considerável no número de trabalhadores livres no interior da província, tendo em vista que o Ceará era a

província que certamente gozava do menor número de escravos em suas terras, ficando, segundo o raciocínio de Pompeu, em desvantagem produtiva pela redução da mão de obra livre que ia incrementar as fileiras de guerra, criando prejuízos consideráveis a província.

E quando a Guerra é colocada em paralelo frente à necessidade econômica de mão de obra livre na província do Ceará, podemos ver que Pompeu ponderava que essas necessidades se tornavam prioritárias frente ao recrutamento para o esforço de Guerra, não podendo sacrificar a produtividade financeira em detrimento da beligerância. Assim, uma das alternativas para salvaguardar a província dessa necessidade fez com que o senador articulasse não apenas o Ceará nesse tema, — que certamente era o mais emergente prejudicado com o alistamento e a perda de mão de obra livre — mas antes, englobasse outras províncias do Norte nessa situação, buscando alianças que unissem interesses em comum. E, segundo ele, “...isso vai arrancar os braços uteis dos trabalhadores de Pernambuco e do Ceará, para manda-los guarnecer as fronteiras do sul” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1864, p. 179). E nesse momento, nos é revelado não só a necessidade imediata do cearense de proteger sua mão de obra, mas também o elemento de cooperação entre as províncias do Norte na proteção e preservação dos seus interesses locais. E isso pode ser constatado no relato de Pompeu ao afirmar que,

Sr. Presidente, houve em algum tempo, e não sei se ainda hoje infelizmente existe, uma falsa opinião de que as provincias do norte do Brasil erão uma especie de Sarmatia, que só servião para das recrutas para o exercito, como a verdadeira Sarmatia, viveiro das hordas bellicosas nos primeiros seculos da era christã, essa vagina gentium, como chamavão os historiadores romanos do Baixo Imperio, porque ali recrutavão os imperadores de Constantinopla as legiões de seus exercitos. Hoje esse preconceito deve cessar, porque as provincias do norte do Brasil, quer por sua actividade, quer por sua moralidade, têm conquistado na opinião publica direito igual ao das suas irmãs do sul (apoiados); devem ser igualmente consideradas na distribuição, quer dos beneficios, quer dos onus com que devem contribuir para o estado (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1864, p. 179)

O confronto de interesses entre as províncias do Sul e do Norte do país já era realidade conhecida do dia-a-dia do parlamento, tendo em vista que a importância econômica das províncias do Sul, em especial São Paulo, levou a uma maior concentração de verbas e investimentos públicos na região que passava a gozar de privilégios que muito faltaram as províncias do Norte. E no período da Guerra do Paraguai, essa disputa regional expressa na fala de Pompeu apenas refletia uma realidade que possuía causas mais profundas que as criadas pelo alistamento de soldados.

Mas nem só de disputas internas por capitação de verbas se debruçava a atenção de Pompeu quando o assunto era a Guerra. As questões nacionais e necessidade de proteção dos interesses do país a nível internacional também surgiram nas pautas do senador. Um exemplo disso é o discurso feito na sessão de 06 de junho de 1866, onde o parlamentar tratou intensamente da posição do Brasil na diplomacia e nas relações internacionais, tanto com a Inglaterra como potência política e econômica mundial, quanto com vistas a situação do país no interior da Tríplice Aliança. Na primeira situação, vemos Pompeu citar o caso que ficou conhecido como a Questão de Christie, incidente que ocorreu por uma série de problemas diplomáticos que envolveram Brasil e a Inglaterra. Assim, a causa inicial que levou a crise diplomática deu-se por motivos das pressões feitas pela Inglaterra sobre o Brasil, por conta da convivência do país com a escravidão negra e com o tráfico negreiro, prática combatida enfaticamente pelo governo britânico e expressada na Bill Aberdeen. No mais, outras situações se somaram ao empasse, tendo seu ápice em novembro de 1862, quando, após um incidente envolvendo embarcações inglesas e brasileiras, o Brasil teve o porto da Guanabara fechado pela marinha britânica, culminando no ápice da crise que se arrastou por três anos (GRAHAM, 2016, p. 170, 172). Essa situação levou Pompeu a cobrar postura forte do Brasil frente ao enfraquecimento da soberania nacional perante a atividade inglesa, e para tanto o senador afirma que:

A Inglaterra, como sabe o senado, exigiu uma indenização pelos suppostos assassinatos havidos em subditos ingleses por ocasião de um naufragio nas costas desertas do Albardão, e mais uma satisfação pela supposta offensa aos officiaes da fragata Forte. (...) O nos nefastos dias de janeiro de 1863 esta cidade foi testemunha das violencias praticadas pelo cruzeiro inglez, esse grande attentado contra a soberania nacional: o porto bloqueado, cinco ou seis embarcações mercantes apprehendidas e levadas para a ilha das Palmas, a população em grande alarma sob a pressão de uma violencia inaudita (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 28).

E continua explicando a situação cobrando duas exigências:

Duas partes, pois continhão nossas reclamações: 1ª, que a Inglaterra expressasse seu pezar pela violencia que acompanhou a sua represalia, declarando que não tivera intenção de ferir a dignidade nacional; 2ª, que satisfizesse, mediante uma liquidação arbitral, o damno causado por sua violencia ao commercio brasileiro. O nosso augusto, e officioso mediador não pôde obter do governo inglez nem uma dessas duas reclamações (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 29).

Para Pompeu, o governo brasileiro saiu em desvantagem na situação ocorrida, e foi tratado como uma colônia inglesa, pois a soberania nacional foi posta às margens das ações britânicas, tornando o Brasil uma nação submissa aos desejos da Inglaterra. Pompeu acreditava que o governo brasileiro falhou tanto em fazer vista grossa a intromissão inglesa quanto no descumprimento recorrente dos acordos internacionais, pois se a diplomacia levasse a sério a Bill Aberdeen, os motivos iniciais da crise externa poderiam ser evitados. É importante salientar que essa conformidade de Pompeu com a lei de proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra não se resguardava apenas à ilustração liberal do parlamentar, mas possuía razões bem consolidadas nas condições materiais cearenses, e sua pouca necessidade de mão de obra escrava. Fator que levavam o Ceará a se portar de forma antiescravista tão abertamente.

Já no plano diplomático da Guerra do Paraguai, Pompeu também denunciou que o país se mantinha em desvantagem nesse assunto, pois o Brasil havia sido a nação que mais havia dispendido investimentos na Aliança, sem que esse mesmo esforço partisse das outras partes do bloco. Para Pompeu, o Brasil era a nação menos impactada pelos problemas que levaram à Guerra, e, portanto, a fragilidade da soberania dos demais membros da Aliança deveria custar a eles o maior esforço e mobilização de recursos para o teatro de guerra. Situação que segundo o senador, foi contrária a essa lógica, e teve no Brasil o papel de carregar consigo o ônus do combate, que pouco agregaria aos negócios e interesses da pátria frente às vantagens que o combate ao Paraguai proporcionaria a Argentina e o Uruguai. E relata o parlamentar que,

Erão, pois, os nossos aliados do Rio da Prata que corrião riscos mais immediatos e serios, não de simples offensa á sua soberania, mas de sua propria existencia. Supponhão, porém, que as offensas e perigos erão iguaes, parece que a alliança neste caso devia basear-se nas condições com que cada parte contratante concorria para a empreza commum. Mas não foi assim; o tratado impõe-nos só grandes sacrificios, e concede aos aliados as vantagens que se esperão da guerra (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 30).

Segundo o artigo 5º do tratado da Tríplice Aliança, cada país “*entrará com aquillo que for possível*” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 30), situação que, para Pompeu, foi praticada de maneira em que o Brasil estava dando mais daquilo que poderia entregar, enquanto Argentina e Uruguai, não despendiam nem mesmo o mínimo possível a cada uma das nações. Nesse sentido, o parlamentar pondera que as condições econômicas novamente estavam sendo gastas em uma circunstância pouco vantajosa para o país. Proteger os negócios nacionais e melhor gestar os recursos humanos e materiais do país representavam, para Pompeu, uma atitude mais patriota que o esforço emocionado e

apelativo do campo de batalha. Inclusive, para o senador, o Brasil não poderia perder de vista o foco na estabilidade e na manutenção de seus recursos, caso contrário, o país não conseguiria garantir sua importância e imperar seu poderio na América do Sul.

### **3.2 - “*Um liberalismo apparatuso*”: considerações sobre a crítica de Pompeu ao liberalismo progressista no Senado imperial (1864-1868)**

Para iniciar esta discussão, é necessário rebuscar alguns elementos que já foram analisados na segunda parte do capítulo anterior, e aprofundá-los neste momento. Primeiramente, se faz necessário compreender as condições que o liberalismo apresentava nesse momento na política nacional, e nesse sentido, voltamos à política de Conciliação encampada pelo Marquês do Paraná. Com a Conciliação, houve um rearranjo interno entre os membros dos dois partidos já consolidados nesse momento, respectivamente o Partido Liberal e o Partido Conservador, pois os conflitos internos criaram dissidentes que, insatisfeitos com os rumos da política partidária, procuraram criar uma nova sigla para conciliar seus anseios. Desse processo viu-se nascer a Liga Progressista, surgido como movimento político no interior dos partidos em 1862 e consolidado como partido autônomo dois anos depois, em 1864 (CARVALHO, 2008, p. 206).

Mesmo concentrando dissidentes das duas alas tradicionais, ao apresentar seu programa e defender seus valores, a Liga tomou forma como um partido filiado à ideologia liberal, doutrina abertamente defendida, por exemplo, por dois dos mais proeminentes membros da base do partido, sendo eles, Zacarias Góes e Araújo Lima, que se identificavam liberais, mesmo não filiados ao partido liberal histórico<sup>4</sup>. Segundo José Murilo de Carvalho (2008, p. 206) o motivo central que levou à criação da Liga foram questões de ordem jurídica e burocrática, que deveriam sofrer reformas conforme defendia o líder e fundador do partido o conservador dissidente, Nabuco de Araújo, e que “percebia, com outros conservadores, que o rigor da Lei de 1841 já se tornara desnecessário e que ela deveria ser reformada no sentido de separar as funções judiciais das policiais e de dar maior autonomia e profissionalização aos magistrados” (CARVALHO, 2008, p. 206). Em suma, o interesse que impulsionou a formação do partido se fundamentava na necessidade de ampliação do poder dos magistrados, classe essa a qual o próprio Nabuco de Araújo fazia parte e via na reforma jurídica um modo de melhor garantir a proteção dos direitos individuais. No mais, as pautas defendidas pelo programa partidário incluíam as demandas já estabelecidas pelo liberalismo histórico, como a descentralização do

---

<sup>4</sup> Denominação adotada para diferenciar os liberais opositores da Liga.

poder e o controle dos excessos do poder Moderador. Por isso, pouco se enfatiza a diferenciação entre o liberalismo praticado pelos liberais históricos e pelos liberais da Liga.

Assim, o período que vai de 1864 a 1868, ficou compreendido como uma fase de gestão liberal, pois os gabinetes que se sucederam nesse meio tempo foram todos ocupados por representantes inclinados à vertente liberal, mas filiados ao liberalismo da Liga Progressista. Evidentemente, essa situação instigou uma nova experiência de conflito político protagonizado pelos dois liberalismos em vigor; confronto que se deu tanto a nível nacional quanto a nível regional. A Liga ocupou espaço estratégico no interior do estado, exemplo disso foi a sua chegada à própria presidência do gabinete ministerial, epicentro do poder representativo a nível nacional, fazendo com que os liberais históricos se movimentassem para evitar a redução crescente de seu espaço de poder. Este momento criou uma relativa crise de identidade no interior do liberalismo brasileiro; situação que põe na rota dessa discussão a necessidade de refletir a função e o sentido de uma ideologia e, por conseguinte, por qual motivo ela alimentou um embate tão profundo.

A ideologia se fundamenta a partir das determinações da totalidade de uma dada realidade material concreta, evidenciada por meio de abstrações formuladas no interior de uma certa classe social. Nela se expressam as ideias, necessidades, projetos e objetivos das classes, seja para a manutenção do *status quo*, ou na gênese de um novo horizonte de mudanças e de reestruturações da realidade social. Mesmo formulada por meio de ideias, a ideologia não é fruto de uma ideia qualquer, “nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia” (LUKÁCS, 2017, p. 464). Pois como continua esclarecendo György Lukács (2017, p. 467),

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a torna-se uma ideologia, como vimos. (...) eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

Ou seja, o liberalismo brasileiro — seja ele da Liga ou histórico — não poderia se posicionar como ideologia sendo originário de apenas ideias particulares e abstratas de ideólogos comprometidos com assuntos particulares quaisquer, mas, antes, representava em última instância uma visão de mundo que agregava em seu ínterim os interesses objetivos da classe dominante, pautados nas condições históricas reais do país e tendo sua função residida



na solução de problemas sociais concretos. Nesse sentido, aqueles que se ocupam do papel de ideólogos como, por exemplo, Pompeu ou Nabuco de Araújo, também devem ser ideologizados, pois devem acreditar na visão de mundo que difundem, incorporando para si os projetos e objetivos da ideologia filiada.

Pompeu era liberal histórico e permaneceu fiel à sua vertente do início ao fim de sua carreira política, e, nesse sentido, o senador teve por vezes a oportunidade de confrontar a Liga no interior dos embates parlamentares de onde defendeu enfaticamente o seu partido. Ele acreditava que a criação da Liga havia sido um erro de seus integrantes, pois o partido, por mais que se assumisse liberal, não era de fato fiel aos princípios do liberalismo e mais serviu para a defesa dos interesses de terceiros. Segundo o senador, muitos dos integrantes da Liga estavam comprometidos com o programa, as pautas e os projetos tanto dos liberais quanto dos conservadores, e comportando-se como infiltrados nos dois partidos, mas desmontaram as alianças e compromissos de outrora existentes para edificar uma sigla dita “impessoal”.

E deste modo, Pompeu afirma que,

O gabinete actual se diz liberal, e até liberal historico, mas elle nada quer com os antigos liberaes e menos com os seus chefes; elle quer sómente os homens de um partido chamado impessoal. Partido impessoal, Sr. presidente! Sophisma que mal encobre a ambição de homens ou uma causa toda pessoal de homens que têm acompanhado todas as politicas passadas, presentes e acompanharão as futuras, comtanto que se lhes dê altas posições. Partido impessoal! O que quer isso dizer, Sr. presidente? Pois é possível um partido ideal; é um puro ente da razão sem encarnação? E' um sophisma grosseiro que mal disfarça a apostazia daquelles que abraçados com alguns farrapos da bandeira de seus antigos adversarios, procurão fazer desaparecer os verdadeiros guardas dessa bandeira, para só elles colherem os fructos da victoria (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 35).

Mesmo opositor à Liga, Pompeu declarou apoio ao gabinete Zacarias Góes, pois acreditava que nele ainda se poderia defender interesses liberais e comuns aos dois partidos e ao bem do Estado nacional. Contudo, a atitude rendeu um profundo arrependimento ao senador, pois, assim como o gabinete anterior, da gestão Araújo Lima, o gabinete de Zacarias encampou perseguição aos liberais históricos, demitindo alguns membros do partido que ocupavam cargos públicos estratégicos na política nacional e regional. Afirmando que Zacarias chegou a “exagerar, o systema exclusivista, odioso do seu antecessor. As nomeações ultimamente feitas de altos funcionarios, com a exclusão acintosa do partido liberal historico, posto recahidas em cidadãos muito distinctos, revelão qual a tendencia e systema que se vai seguir” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1866, p. 185).

Intensificando o conflito entre os dois liberalismos, e mostrando que a disputa não se resumia apenas ao choque de narrativas, mas, como se pode analisar, representava naquele momento uma colisão imediata entre os interesses políticos e o controle de poder no interior do estado nacional.

Pompeu chegou a questionar o próprio Nabuco de Araújo na sessão parlamentar de 06 de junho de 1866, quando o então fundador da Liga Progressista ocupava o cargo de Ministro da Justiça e, juntamente com o gabinete ministerial de Zacarias Góes, retirou do poder uma série de presidentes de província liberais históricos, e para Pompeu essa foi uma traição cometida pela Liga ao liberalismo nacional. Segundo o senador, os líderes do partido progressista haviam firmado compromisso com o liberalismo histórico, baseado na defesa dos princípios liberais que ligavam as duas alas e a atitude da demissão dos presidentes de província contrariava tanto o acordo firmado quanto os interesses liberais. E por esse motivo Pompeu, chegou a afirmar que:

Agora, Sr. presidente, peço licença ao nobre ministro da justiça para perguntar pelo seu statu quo, pela fidelidade que S. Ex. devia a opinião liberal, que o elevou ao poder. Filho dessa opinião, que fazia a grande maioria da camara electiva, o gabinete de 12 de maio, pelo orgão do muito illustrado Sr. ministro da justiça, prometeu solemnemente conservar a situação dominante, o estado em que se achava o partido liberal do paiz. Essa promessa aliás era por demais, porque para homens que prezão a lealdade politica, esse era o seu dever. Assim tenham praticado os gabinetes de 15 de janeiro e de 31 de agosto (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 35).

O senador concluiu que o liberalismo da Liga não possuía prática real entre seus membros, pois a ideia de liberdade não passava de uma abstração usada pelos progressistas para adornar seus discursos. E Pompeu conclui que a palavra liberdade é de um imenso perigo, pois, em nome da liberdade, todo tipo de atrocidade foi cometido na história.

E com maestria de historiador Pompeu explica:

A esta coherencia de nova especie, respondia um ministro de 12 de maio, que estava em seus principios, porque não se importava com os homens, e sim com as idéas, sem attender que este systema tendia a corromper os homens, certamente contra suas intenções, e daqui veiu a denominação, que a principio se deu, de politica impessoal, e se dizia que liberal era só quem votava com o gabinete, e que fóra desse circulo só havia interesses mesquinhos. Senhores, a palavra liberdade, como a de religião, são aquellas de que mais se tem abusado no mundo. Foi em nome da liberdade que Oliverio Cromwell mandou fechar as portas do parlamento inglez; foi em nome da liberdade que a committé de salvação publica fez subir á fatal carreta milhares de victimas. Razão,

portanto, teve uma dessas illustres victimas, Mme. Rolland, de exclamar diante da estatua da Liberdade, em cujo nome ia ser guilhotinada, essas memoraveis palavras: «Liberdade! Liberdade! quantos crimes não commettem esses monstros em teu nome!» (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE SETEMBRO DE 1866, p. 191).

Assim como os detratores da liberdade ao longo da história, Pompeu afirmou que os liberais da Liga também cometeram a mais profunda deturpação desse princípio, pois o respeito aos direitos naturais, às liberdades individuais, à luta contra os perigos do poder centralizado e à defesa da constituição não eram preocupações centrais do partido. Seu liberalismo era apenas formal, e surgia no discurso quando era conveniente, afirmando assim que o liberalismo da Liga era um “*liberalismo apparatuso*”. Um liberalismo de aparência que representava para Pompeu um perigo emergente à estabilidade política nacional. Segundo o raciocínio do senador, a Liga ameaçava a manutenção do equilíbrio criado pela existência de dois partidos que mesmo opositores garantiriam a manutenção do *status quo* e a operação dos projetos nacionais. Logo, o liberalismo da Liga rompia não somente esse equilíbrio, como poderia gerar consequências irreversíveis ao sistema, lembrando bem a condição da França na fase de restauração Bourbon após a queda de Napoleão, quando entre as fileiras de seu parlamento subiu ao poder um terceiro partido dito também inovador que misturando objetivos difusos e ocupando todos os cargos desarranjou o equilíbrio político do país (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1866, p. 186).

Aproveitando o ensejo, Pompeu também denunciou a situação desse conflito político no interior da província do Ceará, quando a disputa entre os partidos extrapolava os meios diplomáticos do diálogo e passavam à perseguição e à violência física entre os opositores. Segundo o parlamentar, o liberalismo da Liga alimentou no Ceará os focos de violência no interior da política provincial, principalmente no período eleitoral, tendo em vista que a situação já muito comum na província intensificou-se no apoio prestado pela Liga a figuras políticas com vasto histórico de intolerância e uso da violência no meio político cearense. Muitos dos antigos conservadores passaram a se filiar ao novo partido onde mudaram sua roupagem política, mas mantendo suas antigas práticas, agora coniventes aos olhos do gabinete ministerial. E assim, o “(...) chamado terceiro partido no Ceará não é tal terceiro, é o mesmo antigo segundo: é o velho conservador acrescido com essa porção de adversarios antigos, que se lhe reuniu, embora se queira hoje chrismar de progressista, nome que até ha pouco tanto condemnava (...)” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1866, p. 191).

No Ceará, o domínio da Liga Progressista foi interpretado como mais uma das consequências negativas que a política de Conciliação trouxe ao liberalismo provincial. Posto que, segundo Abelardo Montenegro (1980, p. 26, 35) a Conciliação sufocou os liberais cearenses ao garantir que parte dos conservadores da província se amontoassem abaixo da sombra do Partido Progressista, onde passaram a receber apoio e subsídio do governo central. Essa conjuntura intensificou a violência no interior do Ceará, pois, já alimentados por antigos ódios, os rivais dos liberais históricos agora tinham em suas mãos os instrumentos de poder do estado expressos na ocupação de cargos estratégicos nos órgãos de segurança provincial e na justiça, garantindo a possibilidade de execução de crimes sem que houvesse punição. E sobre esse tema Pompeu denunciou ao parlamento que,

Senhores, desde que a imperiosa necessidade da conquista eleitoral fez o governo lançar mão, em minha provincia, de certa gente das localidades para exercer cargos policiaes, de homens facinorosos, a justiça, as garantias de vida e propriedade forão desaparecendo. Eu daqui não declinarei os nomes de alguns empregados policiaes de minha provincia que são accusados de enormes crimes; direi sómente que no 3º districto eleitoral, onde a conquista foi mais difficil e dispendiosa ao governo... digo, ao estado, o governo não tem nada com isso, não é quem paga (...) ainda existem autoridades policiaes em homens accusados de crimes. Um desses facinoras ultimamente, segundo li nas folhas vindas do norte, foi com uma escolta de capangas á camara municipal que funcionava e expelliu da sala os camaristas violentamente. De balde tem sido levadas ao presidente representações contra este, e outros delegados, não têm sido attendidas, e para quem appellar? (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 1867, p. 337, 338).

O que podemos perceber é que a violência e a perseguição política eram elementos presentes no cotidiano do Ceará, e, ciente dessa conjuntura, Pompeu buscou denunciar no parlamento que a conivência do partido progressista com essa situação intensificou de tal modo os distúrbios na segurança pública que as consequências já tomavam dimensão que extrapolavam os casos particulares e colocavam em risco até os negócios públicos. Fato que o parlamentar exemplifica no caso do roubo do tesouro da província do Ceará em 1867, que rendeu o prejuízo de 159:000\$ aos cofres públicos, e que poderia ser evitada, segundo ele, se a influência do governo progressista não tivesse interferido na mudança dos delegados da província (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 1867, p. 338). Logo, o raciocínio de Pompeu demonstrava que, ao ocupar os cargos públicos apenas com progressistas e apoiadores, o gabinete ministerial criou uma situação de insuficiência da boa gestão da segurança pública da província, condição que no primeiro

momento prejudicava diretamente os liberais históricos, mas que no discurso do senador emerge articulado a um interesse e necessidade do estado.

Um último tema que protagonizou os embates de Pompeu na contraposição ao liberalismo progressista, e que, certamente, também ajuda a refletir a posição do próprio senador enquanto liberal foi o tema das relações entre a Igreja e o Estado. Primeiramente, é importante compreender que o pensamento liberal trazia em suas raízes princípios que se chocavam diretamente com a doutrina católica, contradição que os liberais brasileiros tiveram que lidar inevitavelmente em um país em que vigorava uma constituição que unia Estado e Igreja. Segundo Roque Barroso (2016, p. 369, 382), as relações entre Igreja e Estado foram, ao longo da história do Império, adornadas por uma falsa caricatura de um catolicismo formal que, na prática, não era seguido à risca nem mesmo pelo clero. O Estado forçava uma conciliação com os ditames de Roma e com o funcionamento do Estado nacional por mera formalidade e manutenção de instituição colonial que sobreviveu à independência e que estava impregnada, de certa forma, na cultura nacional, sendo preservada como parte da tentativa de criar uma identidade coletiva na jovem nação. E, no que tange o liberalismo, suas relações com a ideologia católica expressavam mais gritantemente essa dicotomia entre o Sagrado e o Profano, ou, como nas palavras do próprio autor, o “país legal” e o “país real”. Segundo a carta encíclica *Mirari Vos*, publicada por Gregório XVI, em 14 de agosto de 1832, toda forma de ideologia revolucionária, racionalismo, liberdades pessoais, de expressão, de voto, de pensamento, cientificismo ou progresso eram condenáveis pela Igreja; fazendo da condição liberal uma ideologia inconciliável ao pensamento de Roma.

Pompeu se encontrava nessa situação complexa, que colocava o padre entre a linha tênue de obedecer aos dogmas da Igreja e servir como membro de um clero subordinado ao papado e a Santa Sé; bem como um seguidor da lei nacional, que o colocava como súdito de um imperador que, mesmo leal ao preceito cristão, conforme sua própria constituição, também era autônomo e formalmente superior aos desejos da Igreja. E por fim, o liberal histórico, defensor dos princípios mais elementares do pensamento ideológico contrários a todos os pontos citados acima e combatidos pela *Mirari Vos*. Nesse sentido, a atuação de Pompeu, assim como muitos dos liberais que se encontravam na sua mesma condição, foi de criar um caminho alternativo às suas práticas, buscando na contradição inerente um ponto de conciliação no funcionamento das instituições do “país real”. Exemplo disso foi o embate travado pelo senador na sessão de 06 de junho de 1866, quando se abriu a pauta para a validação do casamento efetuado por outras religiões ou pelo próprio estado no território nacional. Nessa ocasião, Pompeu se valeu das premissas contraditórias até do liberalismo para fundamentar sua defesa da exclusividade da

Igreja católica sobre a temática do casamento. Primeiramente, o senador lembra que a prática do matrimônio é de restrita legalidade da Igreja pois é princípio acordado na constituição. Desta forma, o senador condena a proposta de incumbência do estado em realizar os casamentos e mais como desejava o projeto de lei encampado pelo ministério que previa a possibilidade de efetuar casamentos que o parlamentar se reporta como “mistos”, pois unia membros de denominação religiosa diferentes.

E não satisfeito com a justificativa constitucional para barrar o projeto, o senador recorre ao pensamento liberal, em especial, a reflexão de Montesquieu sobre o tema ao citar o iluminista francês a partir da seguinte afirmação:

Negará alguém ao poder espiritual a competência de legislar sobre o matrimônio e só ao civil os efeitos civis? E' Montesquieu que o diz. Todos os povos em todos os tempos considerarão o matrimônio não como um contrato puramente civil e humano, mas como alguma coisa de sagrado: «Gentes matrimônio divini aliquid in esse arbitrantur...» diz o catecismo do Concílio de Trentino (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 37).

Na concepção de Pompeu, era claramente conciliável a contraposição a um Estado laico e a fidelidade ao pensamento liberal, condição que marcou uma característica presente não apenas no parlamentar, mas a boa parte do pensamento liberal do Império, que concordavam em que esse princípio de controle da religiosidade pela Igreja se fazia como parte das funções não executadas pelo Estado. Dessa forma, parecia que esse era um elemento da limitação que o poder do Estado tinha sobre setores da vida comum do cidadão, pois, no limite desse tema, o Estado deveria apenas garantir o funcionamento da lei que entregava à Igreja o direito de exclusividade do casamento. Sendo assim, a validade do casamento é sacramental e não competiria a um código de lei legislar sobre assunto pois, “quando não bastasse a razão e a consciência para demonstrar que se esse contrato determinado pela lei civil servisse de matéria para o sacramento, então seria o estado quem instituiria sobre o sacramento e não a igreja, haveria sacramento onde o estado quizesse e não onde a igreja quizesse” (SENADO IMPERIAL, 12º LEGISLATURA, SESSÃO DE 06 DE JUNHO DE 1866, p. 38). Por esse motivo, o projeto de lei dos liberais progressistas afastou-se desse princípio, primeiro, garantido pela constituição; segundo, defendido pelo próprio Montesquieu; e terceiro, essencial à limitação do controle do Estado sobre assuntos particulares que competiriam apenas aos indivíduos e à religiosidade, nesse caso, à religião católica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O liberalismo no Brasil continua sendo uma incógnita a qualquer resposta direta ou expressão precisa que possa sustentar uma explicação sintética e clara do que é e foi o liberalismo brasileiro. Ao olhar para o século XIX, e vislumbrar o conceito no alvorecer de sua expressão nas cartilhas partidárias, nos discursos políticos e no norte dos projetos nacionais, podemos humildemente concluir, que mesmo sofisticado, profundo e quicar, bem operado, a ideologia liberal não se distanciava das novidades importadas da Europa para as Américas. Uma novidade encantadora que se apresentava como uma aquisição ideológica que estava na moda, atrativa e fascinante, pois a primeira vista prometia uma experiência inesquecível, com sucesso e um retorno garantido, assim como um comercial de investimentos em ações no tesouro nacional. A modernidade e seus encantamentos muito pareciam com artigos de luxos importados.

Depois do considerável esforço para concluir esse resultado, pouco se esconde a realidade instrumental que a ideologia tem na solução das necessidades da classe dominante, e portanto, o recurso importado servia tanto de artigo de luxo no palco do teatro político, como recurso para a dissolução dos problemas imediatos da realidade da classe gestora. O liberalismo releva, em certa medida, que se não amplamente, mas pelo menos parcialmente, a classe dominante brasileira tinha uma consciência de classe bem sedimentada em suas práticas e representações, pois sabiam que na ideologia liberal se apresentava uma visão de mundo comprometida com as necessidades de um sistema de exploração que os garantiria o controle do poder e dos mecanismo de manutenção desse lugar de dominação.

Como um projeto vindo de fora, o liberalismo foi testado no solo da realidade histórica brasileira até as últimas instâncias da expressão do conceito, tendo em vista que, todos os elementos que comportam a forma e conteúdo do conceito colidiram com as contradições da realidade material do país. Fosse no elemento mais direto da configuração do liberalismo, sendo ele a garantia dos direitos individuais, até as temáticas mais oscilantes como as formas de funcionamento administrativo do Estado ou as relações entre política e educação. Como vimos nas discussões anteriores, o liberalismo brasileiro guardou em sua identidade linhas tênues da expressão do conceito, entre coerências e contradições.

É fato que apenas o Ceará e a demonstração da atuação de Pompeu no parlamento, não garante suficientemente uma conclusão final dessa discussão. Contudo, essa afirmativa não apenas nos abre o caminho e possibilidades de uma continuação do nosso esforço e na tentativa de aprofundar a pesquisa sobre o tema, como também, estabelece o êxito no serviço inicial de entendimento as formas de funcionamento e expressão do liberalismo nesse período. Assim, Pompeu nos serviu de bússola para uma leitura relativamente precisa sobre uma classe dominante de característica rural voltada para si, que possuía uma rede de privilégios, garantindo aos seus

membros destaque na formação acadêmica, nos acesso aos cargos de poder do Estado e na coordenação da criação de redes de relação política, econômica e social. Mesmo em embate e divergência, a classe dominante guardava a necessidade gritante de estabelecer o projeto nacional que integrasse os quilômetros de terra que representava e representa o território brasileiro. Condição que era, e ainda é, um desafio imenso de se concretizar mesmo anos depois das iniciativas de Pompeu e dos liberais novecentistas.

Outro ponto de veras relevante, tanto para o período aqui analisado, quando para o posterior na década de 70 — bem expresso na literatura sobre o tema — foi o bom desempenho que os liberais do Ceará apresentaram no jogos de poder nacional, tendo em vista, os lances eficientes e perspicazes dentro da política representativa regional no interior do parlamento. Souberam bem aproveitar os momentos de crescimento econômico da província para com eles captar atenção política e garantir verbas e posições estratégicas no tabuleiro do jogo nacional, quanto conseguir resultados semelhante no arranjo da demonstração dos pontos fracos existentes na província. Exemplo disso foi o sucesso na indústria da cotonicultura, quanto na exposição dramática da tragédia presente da vivência para com as secas. Nisso, Pompeu e os demais representantes da classe dominante cearense empreenderam bem os recursos políticos que tinham em mãos, angariando o que havia de disponível para conquistar naquele momento. Acreditamos que Rubismar Marques Galvão, melhor apresentou isso em suas pesquisas recentes sobre o tema, ficando aqui uma indicação bem mais ampla e elaborada sobre os estudos dessas conquistas da classe dominante cearense no cenário nacional, exemplificada pelo autor a partir da construção das linhas ferrovias que cortaram a província.

Mesmo importado o liberalismo brasileiro não pode ser julgado vulgar, isso pode ser dito pois como foi visto até aqui, o conceito se molda, muda e ganha novos sentidos no solo da materialidade histórica do país, ele assim como qualquer objeto importado serve de utensilio a necessidade daquele que o adquire. A interpretação do conceito primeiramente depende da sua coisa em si, e de seu funcionamento na realidade social concreta, sua expressão não deve ser compreendida simplesmente pelos anseios abstratos daquilo que ele foi em seu momento inicial, sendo congelado no espaço e no tempo. Deve-se primeiro abandonar os pré-conceitos existentes dessa cristalização interpretativa, que visa na origem do conceito seu ponto único de referência, pois o momento inicial serve como uma base para se ver os aspectos gerais da gênese do princípio, não sua expressão final na realidade concreta. Isso nos condiciona a afirmar que, o conceito de liberalismo do brasileiro é genuíno dentro das formas estruturais da realidade no país.

Por mais que esse liberalismo desagrade os defensores da expressão europeia do conceito no século XIX, ele não pode ser deslegitimado e falseado a partir da interpretação das origens. Por vezes seus fundamentos importados, estão sujeitos a transformações estruturais inclusive de seus lugar de origem, pois o liberalismo operados na Europa não seguiu apenas um único caminhos,



mas nas malhas temporais se moldou as necessidade e condições reais do momento que estava em operação.

Como observamos, o partido que postulou o cargo de porta-voz e baluarte da liberdade em suas práticas e discursos foi o Partido Liberal, apropriando-se desse princípio para postular suas bases ideológicas e os mecanismos de ação política no interior dos lugares de poder da política imperial. E foi no Parlamento que sua maior expressão simbolizando essa tese na política nacional e nas instituições de poder daquela época. Pompeu e os liberais reforçaram o princípio da liberdade até a última instância na tentativa de legitimar sua ideologia política. E tal esforço apresentou um liberalismo compreendido e operado naquele com seus limites e possibilidades a ideia de liberdade na realidade histórica e social brasileira dos fins do século XIX e início do XX. Mediante tal fato, não se pode tomar emprestado a compreensão nem a prática da liberdade de outra realidade temporal ou social para se compreender o que esses homens entendiam por liberdade – apesar das influências externas – em seus discursos e ações políticas.

A investigação das ideias e dos conceitos que fundamentaram as práticas políticas e sociais das classes dominantes brasileiras em exercício do poder no interior das instituições do Segundo Império, é de importância e de interesse substancial para os estudos e análises da filosofia política, a história dos conceitos e a história social, em especial, quando se tem ênfase na ideologia e nas relações de poder que se desenvolveram no transcurso temporal da história brasileira. Portanto, a investigação que aqui se buscou, foi de legítima relevância para a produção da história dos conceitos, pois carrega em si a criteriosidade e a singularidade metodologia e analítica próprias da filosofia política frente ao desafio de analisar a compreensão e a operacionalização do conceito de liberdade para os parlamentares do Partido Liberal no Segundo Reinado, tomando como base os elementos teóricos e factuais que deram vida ao conceito investigado.

A consciência e a existência real da própria liberdade é um princípio essencialmente histórico, pois, a liberdade se apresenta e se desenvolve nas condições da realidade histórica a qual ela está inserida. Assim, como nos afirma Hegel, a liberdade é a essência do próprio ser humano, é o elemento que impulsiona as ações humanas para a própria criação da realidade material do mundo. É baseado nessa premissa que nos debruçamos diante da problemática de compreender o conceito de liberdade para os parlamentares do Partido Liberal no Segundo Reinado, pois é preciso compreender as transformações do conceito ao longo do tempo, e considerar as singularidades que cada entendimento possuía dentro de sua realidade histórica e social particular. Pois, sem o esclarecimento dessa dinâmica histórica tornamo-nos insipientes frente as transformações e possibilidades que o próprio poder da liberdade nos revela diante das condições histórica ao longo do tempo.

As contribuições singulares e as lacunas deixadas por parte desse trabalho são parte

essenciais da realidade histórica e material do autor, junto aos seus questionamentos particulares lançados aos documentos em seu período de análise. E o caminho aberto por parte dessa pesquisa foi de fundamental importância para o desenvolvimento das problemáticas futuras, como a necessidade de analisar o material da Câmara Geral e da Câmara Provincial, pois isso possibilitará reflexões necessárias para se pensar o lugar do conceito de liberdade e de liberalismo mais amplamente no interior da política parlamentar do Segundo Reinado. É nesse campo de discussão que novas propostas de investigação surgem, pois objetiva-se analisar o conceito de liberdade para os parlamentares do Partido Liberal levando em consideração um aparato mais amplo de fontes e de recorte temporal, pois mostra-se mais apropriado quando queremos interpretar materialmente e abstratamente o significado que possui o conceito de liberdade e liberalismo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. **História das Secas (século XVII a XIX)**. Fortaleza: Edição Instituto do Ceará. 1986.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese (doutorado); Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- ARANTES, Paulo Eduardo. O Ser-fora-de-si. In.: **Hegel: a ordem do tempo**. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Hucited/Polis, 2000. p. 33, 52.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução André Dore, Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ANAIS DO SENADO IMPERIAL. **Discurso do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil**. 12º legislatura, sessão de 27 de julho de 1864.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil**. 12º legislatura, sessão de 29 de agosto de 1864.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil**. 12º legislatura, sessão de 06 de junho de 1866.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil**. 12º legislatura, sessão de 10 de setembro de 1866.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil**. 12º legislatura, sessão de 12 de setembro de 1867.
- BARROS, Roque Spencer M. Vida religiosa e A Questão religiosa. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico**. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. – 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 369-423.
- BOSI, Alfredo. **A escravidão entre dois liberalismos**. In: Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico**. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. – 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 103-166.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial**. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CEARÁ, **Relatório de Presidente de Província**. Fortaleza: maio de 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: julho de 1866. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: maio de 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: novembro de 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: julho de 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: novembro de 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Presidente de Província.** Fortaleza: setembro de 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166>. Visualizado em 10/09/2019.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade fortalezense. In.: **Revista do Instituto do Ceará** – 2008.

FARIAS, Airton. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba.** Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

GALVÃO, Rubismar Marques. **Ferrovias no Ceará: suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930).** - 1º Edição. Fortaleza: Editora Universidade Estadual do Ceará, 2019.

GRAHAM, Richard. Brasil – Inglaterra. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico.** Direção de Sérgio Buarque de Holanda. – 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 167-180.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará.** 4º edição. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. (Coleção estudos cearenses).

HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da História.** Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Filosofia do Direito.** Martins Fontes. SP. 2003.

HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital (1848-1975).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- JÚNIOR, Antônio de Sousa. Guerra do Paraguai. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico**. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. – 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 320-348.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução Álvaro Pinto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: uma crítica da economia política vol. 1**. tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, Antônio Cláudio Ferreira. **A construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasata, 2008.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. O problema da ideologia. In.: **Para uma ontologia do ser social, Vol. 2**. tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fontes. São Paulo: Boitempo, 2013. Pp. 464-576.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução de Marília Barroso. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MONTENEGRO, Abelardo. **Os Partidos Políticos do Ceará**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 1980.
- PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim. 1998.
- PAIVA, Melquiades Pinto. Os Naturalistas do Ceará: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. In.: **Revista do Instituto do Ceará – 1998**.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. **A Elite do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1800-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.
- PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REALE, G. & ANTISERI, D. **História da filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 2ª edição. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo. Paulus. 1999.
- RUSEN, Jorn. Metodologia – as regras de pesquisa histórica. In.: **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 101, 167.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: o brasil monárquico**. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. – 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 424-443.